

RICARDO ALEXINO FERREIRA

**A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM JORNAIS NO  
CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de  
Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes  
da Universidade de São Paulo

Orientadora: Profa. Dra. Solange Martins Couceiro de Lima

SÃO PAULO

1993

RICARDO ALEXINO FERREIRA

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM JORNAIS  
NO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Comunicações e  
Artes da Escola de Comunicações e  
Artes da Universidade de São Paulo

Orientadora: Profa. Dra. Solange  
M. Couceiro de Lima



SÃO PAULO

1993

*Solange M. Couceiro de Lima*  
*Ricardo Alexino Ferreira*

Para que a raça negra, conhecendo a sua representação dentro da sociedade, possa lutar pela Justiça Social e reescrever a sua própria História

Ofereço este trabalho aos meus pais,  
Paulo e Orminda, que sempre torceram  
por mim.

E a Ana Paula, minha irmã caçula, que  
como símbolo da nova geração possa  
transformar este mundo.

À Profa. Dra. Solange Martins  
Couceiro de Lima, minha orientadora,  
que sempre respeitou as minhas idéias e me ensinou  
que fazer ciência é, antes de tudo,  
prestar atenção no mundo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas aquelas pessoas que no dia-a-dia conviveram comigo.

Agradeço ainda:

- Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de Bolsa de Pesquisa, que possibilitou a realização deste trabalho;
- À Fundação Carlos Chagas, que através da Regina Pahim, possibilitou-me o acesso ao seu centro de documentação;
- Aos funcionários da Secretaria CCa-ECA pela forma carinhosa como sempre me trataram;
- Aos demais funcionários de outros setores da ECA (Biblioteca, Secretaria de Pós-Graduação, Gráfica e outros);
- Aos meus professores dentro do curso de Pós-Graduação (Profa. Dra. Dilma de Mello; Profa. Dra. Maria Immaculata Lopes; Profa. Dra. Dulcília Buittoni; Prof. Dr. Luís Barco; Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira (cuja as obras publicadas foram base na minha formação acadêmica); Prof. Kabengele Munanga; Profa. Maria Beatriz Nizza; e Profa. Dra. Maria Aparecida Baccega, que não cheguei a cursar a sua disciplina, mas sempre acompanhei o seu trabalho).

## RESUMO

O ano de 1988 (período em que se "comemorava" o Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil) estimulou as pautas dos jornais a elaborarem muitas matérias jornalísticas sobre o segmento negro dentro dos contextos histórico, político, social e cultural. Neste caso, os jornais foram vistos como importantes documentos de representações sociais.

Para verificar o discurso jornalístico sobre este segmento foram analisados jornais diários de circulação nacional ("O Estado de S. Paulo", "Folha de S. Paulo", "Jornal do Brasil" e "O Globo") e de circulação regional envolvendo as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador ("Diário Popular", "Jornal da Tarde", "Notícias Populares", "O Dia" e "A Tarde").

Através da observação das notícias publicadas nestes jornais sobre o negro, foi possível notar as relações raciais no Brasil e a construção e a estrutura do texto jornalístico na abordagem desse grupo minoritário (minoría no sentido qualitativo).

Marcados por contradições, os jornais deixavam transparecer em notícias publicadas estereótipos e um discurso conservador ao mesmo tempo em que foram importantes canais de denúncia de discriminação, chamando a atenção das autoridades e da população para diversos problemas.

É emergente, também, a necessidade de inserir nos currículos de Comunicação as disciplinas que especializem os alunos em temas que tratem dos grupos minoritários, principalmente os conflitos étnicos e raciais que vêm definindo e redefinindo o mapa geográfico de países e cidades. Assim como existem jornalistas especializados em Ciência, Política e outras áreas, é necessário formar profissionais especializados em relações raciais e grupos minoritários.

## RÉSUMÉ

*En 1988 on a fêté le centenaire de l'abolition de l'esclavage au Brésil et la presse écrite a profité de l'occasion pour publier d'innombrables matières sur la présence noire dans les contextes historique, politique, social et culturel. À ce moment-là les journalistes on été considérés comme des documents importants de représentations sociales.*

*Afin de vérifier le discours journalistique sur le sujet, nous avons analysé des quotidiens à tirage national tels "O Estado de S. Paulo", "Folha de S. Paulo", "Jornal do Brasil" et "O Globo" et ceux de circulation régionale couvrant les villes de São Paulo, Rio de Janeiro et Salvador ("Diário Popular", "Jornal da Tarde", "Notícias Populares", "O Dia" et "A Tarde").*

*A travers l'observation des informations publiées dans ces journaux sur le Noir il a été possible de repérer les relations raciales au Brésil bien comme la construction et la structuration du texte journalistique dans l'approche de ce groupe minoritaire (minorité dans un sens qualitatif).*

*Marqué par des contradictions, les journaux ont laissé transparaître des stéréotypes dans les nouvelles publiées, un discours conservateur, tout en étant d'importantes voies pour la dénonciation de la discrimination, en attirant l'attention des autorités et de la population sur des problèmes divers.*

*Il est grand temps que l'on ajoute aux disciplines de la Communication, celles qui préparent les élèves pour qu'ils puissent traiter les thèmes propres à des groupes minoritaires, principalement les conflits ethniques et raciaux qui sont en train de définir et redéfinir la carte géographique des pays et des villes. De la même manière qu'il y a des journalistes spécialisés en science, en politique, il faut former des professionnels spécialisés en relations raciales et groupes minoritaires.*

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO ..... 01

### CAPÍTULO I

1988: a reconstituição histórica, social, econômica  
e política do segmento negro na sociedade brasileira ..... 35

### CAPÍTULO II

A construção do título em matérias  
jornalísticas sobre o segmento negro ..... 97

### CAPÍTULO III

A construção do texto jornalístico  
em reportagens sobre o segmento negro .....113

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....170

BIBLIOGRAFIA ..... 181



## INTRODUÇÃO

## RESUMO DA INTRODUÇÃO

1. A pesquisa visa analisar textos jornalísticos publicados em jornais de circulação nacional e de circulação regional, durante o ano de 1988, para verificar a formulação da mensagem jornalística sobre o segmento negro e a representação deste grupo na sociedade brasileira.

O ano de 1988 foi escolhido porque apresentava algumas características específicas que envolviam direta ou indiretamente o negro no Brasil: Centenário da Abolição da Escravatura (explosão de uma série de movimentos sociais, culturais e políticos); organização mundial e nacional na luta contra o apartheid; e elaboração da nova Constituição brasileira.

2. Para elucidar o processo de encaminhamento da notícia e demonstrar a complexidade na elaboração de jornais, foram observados:

- o processo de angulação e reinterpretação da notícia;
- a trajetória da notícia (da pauta à edição);
- destacadas as funções dos profissionais envolvidos (os diversos segmentos do jornalismo);
- A tendência do jornalismo atual (Novo Jornalismo) e a proliferação dos manuais de redação, na suposta tentativa de identidade do veículo;
- O abastecimento diário de notícias nos jornais pelas assessorias de imprensa, leitores e agências de notícias, que garantem uma uniformização da imprensa.

## INTRODUÇÃO

### 1. A pesquisa desenvolvida

O ano de 1988 (recorte temporal desta pesquisa) foi marcado por uma série de movimentos sincrônicos, que envolveram direta ou indiretamente o segmento negro.

Neste período, através da análise de matérias jornalísticas publicadas na imprensa, é possível detectar alguns acontecimentos básicos que trouxeram à tona a questão das relações raciais no Brasil.

Estes acontecimentos podem ser divididos tematicamente da seguinte forma:

#### - Centenário da abolição da escravatura (1888-1988)

Este evento provocou movimentação em diversos segmentos sociais: 1. Foi samba-enredo das Escolas de Samba do Primeiro Grupo no Rio de Janeiro; 2. Foi tema da Campanha da Fraternidade, patrocinada pela Igreja Católica Apostólica Romana; 3. Estimulou a proliferação em todas as regiões do Brasil de cursos, palestras, mostras de filmes e artes plásticas e outras manifestações culturais organizadas por entidades privadas ou oficiais; 4. Agrupou entidades governamentais, não governamentais e movimentos negros organizados para manifestações públicas contra a discriminação racial, chamando a atenção para a situação do negro na sociedade brasileira.

- Organização mundial contra o apartheid

1. A Organização das Nações Unidas criou o Comitê Especial Contra o Apartheid e propôs sanções à África do Sul, que mantinha em vigor o regime segregacionista (apartheid), e exigiu que o líder negro sul-africano Nelson Mandela, preso desde o dia 5 de agosto de 1962, naquele país, por defender a igualdade racial entre brancos e negros, fosse libertado;
2. No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores divulgava notas repudiando o sistema político daquele país. O governo brasileiro mostrou boa vontade para cooperar com a ONU nas sanções à África do Sul.

- Elaboração da Nova Constituição Brasileira

O anteprojeto do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que tornava imprescritíveis e inafiançáveis os crimes de racismo, foi aprovado em 15 de setembro de 1988 pela Câmara dos Deputados Federais. Este projeto, que foi encaminhado e logo depois aprovado pelo Senado, chamava a atenção da sociedade para a questão da cidadania do segmento negro.

Todos estes acontecimentos, durante o ano de 1988, à medida que iam sendo concretizados, eram amplamente cobertos pela imprensa. É interessante observar que os acontecimentos seguiram uma trajetória que iniciava no âmbito cultural (desfiles das Escolas de Samba do Carnaval de 1988) e terminava no político (encerramento dos trabalhos da Constituinte Federal).

É dentro deste contexto que esta pesquisa vai se situar, utilizando como objeto de estudos textos jornalísticos

publicados em jornais que tiveram como temática o segmento negro. Em um primeiro momento, foram analisadas 2.500 matérias jornalísticas coletadas em jornais de todas as regiões do País. No entanto, verificou-se que os jornais de circulação nacional, produzidos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, influenciam diretamente as pautas dos jornais de outras regiões do País, através das Agências de Notícias. Nestes jornais regionais, de pequena circulação, as matérias são reproduzidas, muitas vezes, na íntegra.

Desta forma, para facilitar e objetivar a análise dos textos jornalísticos, os veículos que tiveram reportagens com temática sobre o segmento negro foram divididos da seguinte forma:

- Jornais diários de circulação nacional

(Jornais distribuídos em todas as regiões do País, com ampla cobertura jornalística dos problemas nacionais):

- O Estado de S. Paulo (São Paulo-SP)
- Folha de S. Paulo (São Paulo-SP)
- Jornal do Brasil (Rio de Janeiro-RJ)
- O Globo (Rio de Janeiro-RJ)

- Jornais diários de circulação local

(Jornais regionais de circulação restrita, que dão maior ênfase aos problemas locais, mas também tratam de questões nacionais):

- Notícias Populares (São Paulo-SP)

Jornal paulista com características sensacionalistas e voltado para as camadas populares. Pertence ao grupo Folha da Manhã S/A, o mesmo responsável pela publicação da Folha de S. Paulo.

- Jornal da Tarde (São Paulo-SP)

Com uma trajetória de 31 anos, este jornal está voltado para os problemas da cidade de São Paulo. Sempre promove campanhas em torno de alguma questão de interesse social. Pertence ao grupo S/A O Estado de S. Paulo, o mesmo do jornal O Estado de S. Paulo e da Rádio Eldorado AM/FM.

- O Dia (Rio de Janeiro-RJ)

Jornal carioca fundado em 1951. Ele foi premiado em 1988 pelo Conselho Religioso do Projeto Tradição dos Orixás como sendo o veículo que mais contribuiu para a união dos cultos afro-brasileiros.

- A Tarde (Salvador-BA)

O maior jornal baiano em tiragem por edição. Como Salvador (Bahia) concentra um número significativo de negros e mantém de forma intensa manifestações culturais afro-brasileiras, tornou-se imprescindível estudar algum jornal baiano.

Assim, foram analisados oito jornais de circulação nacional e de circulação regional. Este material foi classificado em 17 categorias distintas, num total de 550 matérias:

1. Religião

(Campanha da Fraternidade, Ecumenismo, Religiões Afro-brasileiras);

2. Manifestações culturais

(Carnaval, Música, Literatura, Teatro, Dança, Artes Plásticas, Estética Negra);

3. Esportes  
(Competições esportivas, atividades físicas);
4. Eventos  
(Comemorações, Homenagens, Conferências, Debates);
5. Manifestações populares  
(Passeatas, Cartas de Protesto, Campanhas);
6. Mulher  
(Matérias jornalísticas específicas sobre a mulher negra);
7. Direito  
(Leis, Diário Oficial, Decretos);
8. Violência  
(Preconceito, Racismo, Polícia, Crime);
9. Dados estatísticos  
(Dados oficiais: IBGE, Censo; Dados não-oficiais: pesquisas divulgadas por entidades não-governamentais);
10. Política  
(Constituintes federal e estadual; Pronunciamentos; Projetos de Lei);
11. Internacional  
(Notícias que envolvem o Brasil em nível internacional);
12. Meios de comunicação  
(Rádio, Televisão, Cinema, Vídeo, Jornal e Revista);
13. Matérias opinativas  
(Coluna, Artigo, Crônica, Editorial, Carta, Entrevista "ping-pong" ou de perguntas e respostas);
14. Educação  
(Currículo escolar, Escolas, Livros didáticos);
15. Ciência  
(Saúde, Pesquisa científica, Assuntos ligados à vida acadêmica);
16. Grupos sociais  
(Movimentos negros organizados, família, miscigenação, comunidade, história humana ou de indivíduos).

As categorias foram elaboradas conforme a constância delas nos jornais. Muitas reportagens e artigos trouxeram no texto publicado mais de uma categoria. Esta divisão foi apenas um recurso para se ter uma visão panorâmica do material coletado. Como esta pesquisa não visou dados quantitativos, o número de matérias jornalísticas levantadas não foi levado em conta. O destaque tem sido dado à característica qualitativa das reportagens.

Sob este aspecto, esta pesquisa visou: 1. analisar a formulação das mensagens jornalísticas sobre o segmento negro brasileiro, observando a coerência e as contradições neste tipo de texto; 2. Verificar a representação do negro na sociedade brasileira, através da análise dos meios de comunicação social (especificamente jornais) (1), que aqui são considerados como "termômetro social", um conceito que Lilia Schwarcz atribuiu aos jornais. Segundo ela, os jornais são uma representação da classe dominante da sociedade e a retratação da forma de organização desta mesma sociedade. (Schwarcz 1987 : 15).

Nesta pesquisa, que tem como objeto de estudo a mídia impressa, será também observado, além do discurso verbalizado, as mensagens não-verbais (ou a "linguagem do silêncio", que, segundo definição de Merleau-Ponty, seria quando a "linguagem diz peremptoriamente, mesmo quando renuncia a dizer a coisa mesma") (Merleau-Ponty 1980 : 144)

---

(1) Conforme definição de Borges Pereira, os meios de comunicação social são classificados da seguinte maneira:  
 - Meios de comunicação de massa (rádio, televisão e imprensa)  
 - Literatura (ficcional, documental e científica)  
 - Artes expressivas (música, teatro e outras).

(Pereira 1981 : vol 24)



## 2. A Imprensa

### 2.1. A característica atual do jornalismo impresso

A configuração de um "novo jornalismo", em que os fatos são tratados de maneira mais aprofundada tem início na década de 60 nos Estados Unidos. É a grande transformação da linguagem e do pensamento jornalístico.

"Novo Jornalismo - Movimento de modificação no estilo de escrever reportagens de grande fôlego ocorrido no início da década de 60 nos Estados Unidos e com repercussões em todo o jornalismo ocidental. Os textos do "Novo Jornalismo" combinam levantamento de fatos e muita pesquisa. A técnica de construção do texto remete para a grande novela realista (construção cena por cena, diálogo, pontos de vista e detalhes importantes, entre outros elementos constitutivos)."

(Folha de S. Paulo 1987 : 155)

No Brasil, na década de 70, a imprensa brasileira também começa a aderir a este "Novo Jornalismo". Neste período, as empresas jornalísticas passam a investir de forma intensa na identidade do jornal, visando conquistar o leitor. Esta característica vai definir quase toda a década de 80, quando os jornais passam a utilizar o aprofundamento e a angulação da notícia como estratégia de marketing. É o caso da campanha publicitária da Folha de S. Paulo "De rabo preso com o leitor" (tenta passar a idéia de veracidade) e da campanha de O Estado de S. Paulo "Lido e respeitado em todo o mundo" (tenta passar a imagem da confiabilidade).

Neste mesmo período outro ponto que vai marcar definitivamente o jornal no Brasil é o jornalismo investigativo, que propiciou o aparecimento de outras áreas de especialização como o jornalismo científico, político, econômico e outros.

No plano formal a diagramação e o desenvolvimento gráficos são alterados através de sofisticados recursos de informática (toda a produção do jornal passa a ser informatizada: da redação à arte final).

Nesta nova tendência, o jornalismo reduz o status e a busca frenética do "furo jornalístico" (notícia dada com exclusividade por apenas um veículo), muito valorizado nas décadas de 50, 60 e 70, para se preocupar, quase com exclusividade, na precisão e integridade da notícia.

"Furo - É a informação importante e correta que apenas um veículo de comunicação edita. É comum os veículos furarem uns aos outros. Mas zelar todos os dias pela qualidade e quantidade de informações publicadas é mais importante que dar ou levar furo."

(Folha de S. Paulo 1987 : 31)

Já não vale tanto aquele que noticia primeiro, mas o que noticia melhor, com mais dados e de forma íntegra. O "furo" ainda continua tendo o seu valor -- demonstra muitas vezes a capacidade de investigação do veículo -- mas ele passa a coexistir com o jornalismo investigativo. Esta tendência foi mencionada em 1980 pelo jornalista Luiz Carneiro, do Jornal do Brasil.

"Nos últimos 10 anos, os jornais mais representativos da grande imprensa, enfrentando a concorrência dos cada vez mais elaborados noticiários de televisão, vêm procurando não só aprofundar o tratamento do seu material diário, como também exercer com eficiência e seriedade o papel de serviço público que lhe compete.

As reportagens de investigação que exigem repórteres preparados e meticolosos, e às vezes muito tempo e muito dinheiro, passaram a ser marca registrada de um jornalismo sensacional sem ser sensacionalista, responsável até por mudanças significativas no curso da História recente. Os 'documentos do Pentágono' e o 'caso Watergate' são exemplos notáveis de destemida investigação jornalística. Se a investi

gação que, em geral, leva a sérias denúncias é uma missão a que deve dedicar-se com determinação todo jornal influente no plano nacional, regional e mesmo local, há um outro tipo de serviço que ele não deve deixar de prestar à comunidade que serve. E comunidade no sentido mais global da palavra: povo e administração pública."

(Carneiro 1989 : 97)

## 2.2. A definição de funções nas redações de jornais

O processo de elaboração de um jornal é por demais complexo, envolvendo grande número de profissionais. Como diz o ditado popular "quem conta um conto inventa um ponto", a notícia neste processo também sofre interferências e angulações num esquema que envolvem segmentos diferenciados do jornalismo: editor, chefe de reportagem, pauteiro, repórter, copidesque, diagramador, fotógrafo e pairando sobre todos a linha editorial do veículo. Da pauta à publicação, a notícia é reinterpretada. Conforme Geertz, todo relato já é, em si, interpretação, reelaboração . (Geertz 1978 : 19)

É consenso no jornalismo que tudo pode ser notícia, mesmo que isto implique em "tirar leite de pedras" (expressão usada nas redações, que significa buscar algo de novo em uma notícia que aparentemente não desperta interesse ou já foi excessivamente explorada). Neste esforço de buscar o novo, aquilo que ainda não foi publicado sobre determinado fato, os profissionais de imprensa são mobilizados e desempenham tarefas muito bem definidas. Na estrutura das redações, estes profissionais têm características peculiares, que são descritas em vários manuais de redação. A seguir, o perfil dos jornalistas apresentado pelo "Manual Geral da Redação

da Folha de S. Paulo<sup>11</sup>(2):

"Diretor de redação - é a autoridade máxima da Redação da Folha. Responde diretamente à Direção da empresa que edita o jornal. A responsabilidade política e jurídica pelo que é publicado cabe em última instância a ele.

Editor - É responsável por uma determinada editoria do jornal. Responde diretamente à Direção da Redação. Deve:

- a) responder pelo enfoque editorial dado a todos os assuntos tratados em sua área;
- b) coordenar todos os trabalhos de sua editoria, com o auxílio de seus editores-assistentes;
- c) planejar, pautar, supervisionar a produção de todo o material jornalístico referente aos assuntos de sua área;
- d) recusar, modificar, refazer, mandar refazer, fundir e condensar o material jornalístico produzido, sempre que for o caso;
- e) zelar para que sejam cumpridos rigorosamente os horários de fechamento;
- f) consultar a Direção de Redação em todos os casos que julgar delicados, controvertidos ou de maior importância;
- g) estar presente ou fazer-se representar nas reuniões diárias de produção e edição;
- h) conceder, pelo menos, uma pauta especial por dia;
- i) responder pela qualidade e correção de todo o material publicado;
- j) zelar para que a Secretaria receba diariamente os relatórios de sobras, noite/dia e su peregó;
- l) supervisionar a discussão e cumprimento do programa de metas trimestrais em sua editoria;
- m) ajudar na elaboração da 'Crítica da Edição';
- n) gerir o orçamento de sua editoria;
- o) planejar com antecedência coberturas de grande porte em sua área;
- p) secretariar o jornal em um domingo a cada oito semanas e deixar um relatório desse fechamento para a Secretaria;
- q) administrar o pessoal de sua editoria, propondo contratações, admissões, advertências, transferências, cumprimentos, avaliações, demissões;

---

(2) O perfil dos profissionais-jornalistas apresentado pela Folha de S. Paulo, nesta pesquisa, corresponde ao perfil de jornalistas de todas as redações dos grandes jornais do País.

- r) participar do encontro mensal dos editores e repórteres especiais com a direção da empresa que edita a Folha;
- s) organizar e cuidar dos arquivos de sua editoria;
- t) propor a realização do seminário e cursos internos em sua área;
- u) tomar todas as suas decisões com base nas orientações que recebe da Direção de Redação e nas normas deste 'Manual'.

"Editor-assistente de edição (grifo: em outros jornais ele é conhecido como Chefe de Reportagem). Compete supervisionar a descida do material jornalístico às oficinas, zelar para que títulos, legendas e todos os recursos gráficos utilizados obedeam às normas deste 'Manual', alertar o editor para assuntos importantes, delicados ou controvertidos, cuidar para que os horários de fechamento sejam rigorosamente cumpridos.

"Editor-assistente de produção (grifo: em outros jornais é conhecido como Pauteiro). Compete supervisionar a confecção da pauta, designar aos jornalistas tarefas de coleta de dados, combinar com eles prioridades, enfoques e tamanhos, discutir seus textos e fotos.

"Redator (ou Copidesque) - É o jornalista encarregado de preparar os textos escritos pela reportagem. Ele também pode preparar originais. Embora o repórter seja, em geral, o encarregado de obter informações, nada impede que o redator também colha informações e as redija;

"Repórter - Tradicionalmente repórteres recolhem e redigem informações; redatores as revêem, reescrevem, fundem e titulam. Na Folha, a tendência é o jornalista exercer tanto funções de repórter como de redator. Quem redige deve ter texto final e dominar o uso dos terminais; quem trabalha na Redação também deve recolher informações e escrevê-las.

"Repórter-fotográfico - Tem obrigações e procedimentos profissionais análogos aos do repórter de texto e está vinculado à Editoria de Fotografia.

"Diagramador - Jornalista que tem como tarefa dispor plasticamente no diagrama (folha de papel quadrado de dimensão equivalente à metade do tamanho padrão de uma página de jornal ou igual a ela) todo o material de edição: textos, títulos, fotos, ilustrações, gráficos, legendas etc."

(Folha de S. Paulo 1987 : 47, 57, 152 e 158)

### 2.3. A técnica de formulação da mensagem

Conforme foi mencionado no item 2.2., a notícia após passar por todos estes profissionais sofre um processo de reelaboração e reinterpretação.

Neste processo, o título, por exemplo, pode ser conflitante com o texto ou o texto, após ter sido redigido pelo repórter, pode sofrer uma nova redação do cópidesque.

Como nos Jornais existe o "dead line" (palavra da língua inglesa que significa o último prazo para a realização de uma tarefa, no caso a produção e edição das matérias do jornal) nem sempre é possível ao repórter, que teve contato direto com o fato, acompanhar todo o processo da construção da notícia que culmina na diagramação e impressão.

Para exemplificar pode-se citar uma matéria jornalística publicada pela Revista Isto é Senhor nº 1163, de 15 de janeiro de 1992), que trata do segmento homossexual no ano de 1992. Apesar deste grupo não ser o analisado nesta pesquisa, que trata exclusivamente do segmento negro; o veículo exemplificado ser revista (a pesquisa aborda apenas jornais); e o período ser outro, que não é o recorte temporal deste trabalho (1988), tornou-se importante ilustrar este fenômeno para entender melhor o processo da reelaboração e da reinterpretação do texto. Outro objetivo também foi o de dar uma visão "relâmpago" de como os grupos minoritários (o conceito de grupo minoritário utilizado neste trabalho tem sentido sociológico qualitativo e não quantitativo), historicamente estereotipados pela sociedade brasileira, são tratados pela mídia impressa. No caso, os jornais (e, aqui também incluem-se as revistas), mesmo na tentativa de buscar enfoques diferenciados das notícias (talvez na tentativa de fornecer ao leitor uma ou

tra visão desta temática que saia do senso comum) ainda assim acabam deixando transparecer aquilo que está no inconsciente coletivo (assunto que será melhor tratado no decorrer deste trabalho).

## RECURSOS HUMANOS-

### Colarinho rosa

*Executivos gays são capa da Fortune, já no Brasil...*

Sem meias palavras e sob o chamativo título "Gay in Corporate America", a revista americana *Fortune*, especializada em economia e negócios, publicou uma reportagem de capa sobre a homossexualidade nas grandes empresas dos Estados Unidos em sua edição do dia 16 de dezembro último. Diversos executivos de importantes

corporações americanas deixaram-se fotografar e viabilizaram a reportagem com depoimentos sobre a vida gay no mundo empresarial. Tudo sem o menor constrangimento. Al Lewis, executivo da Xerox, por exemplo, declara logo no início da matéria que em cada grande companhia dos Estados Unidos há um grupo organizado de funcionários gays. "O presidente da companhia pode não saber, mas eles estão lá", disse ele. No Brasil, os homens de

negócios podem também desconhecer o fato de que empregam gays, mas eles estão lá. Só que, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, esses homossexuais não ousam fazer associações em seus ambientes de trabalho, tampouco se expor publicamente. Quando se tenta abordar um tema como este no universo empresarial brasileiro, muitos saem pela tangente: temendo represália, os gays preferem ficar na clandestinidade: as empresas, por outro lado, argumentam que a questão não é tão relevante assim.

"O homossexual é obrigado a fazer um jogo: ele faz de conta que se esconde e a sociedade faz de conta que não o vê", lamenta Ubiratan da Costa e Silva, presidente do Lambda - Movimento pela Livre Orientação Sexual. Um notório ativista em defesa da livre escolha sexual e gay assumido. Ubiratan já foi fotografado e entrevistado por grandes veículos de comunicação.

"Eu não tenho que dar satisfações a nenhum empresário. Mas, se eu fosse funcionário de alguma empresa, pensaria um pouco mais antes de aparecer para não colocar meu emprego em risco", confessa. Abertamente, nenhuma empresa admite preconceitos contra gays. Mas sabe-se que, veladamente, muitas preferem não contratar homossexuais. O argumento: porque vivem num país preconceituoso e discriminatório como o Brasil, os gays preferem se manter na clandestinidade, e vivendo no anonimato acabam se tornando vítimas fáceis de chantagem podendo colocar em risco os segredos estratégicos das empresas.

Sendo ou não vítimas de preconceitos e chantagens, o fato é que muitos executivos gays conseguem manter a sete chaves suas preferências sexuais. A tal ponto que as empresas não chegam nem a se preocupar com o assunto. "Elas não se posicionam sobre isso porque os homossexuais não chegam a se manifestar. Não é um problema das empresas, mas cultural", acredita Farid Chedid,

gerente de recursos humanos da Rhodia. "É verdade que muitos gays têm um receio exagerado e neurótico de se assumirem, mas a discriminação, embora ilegal, está difusa", pondera Luiz Mott, presidente do Grupo Gay da Bahia.

Cláudio Gamito, diretor de consultoria de recursos humanos da empresa de auditoria e consultoria Price Waterhouse, não consegue se lembrar de um único caso de discriminação. "Mesmo nas empresas mais conservadoras, não há preconceito

ostensivo. Não tenho nenhum caso de restrições a homossexuais para contar", declarou o consultor. Num país como este onde, estima-se, existem cerca de 15 milhões de gays (ou 10% da população), é estranho imaginar que não haja casos explícitos de preconceitos pelo menos no mundo dos negócios. É que o gay continua fingindo que não é e a sociedade fingindo que não vê. ●



**Nos Estados Unidos os gays não temem mostrar a cara**



**Gamito: o preconceito no Brasil é disfarçado**

Nesta reportagem, que trata dos empresários homossexuais, o repórter procurou, ao redigir o texto, retratar o perfil desta categoria de profissionais. Na matéria foram entrevistados indivíduos que lideram grupos organizados, empresários e consultores humanos de grandes empresas. É uma matéria que pode ser classificada como favorável ao segmento homossexual.

No entanto, o profissional responsável pelo título da matéria (3) a intitulou de forma pejorativa e chamativa ("Colarinho rosa"). Sabe-se que na sociedade brasileira existe uma identificação entre a cor e a sexualidade. No caso o rosa é atribuído ao sexo feminino e o azul ao masculino. (Quem não se lembra do frisson que Caetano Veloso provocou nos anos 60, quando usava conjunto cor-de-rosa?) Ao colocar este título, o copidesque estava reinterpretao a notícia, estereotipando os personagens dela e agindo de forma inconsciente (o inconsciente coletivo).


Em outra situação pode-se citar também a reportagem publicada pela revista especializada para profissionais de comunicação "Imprensa: Jornalismo e Comunicação" (ano IV, número 45, de maio de 1991), sobre Bernard Shaw, âncora do jornalismo da rede norte-americana CNN, e Glória Maria, repórter especial da Tv Globo. Além da bem-sucedida carreira profissional destes jornalistas, os dois têm em comum a negritude. Nas entrelinhas, talvez a revista tenha — apesar de não mencionado — desejado fazer uma homenagem aos profissionais jornalis-

---



(3) Nas redações de jornais (e também revistas), conforme citado anteriormente, existe um profissional, o copidesque, que intitula as matérias. Como o título é o processo final do texto, cabe a ele criar algo chamativo que concentre as idéias do texto, além de ter as medidas gráficas dentro do espaço diagramado.



tas negros durante o mês de maio.


**IMPRENSA**  
 A.no IV N.º 45 JORNALISMO E COMUNICAÇÃO Cr\$750,00

**MAGIA NEGRA**

**BERNARD SHAW, da CNN, e GLÓRIA MARIA, da TV Globo:**  
 a história e as opiniões desses dois talentos do telejornalismo

**Especial: Imprensa Pernambuco**

MANAUS, SANTAREM, BOA VISTA, MACAPÁ E RIO BRANCO (VA AEREA) Cr\$ 975,00  
 NANAUS, SANTAREM, BOA VISTA, MACAPÁ E RIO BRANCO (VA AEREA) Cr\$ 975,00

Nesta reportagem, estes jornalistas contam as suas trajetórias de vida e até tecem considerações sobre a discriminação e o racismo. Pode-se dizer que é uma matéria favorável a estes profissionais e, por extensão, à raça negra.

No entanto, na edição da matéria de capa, o título "Magia Negra" se mostra inadequado à linha editorial da revista e deixa transparecer o que está no "inconsciente coletivo". Não se sabe porque em uma revista especializada se usaria o termo "magia" para designar estes dois profissionais que são altamente preparados e fizeram cursos universitários. Portanto, o sucesso deles não é um fenômeno do acaso. Talvez, o título quisesse mencionar de forma ambígua o raro fenômeno de se ter jornalistas negros tão bem-sucedidos. Para o profissional que cuidou da capa este fato (negro, famoso e bem-sucedido) pode ser tão inusitado, que corresponda à magia.

Este exemplo, que trata da imagem do segmento negro em uma revista especializada no ano de 1991, pode exemplificar que nem sempre aquilo que é dito, na verdade é o que está sendo assimilado. As duas reportagens apresentadas dão a dimensão de como a imprensa, mesmo quando a proposta é chamar a atenção para outra leitura de um determinado fenômeno se deixa trair em um discurso contraditório, ambíguo e do senso comum.

Para facilitar a compreensão desta pesquisa será traçada a seguir a trajetória da notícia (da sua concepção até a impressão).

### 2.3.1. A pauta

Nos jornais, no sistema de pautas (escolha das matérias que serão investigadas e publicadas), é consenso entre os editores que as notícias devam ter uma relação direta com os

eventos locais, nacionais e internacionais. Conforme o "Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo":

"Cada editoria tem a sua própria pauta. Ela é elaborada sob a responsabilidade do editor assistente de produção. As pautas prioritárias do dia são discutidas na reunião de produção, às 9h30, com a presença de representantes da Direção de Redação, da Agência e de todas as editorias. Além das pautas do dia-a-dia, o jornal produz pautas especiais."

(Folha de S. Paulo 1987 : 55)

"Uma edição começa a ser boa ou ruim na pauta. A pauta deve ser concebida com o material de apoio (boxes, "slides", quadros etc.) e, se possível, deve conter sempre uma hipótese a ser aprovada ou refutada. A pauta não é uma camisa-de-força. Não obriga o repórter a se limitar aos aspectos por ela levantados nem o exime de utilizar sua criatividade para ampliá-los. O repórter pode e deve sugerir pautas."

(Folha de S. Paulo 1987 : 119)

No Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo são apresentados sete itens relativos à Pauta, que merecem ser transcritos para se ter uma idéia da concepção da notícia dentro das Redações:

1. Chama-se pauta tanto o conjunto de assuntos que uma editora está cobrindo para determinada edição do jornal como a série de indicações transmitidas ao repórter, não apenas para situá-lo sobre algum tema, mas, principalmente, para orientá-lo sobre os ângulos a explorar na notícia.
2. A pauta constitui um roteiro mínimo fornecido ao repórter. Se ela for muito específica e pedir que ele apure apenas alguns aspectos da notícia, o repórter deverá obedecer a esta orientação, para evitar que suas informações conflitem com as de outros jornalistas que estejam trabalhando no mesmo caso ou as repitam.
3. O pauteiro (preparador da pauta) deverá sempre que possível incluir na pauta os telefones de pessoas a entrevistar, endereços de locais que deverão ser procurados e dados semelhantes, que permitirão ganho de tempo. O repórter, no entanto, deverá ter iniciativa suficiente para encontrar as pessoas ou os locais necessários

quando esses dados não estiverem disponíveis ou forem insuficientes.

4. Pautas óbvias não necessitarão de muito texto. Espera-se, por exemplo, que um repórter de Cidade saiba o que perguntar ao prefeito ou a um secretário, o que apurar numa mudança de trânsito, como cobrir uma expulsão de invasores de área pública etc.

5. O repórter deverá também ter bom senso suficiente para mudar a angulação de uma pauta sempre que um assunto levantado no meio de uma entrevista ou cobertura se sobrepor aos demais pedidos pela pauta. Em caso de dúvida, convém que ele entre em contato direto com o pauteiro ou editor para saber se a sua decisão é correta.

6. Evite dispersão desnecessária de esforços ao montar uma pauta. Você não precisa pedir a toda a rede local e nacional da empresa entrevistas com 30 ou 40 médicos sobre o avanço da Aids, nem depoimentos de 30 ou 40 pacientes a respeito da doença, quando meia dúzia ou uma dezena de les já darão um quadro satisfatório da situação.

7. De qualquer forma, não hesite em tornar uma pauta grande, sempre que o julgar necessário. Qualquer aspecto específico de um assunto somente poderá ser cobrado do repórter se tiver sido pedido na pauta. Mais do que isso, porém: o pauteiro, por sua própria função (tentar cercar todos os ângulos da notícia), pode ter idéias que não ocorreriam ao repórter. E vice-versa: por isso, é igualmente indispensável que o repórter complemente uma pauta que tenha deixado de lado algum aspecto importante de um assunto."

(Martins 1990 : 59-60)

Conforme Cremilda Medina, "toda matéria jornalística parte de uma pauta que pode ser intencional, procurada ou ocasionada (acontecimento totalmente imprevisto) e essa pauta tem em si a primeira força estrutural que pode ser chamada angulação. Na angulação encontramos de imediato relação muito estreita dos três níveis gerais da comunicação numa sociedade urbana em industrialização ou pós-industrialização: o nível massa, o grupal (grupo econômico e político) e o pessoal". (Medina 1974 : 96).

Ao pensar na pauta, o pauteiro ou editor-assistente de produção (termo que a "Folha de S. Paulo" designa seus pauteiros) já antevê a notícia, supondo inclusive premissas e con

clusões. Talvez seja aí que começa o processo de (de)formação da notícia, que somente poderá ser revertido com a habilidade do repórter, preparado para o jornalismo investigativo. Esse repórter poderá fazer com que a matéria se amplie ou seja reduzida, conforme a capacidade investigativa dele e a habilidade de persuadir o chefe de reportagem de que a matéria é quente ou de repercussão (é a famosa expressão no meio jornalístico: "vender a matéria", que significa fazer com que a matéria jornalística consiga lugar de destaque nos jornais).

No entanto, o que incita a imaginação do pauteiro são, na maioria das vezes, as fontes de informação.

"A primeira fase da actividade jornalística é a procura da informação. Evidentemente, esta não se faz ao acaso, na rua (\*), há fontes de informação que se dirigem directamente aos jornais, há dados à partida sobre acontecimentos que interessa 'cobrir', há telefonemas que importa confirmar.

---

(\* ) embora em alguns casos haja jornalistas encarregues de 'passear' por locais onde se sabe poderem vir a descobrir-se informações importantes. Mas esses passeios são mais habituais na imprensa norte-americana (ou nos filmes...) do que na realidade da imprensa portuguesa."

(Crato 1982 : 91)

Geralmente as fontes de informação ("qualquer entidade que concentre em si o conhecimento de factos susceptíveis de gerarem notícias" - Crato 1982 : 92) entram em contato com mais de um veículo, através do mealing (listagem de endereços) para garantir a publicação do seu aviso de pauta, o que provoca, de certa forma, uma uniformização das informações nos jornais.

Este fenômeno torna-se mais explícito quando se observa no jornalismo comparado que os jornais diários e algumas revistas trazem basicamente o mesmo enfoque jornalístico do concorrente, um fenômeno que acontece diariamente nos jornais e semanalmente nas revistas (este fenômeno acontece em vários tipos de notícias, desde as que são manchetes até as de menor importância).

Algumas hipóteses para este comportamento da imprensa podem ser arriscadas. A primeira é a existência no Brasil e em todo o mundo industrializado de um grande número de assessorias de imprensa oficiais e não-oficiais (de instituições e empresas privadas ou de entidades não-governamentais), que cuidam de garantir aos jornais e revistas o maior número de informações possíveis de suas atividades, sempre apresentadas de forma auto-positiva, através do press-release (4)

A segunda hipótese se concentra nas agências de notícias, peças essenciais neste processo de uniformização. Elas vendem informações aos jornais e revistas que mantenham assinatura. O papel fundamental das agências é o de "procurar colligir e redigir informações que centralizem para as oferecer e transmitir — o mais rapidamente possível, mediante pagamento — às outras empresas assinantes". (Derieux 1970 : 11)

As Agências podem ser divididas em três categorias, conforme o modelo de Crato (Crato 1982 : 95 ):

---

(4) Texto informativo distribuído à imprensa (escrita, falada ou televisada) por assessorias de imprensa de instituições privada ou governamental, para ser divulgado gratuitamente entre as notícias publicadas pelo veículo.

- Agências noticiosas ou telegráficas, que são aquelas que cobrem em permanência o conjunto do globo, recebendo e enviando notícias para todo o mundo. Apenas cinco agências existem nestas condições: duas são norte-americanas, a Associated Press (AP), que é a maior de todas, e a United Press Internacional (UPI); uma é francesa, a France Press (AFP); outra é inglesa, a Reuter; e a quinta é soviética, a Telegrafnoie Agentstvo Sovetskovo Soiuza (TASS) (5)
  
- Agências internacionais, que cobrem um conjunto de países de um continente ou de uma região, onde instalam-se aí, as suas delegações e correspondentes. Podem ter correspondentes noutros pontos, mas não conseguem cobrir em permanência todo o globo.
  
- Agências nacionais, que são aquelas que asseguram o noticiário de um país. Habitualmente têm contratos com agências internacionais ou mundiais e retransmitem os seus serviços no interior do país. No Brasil, todos os jornais de circulação nacional possuem agências.

---

(5) Nota-se que foi mencionada uma agência soviética, referindo-se ao período em que não haviam acontecido as mudanças no Leste Europeu. Aqui conservou-se o nome desta agência (TASS), pois o período do recorte desta pesquisa (1988) antecede a estas mudanças. O objetivo também foi o de demonstrar o papel que uma agência noticiosa pode ter quanto ao critério ideológico. Em uma sociedade como a do modelo da ex-URSS, onde o controle de Estado sobre a imprensa é quase que absoluto, seria contraditório acreditar que esta agência noticiosa divulgasse informações para os jornais de todo o mundo com total isenção. Sem dúvida, as informações neste caso são conforme o interesse de quem as divulga.

O papel das agências de notícias pode uniformizar de forma sistemática toda a imprensa de um país. No processo de elaboração desta pesquisa, percebeu-se que os jornais de circulação nacional, que possuem agências de notícias nacionais, influenciam significativamente os jornais regionais, aqueles que não estão localizados no eixo Rio-São Paulo, conforme já foi mencionado.

Outro dado desta uniformização, até mesmo da linguagem, está na proliferação dos manuais de redação, que nos últimos tempos são a "bíblia" do jornalista, determinando um padrão lingüístico, estilístico e gráfico, quando não muito ideológico. À primeira vista, os muitos manuais de redação que são comercializados em grande escala nas livrarias são tidos como expressão de identidade dos jornais. Porém, tem-se notado que a identidade destes veículos se restringe muitas vezes aos editoriais, à diagramação, à qualidade da impressão; enfim, à parte estrutural do jornal ou revistas e não no conteúdo da informação ou na forma de tratamento dela.

Todos estes elementos somados (os dados das agências de notícias e das fontes de informação e as determinações vindas dos manuais de redação) oferecem um leque de possibilidades de matérias jornalísticas, que serão selecionadas tendo como critério de escolha aquelas que provocam maior impacto, sejam atuais e vendam mais o jornal. Como já existe uma pré-determinação daquilo que tem maior veio jornalístico ou não, o critério de escolha daquilo que vai entrar no jornal com maior ou menor destaque acaba sendo uniforme para todos os veículos, que tem profissionais oriundos de uma mesma concepção e formação jornalística.



Como exemplo de textos jornalísticos, oriundos de agências de notícias, pode-se citar uma matéria recente publicada pelo jornal DCI.

Enfrentando crise interna (greve dos profissionais jornalistas), o DCI, para manter o jornal em circulação recorreu às agências. No caso ele utilizou a agência nacional do Jornal do Brasil, o que garantiu a reprodução e publicação legal do texto.

Nota-se que o texto original publicado no Jornal do Brasil é idêntico ao do DCI (utilizado através da agência de notícia do JB). No entanto, o DCI não faz nenhuma referência que o texto que ele publica é de agência.

## Novo índice vai medir criminalidade paulista

SÃO PAULO — A criminalidade no país chegou a tal ponto que, a exemplo da inflação e do desemprego, também está ganhando o seu indicador — o IC (Índice de Criminalidade), nome ainda não registrado oficialmente. A partir do segundo semestre, o IC vai funcionar como um instrumento de avaliação do fenômeno da criminalidade e das políticas utilizadas para combatê-la. Esse, pelo menos, é o propósito do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, onde o índice foi criado.

Parcialmente baseado no trabalho já realizado pelo *Federal Bureau of Investigation (FBI)*, dos Estados Unidos, e regularmente publicado pela revista *Intorm Crime Reports*, o índice de criminalidade tem dois objetivos principais: permitir à sociedade verificar se as políticas de segurança são eficazes e propiciar simulações acadêmicas que mos-

trem a correlação entre criminalidade e outros fenômenos sociais, políticos ou econômicos como inflação, taxa de desemprego e demografia. "Com o índice, evita-se a manipulação contra ou a favor das políticas de segurança, como quase sempre tem ocorrido", prevê o criador do índice, Túlio Kahn, 27 anos e doutorando de Ciências Políticas da USP.

Para que o índice possa ser efetivamente levantado e divulgado, o Núcleo de Estudos da Violência necessita da colaboração da Secretaria da Segurança Pública e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), para os quais foram enviadas cópias da metodologia. Inicialmente, o IC será implantado no estado de São Paulo, onde as estatísticas são mais sistematizadas. Kahn já obteve sinal verde do secretário Michel Temer, da Segurança Pública.

(Jornal do Brasil, 17/02/93)

### ► UNIVERSIDADE

## Criminalidade ganha indicador sofisticado

A criminalidade no País chegou a tal ponto que, a exemplo da inflação e do desemprego, também está ganhando o seu indicador — o IC (Índice de Criminalidade), nome não registrado oficialmente. A partir do segundo semestre, o IC vai funcionar como um instrumento de avaliação do fenômeno da criminalidade e das políticas utilizadas para combatê-la. Esse, pelo menos, é o propósito do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, onde o índice foi criado.

Parcialmente baseado no trabalho já

realizado pelo *Federal Bureau of Investigation (FBI)*, dos Estados Unidos, e regularmente publicado pela revista "Intorm Crime Reports", o índice de criminalidade tem dois objetivos principais: permitir à sociedade verificar se as políticas de segurança são eficazes e propiciar simulações acadêmicas que mostrem a correlação entre criminalidade e outros fenômenos sociais, políticos ou econômicos como inflação, taxa de desemprego e demografia.

Para que o índice possa ser efetivamente levantado e divulgado, o núcleo

de estudos da violência necessita da colaboração da Secretaria da Segurança Pública e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), para os quais foram enviadas cópias da metodologia.

O índice de criminalidade é elaborado a partir de quatro métodos diferentes que oferecem dados relativos a cada tipo de crime. A determinação clara de qual o objetivo do índice auxilia muito na escolha do método mais adequado. Assim, para verificar a frequência com que cada delito escolhido ocorre

durante o ano, utiliza-se o método da somatória simples dos números absolutos. Na verificação da incidência de crimes em determinados meses do ano é aplicado o método da média simples dos relativos. Na análise que será desenvolvida a partir da observação da pena prevista para cada delito no Código Penal e o número de condenações e suas aplicações conforme cada crime, tem-se o método da média ponderada dos relativos. Finalmente, para obter uma visão global da criminalidade utiliza-se o método dos pesos fatoriais.

Foi devido a este tipo de fenômeno, que decidiu-se nesta pesquisa concentrar a atenção nos jornais de circulação nacional e alguns, por características especiais, regionais.

### 2.3.2. A notícia

Após a definição da pauta, acontece um outro processo na atual imprensa brasileira: a pesquisa em campo (reportagem) para averiguar os fatos. A primeira etapa constitui-se de entrevista, que pode determinar, aniquilando ou elevando, todo o contexto da matéria jornalística. É comum depois de uma matéria ser pautada sofrer significativas alterações durante a entrevista.

Nesta pesquisa de campo, a notícia passa por três critérios básicos de seleção para ganhar a página do jornal: a atualidade da informação, em que ela tem de estar associada imediatamente a algum fato atual; o significado social — neste caso, só merece ser divulgada uma notícia se ela própria e as suas implicações têm importância para a coletividade; e em um terceiro nível o critério de interesse do público pela notícia. Não restam dúvidas que todos estes critérios estão intimamente ligados ao público que estes veículos se dirigem.

"O interesse do público, que não está necessariamente na razão directa do significado dos acontecimentos, terá pois de ser um critério autônomo, que variará com a sua emotividade, com a sua formação cultural específica, com os seus conhecimentos da actualidade."

(Crato 1982 : 113)

Dentro deste critério de interesse do público pode-se mencionar três tipos de imprensa:

- A Imprensa informativa, que utiliza padrões rígidos no tratamento da informação preocupando-se com os três critérios básicos mencionados (a atualidade da informação, o signifi-

cado social dela e o interesse do público). É também aquilo que podemos chamar de jornalismo diário. Entre os jornais brasileiros podemos mencionar os que têm preocupação em ser uma imprensa informativa: "O Estado de S. Paulo" , "Folha de S. Paulo, "Jornal da Tarde" , "Diário Popular", "Jornal do Brasil", "O Globo", "A Tarde" , "O Dia" (6) e outros.

- A imprensa sensacionalista, em que "o critério do significado é preterido em favor do de interesse público pelos escândalos, pelos acontecimentos insólitos e fortemente emotivos. Neste tipo de imprensa, faz-se apelo à reação não racional do público (ou de dado público), apresentam-se factos normais como extraordinários fossem, exagera-se a importância das notícias fornecidas, utiliza-se um esquema de tipo publicitário para atrair o leitor defraudando-o a seguir. São habituais grandes personagens na primeira página a que depois não responde nada de importante no interior do jornal" (Crato 1982 : 115). Como imprensa sensacionalista, dentre os jornais selecionados para este trabalho, pode-se citar "Notícias Populares", publicado pela empresa Folha da Manhã S/A.
  
- A imprensa especializada, que é voltada para um público e assuntos específicos, tratando-os de maneira bastante elaborada. Neste padrão temos o jornalismo científico, o esportivo, o político e outros.

---

(6) O "Jornal da Tarde" e o "Diário Popular", apesar de utilizarem alguns recursos sensacionalistas, principalmente na primeira página, para chamar a atenção do leitor, não podem ser classificados como imprensa sensacionalista. Isto porque eles têm como preocupação básica trabalhar a informação, seguindo os três critérios mencionados.

A notícia é redigida conforme os padrões adotados pelo jornal e adaptada à linha editorial do veículo (ou angulação). O repórter que levantou a notícia é o primeiro a redigí-la, após esta etapa a matéria é passada para um copidesque, que fará a adaptação da notícia à linguagem do veículo e adaptará a informação a um tipo de tamanho solicitado dentro da edição. Assim, a notícia conforme o grau de importância e investigação, poderá ganhar as primeiras páginas ou ser considerada uma notícia corriqueira. Após esta etapa o texto vai para a diagramação, onde será composto juntamente com a fotografia (caso exista espaço e necessidade para tal), sofrendo uma apresentação gráfica.

"A edição, propriamente dita, amadurece na sala de redação depois que os telegramas (hoje é mais comum o uso do fax) estão reunidos ou os repórteres chegaram da rua. O material coligido e em 'redação bruta' chega às mãos do editor que vai decidir sua formulação gráfica na página do jornal. Tanto faz se o jornal tem rotinas de diagramação e de redação, como se faz experiências mais livres (...) o editor define a formulação da mensagem. Seu lugar de valorização, a morfologia com a matéria aparece na página, os títulos, a diagramação, o emprego da fotografia, tudo isso, a rigor deverá estar intimamente ligado com a angulação inicial, que gerou a matéria (...). A matéria sairá tão mais articulada, 'amarrada', quanto mais presente estiver o editor em todas essas etapas."

(Medina 1974 : 105)

### 2.3.3. A edição

A edição é, antes de tudo, a organização do jornal, a seleção daquilo que será publicado e de que forma será publicado. Os assuntos são escolhidos conforme a importância deles naquele momento. Esta escolha se dá depois do processo de angulação da notícia.

"Interessa agora o fato da editoria representar a segunda componente estrutural no processo da mensagem jornalística. Através de várias fontes, a informação chega em bruto à redação do jornal. Normalmente, cada setor produz uma quantidade considerável de pautas possíveis que terão de ser examinadas, ampliadas, resumidas, descartadas e receberão um lugar certo na página de jornal."

(Medina 1974 : 103)

Atualmente o jornal é formado por seções especializadas que agrupam o noticiário por temas afins e que, em conjunto, formam o jornal. As editorias podem ser apresentadas da seguinte forma:

- Geral/Nacional;
- Cidades;
- Ciência e Tecnologia;
- Internacional (Exterior);
- Cultura;
- Editoriais;
- Artigos assinados (ou opinativos);
- Polícia;
- Primeira Página;
- Educação;
- Saúde;
- Economia;
- Suplementos;
- Fotografia e Arte;
- Esportes.

Cada uma destas editorias deve estar em consonância com a outra, a fim de se evitar repetição de uma mesma notícia em uma mesma edição ou informações conflitantes.

Alguns jornais hoje começam a criar também a figura do "ombudsman", responsável por fazer a crítica do jornal a que pertence.

"O ombudsman tem mandato de um ano, renovável por mais um ano. Ele não pode ser demitido durante o exercício do cargo e tem estabilidade de por um ano após o exercício da função. Suas atribuições são criticar o jornal sob a perspectiva do leitor -- recebendo e checando as reclamações que ele encaminha à Redação -- e comentar, aos domingos, o noticiário dos meios de comunicação."

(Folha de S. Paulo 1992 : 1-6)

3. Os meios de comunicação social como objeto de estudo do negro brasileiro (revisão da literatura)

Estudos sobre o negro e a sua condição de vida, a partir da representação dele nos meios de comunicação social -- tanto a comunicação de massa (rádio, televisão e imprensa) quanto a literatura (ficcional, documental e científica) e as artes expressivas (música, teatro etc.) -- não são recentes.

No século passado, o negro já esteve nos relatos de viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil como Jean Baptiste Debret e Saint-Hilaire. (Debret 1949) e (Saint-Hilaire 1953)

Gilberto Freyre, o primeiro a descobrir a importância informativo-documental da imprensa, conseguiu reconstituir a representação do negro na sociedade brasileira no século XIX através da análise dos anúncios de jornais. (Melo 1972) e (Freyre 1963)

Florestan Fernandes, em "Integração do negro à sociedade de classes", usou como fontes de informações coleções de periódicos dos fins do século passado acreditando ser possível acompanhar alguns assuntos que impregnavam fundamentalmente os debates e as atividades políticas das camadas dominantes. (Fernandes 1965)

Roger Bastide em "Estereótipos de negros através da literatura brasileira" analisou a produção literária do século XIX detectando os estereótipos raciais na sociedade contemporânea. "Para este período talvez o estudo dos jornais seja mais importante do que o dos livros, como expressão de sentimentos coletivos", afirma. (Bastide 1953 : 27)

Borges Pereira, no final da década de 60, já havia tecido uma análise das relações entre brancos e negros no âmbito da radiodifusão paulista e colocado em questão o argumento da quase-ausência de preconceito de cor no Brasil, naquele período, e a presença do negro na estrutura radiofônica. (Pereira 1981 )

Com este trabalho -- o primeiro que segue uma linha metodológica do estudo do negro em um veículo de comunicação eletrônico -- Borges Pereira passa a estudar o negro através de posições e papéis que este segmento ocupa na estrutura social.

Nos anos 70, Solange Couceiro desenvolve estudo do negro na televisão paulista. Em sua obra, Couceiro isola o período final dos anos 60 e o começo da década de 70 -- justamente no momento em que a televisão tenta se firmar como veículo. Através de levantamentos quantitativo e qualitativo, ela faz análise dos profissionais da televisão paulista e do conteúdo das programações das emissoras (programas de auditório e de entretenimento popular). Este trabalho, além de registrar e documentar os primeiros passos da televisão, desenvolve um método de estudo do negro através da análise de veículos de comunicação de massa. (Couceiro 1983)

Lilia Schwarcz em levantamento dos periódicos do final do século passado, conseguiu traçar um perfil do negro e a sua representação a partir do discurso das classes dominantes do sistema escravocrata. Assim, no século passado, segundo a autora, tem-se: o negro inferior dos editoriais científicos; o



negro degenerado e não civilizado das notícias; o negro fujão e marcado dos anúncios de fuga; o negro desordeiro das ocorrências policiais; o negro alugado dos classificados; o negro fiel e dependente de seu senhor; e o negro feiticeiro dos contos de suspense. (Schwarcz 1987 : 99)

Na literatura de ficção, Teófilo de Queiroz Júnior (Queiroz Júnior 1982) analisa a literatura brasileira enquanto instrumento que propaga imagens arcáicas, arcaizantes, deformadas da mulher negra. (Couceiro 1984 : 3)

Nas artes expressivas o trabalho de Miriam Garcia Mendes faz um levantamento das primeiras peças de teatro no Brasil até os anos 80 e os papéis desenvolvidos por atores negros. (Mendes 1982)

Na literatura científica, o trabalho de Solange Couciero analisa o discurso de Nina Rodrigues, médico-legista que defendia a inferioridade racial negra através de explicações biológicas, logo após a abolição da escravatura. Este trabalho é importante referencial para se entender as origens dos estereótipos sobre os negros vigentes até hoje e o comportamento dos meios de comunicação social — principalmente jornais que na época davam grande destaque para as seções científicas. (Couceiro 1984)

A imprensa negra também foi motivo de análise. Em "A imprensa negra paulista", Miriam Nicolau Ferrara (Ferrara 1986) resgata a origem dos movimentos negros organizados e o próprio declínio deles, abordando o período que vai de 1915 a 1963. Neste livro a autora analisa a representação do negro formulada por ele mesmo em seus próprios periódicos. Nos trabalhos de Florestan Fernandes (Fernandes 1965), o estudo da imprensa negra possibilitou analisar a função socializadora que estes tipos de jornais tinham. Segundo ele, "a imprensa negra condensou e difundiu avaliações inconformistas sobre a realidade racial brasileira; contribuiu para transpor o consenu

so mecânico, fundado na identidade das frustrações, numa solidariedade consciente e orgânica e, por fim, suscitou no seio da população de cor disposições assimilacionistas identificadas com a situação de interesses do negro e do mulato".(Melo 1972 : 37). Roger Bastide também procurou através da análise da imprensa negra discernir a mentalidade de uma raça. (Bastide 1953)

Há muito o jornal vem sendo utilizado como meio de compreensão da realidade de determinada época. "Convenci-me uma vez mais da necessidade de ir aos velhos jornais para sentir neles a palpação das idéias. Já é tempo de reconhecermos no jornal uma fonte indispensável do conhecimento histórico. Ninguém teria uma noção exata do problema da escravidão — para citar um exemplo apenas — sem ler nesses velhos jornais os anúncios de venda ou fuga de escravos", conforme afirmou o historiador Nilo Pereira. (Melo 1972 : 34)

Neste contexto, a seleção do jornal enquanto documento básico tem-se dado pelo fato dele conseguir, enquanto veículo, ser um documento de fonte histórica bastante completa e complexa, já que nele convergem posições e opiniões diversas e representativas (Schwarcz 1987 : 16)

Dividido por editorias diversas, os jornais impressos analisam os variados segmentos da vida nacional através da linguagem, constituindo-se em um precioso documento.

CAPÍTULO I

1988: A RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL, ECONÔMICA E  
POLÍTICA DO SEGMENTO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

## RESUMO DO CAPÍTULO I

1. Este capítulo traz a reconstituição histórica e o trajeto do segmento negro durante o ano de 1988 através das notícias publicadas em jornais. (O olhar da imprensa para o segmento negro).
2. Para facilitar esta reconstituição, as matérias foram divididas pelos meses do ano. É interessante notar que para cada mês de 1988 (fevereiro a dezembro) eram destacados acontecimentos especiais sobre o segmento negro, que eram pautados como notícias nos jornais e tinham significativa cobertura da imprensa.
3. As matérias não são neste capítulo analisadas. Elas são apenas descritas. A análise será feita em capítulos posteriores.

## CAPÍTULO I

### 1988: a representação histórica, social, econômica e política do segmento negro na sociedade brasileira

No decorrer do ano de 1988, o segmento negro, enquanto notícia, adquiri um novo status nas editorias de jornais e revistas analisados e passa a ser uma constante nestas publicações.

Neste processo observa-se que o segmento negro se torna o elemento precipitador de situações nas reportagens realizadas (ou seja, é ele quem propõe mudanças sociais e chama a atenção para a sua situação, através de denúncias individuais ou orientadas por movimentos negros organizados ou entidades de garantia dos direitos humanos). Na verdade, nota-se que o negro começa a sair do local reservado historicamente a ele na temática das editorias dos jornais (páginas policiais, de esportes ou de cultura), em que ele era representado como marginal, apto naturalmente para o futebol ou o atletismo e para o samba, para também atingir as editorias de política, economia e outras, enquanto cidadão e grupo coeso. (1)

Desde o final do século XIX, o negro esteve presente nas matérias e artigos jornalísticos, mas sempre representado como um perigo social ou tido como cientificamente incapaz:

---

(1) Esta afirmação se refere ao processo de movimentação do segmento negro nas publicações, enquanto notícia. Apesar de ser o grupo negro um dos principais responsáveis por esta mudança, já que era ele quem estava promovendo manifestações e denúncias, isto não significa que esteja ocorrendo avanço ou mudanças nas relações raciais no Brasil.

"Nelas (grifo: refere-se às diferentes seções que compunham os periódicos da segunda metade do século XIX) o negro aparece com grande frequência e podemos encontrá-lo envolvido em vários e diferentes espaços que vão como que definindo e redefinindo a figura e a condição negra e escrava: existe o negro das 'ocorrências policiais', o negro violento que se evadiu, o negro que é centro de notícias escandalosas, o negro dependente e serviçal que é oferecido enquanto 'peça de bom funcionamento' ou mesmo o negro 'objeto' de discurso das editorias científicas."

(Schwarcz 1987 : 99)

A imprensa, em diversos momentos, durante sua trajetória, realizou inúmeras reportagens que reforçavam o estereótipo do segmento negro, beirando quase sempre a animalidade ou a selvageria. Na reportagem da Revista Manchete, número 3, de 10 de maio de 1952, intitulada "Sartre chegou à África e a África foi a Paris", é possível ter como amostra a representação do segmento negro naquele período (metade do século XX). Esta matéria aborda a apresentação de artistas negros africanos (no texto não há referência sobre o nome do grupo), que se apresentam nos cabarés "Rosa Vermelha" e "Rosa Negra", no Quartier Latin, em Paris, na França.

#### "Sartre chegou à África e a África foi a Paris"

Nos cabarés 'Rosa Vermelha' e 'Rosa Negra' os negros elevam a 50 graus a temperatura do existencialismo branco.

'Cada rua de Paris é um rio que vem da Grécia'. Mas a frase de Gilberto Amado agora aplicada à capital francesa teria que ser recauchutada no pé em que vai a invasão do Quartier Latin pelos artistas negros.

É supreendente o deslocamento dos tamtans, dos batuques e do sensualismo dançante do continente negro para o coração da Cidade Luz. Essa imaginação de um ritual evocativo de lamentos e de existencialismo escurinho é de evidente mau gosto, fingidamente artístico.

O cabaré 'Rosa Vermelha' explica a sensibilidade parisiense que sempre sentiu misteriosa atração e curiosidade pelos sortilégios africanos

desde que desfilaram pelos seus boulevards os gigantes soldados do Senegal e da Guiné em defesa da França em guerra. Assim, a frase tomou outro runo:

'Cada rua de Paris é um rio que vem da África'. O cabaré 'Rosa Negra' procura mais acentuadamente suggestionar o parisiense distraído, insinuando que a doutrina de Sartre foi transportada para o fundo do Congo e agora é devolvida com a versão de uma tribo devotada ao amor, ao desejo e à posse. Embora ambos consigam 'esquentar' o ambiente com o ritmo bárbaro dos tambores e o entorse dos corpos em sassaricos que certamente envergonhariam qualquer tribo decente, esses discípulos bastardos do autor de 'Le diable' e 'Le Bon Dieu' poderiam se resumir na última estrofe da marchinha carnavalesca: 'que grandes vigaristas que eles são!'"

#### Legendas das fotos:

"Vista parcial da versão existencialistas dos africanos"

"No cabaré 'Rosa Vermelha' os pretos dançam com frequentadores após o show excitante"

"A sensualidade domina o show. Os artistas se esforçam em provocar a sensibilidade dos fregueses."

"Chave de perna de fazer inveja ao Héliô Gracie.' Autêntico existencialismo de Kimonobikini."

Esta dissertação não tem como proposta avaliar a trajetória do negro nos textos jornalísticos do século XIX até os dias atuais, já que o recorte temporal do trabalho se restringe ao ano de 1988. Os exemplos acima visam explicar algumas das representações do segmento negro em jornais e revistas de determinados períodos.

Durante o ano de 1988, as matérias jornalísticas tiveram características bastantes definidas e temas específicos que podem ser facilmente identificados em diversos meses daquele ano, reconstituindo historicamente a trajetória do negro na sociedade brasileira.

## 1. FEVEREIRO DE 1988

### 1.a. Carnaval

O negro começa a ser notícia em 1988 no Carnaval do Rio de Janeiro, espaço reservado historicamente a este grupo para a sua manifestação dentro da sociedade brasileira. Porém, o que chamaria a atenção para este fenômeno, que se repete todos os anos, foi a utilização deste espaço, por parte dos negros, para a exaltação da raça negra e a adoração e homenagem ao líder guerreiro Zumbi dos Palmares. Sob os olhos da imprensa e das televisões do Brasil e do mundo os carnavalescos resolveram utilizar este "gueto" para questionar a questão racial no Brasil.

A Escola de Samba Unidos da Vila Isabel, campeã do carnaval, foi o maior exemplo deste protesto com o samba-enredo "Kizomba, a festa de uma raça" (Kizomba é uma palavra angolana e significa festa, manifestação popular). A Escola foi à avenida Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, e exaltou a raça negra:

"O enredo da escola, levado ao sambódromo por seus 1200 integrantes, foi 'Kizomba, a festa de uma raça', exaltando Zumbi, a cultura negra, da escrava Anastácia 'que não se deixou escravizar' à Clementina de Jesus e a luta 'para que o apartheid (regime de segregação, imposto pela minoria branca a maioria negra da África do Sul) se destrua'. As três primeiras colocadas deste ano tiveram temas ligados à abolição da escravatura: o da Mangueira foi 'Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão?'; e o da Beija-Flor (terceira colocada) foi 'Sou negro, do Egito à liberdade'."

(Folha de S. Paulo 18/02/1988. Escolas que exaltaram abolição vencem no Rio)



Os contornos políticos dos sambas-enredos foram levados ao limite quando a Escola Unidos da Vila Isabel (campeã) convidou a Comissão da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) -- organização política e guerrilheira que luta pela independência de Namibia -- a participar do desfile.

"Kizomba

Por questão de segurança os representantes da SWAPO -- organização Popular do Sudoeste Africano -- que desfilaram na Escola de Samba Unidos da Vila Isabel vieram espalhados pelas alas. Como se sabe, a SWAPO -- fundada em 1960 -- é o movimento de libertação popular da Namíbia que enfrenta os racistas da África do Sul com arma na mão."

(Jornal do Brasil, 17/02/1988. Racismo. Informe JB. Coluna de Anselmo Gois.)

Este gesto vindoda Vila Isabel foi suficiente para politizar o desfile e chamar a atenção para a questão racial, através do samba-enredo da escola idealizado por Martinho da Vila, que levou quatro anos para concretizá-lo. Em 1984, dirigentes da Unidos da Vila Isabel foram à África , mais precisamente em Angola, buscar a inspiração para o enredo "Kizomba".

"Kizomba

O sonho de liberdade ganhou na Marquês de Sapucaí. Através das escolas de samba o negro brasileiro deu o seu grito de protesto. A escravidão foi abolida, mas a liberdade ainda não veio. No ano do Centenário da Lei Áurea essa liberdade não poderia faltar no desfile, que reflete, ou pelo menos deve refletir a realidade social brasileira (...)."

(O Dia, 17/02/1988. Vila conquista a avenida festejando o negro)

O samba-enredo da Vila Isabel também foi aclamado pelo voto popular. Na pesquisa "O Dia -- o samba enredo do povo" desenvolvida pelo jornal carioca "O Dia" computou-se,

dos 15.856 votos, 4.501 para o samba-enredo "Kizomba". O segundo colocado foi o samba-enredo da Mangueira e em terceiro o da Escola de Samba Estácio de Sá.

A imprensa em uníssono reconhecia a negritude do carnaval brasileiro com a exaltação do negro. O jornal O Estado de S. Paulo euforicamente afirmou:

"(...) um espetáculo inesquecível de exaltação à raça negra, de empolgação e de samba puro, sem precisar recorrer a luxuosos artifícios nem a efeitos especiais (...)"

(O Estado de S. Paulo, 18/02/1988. Espetáculo exalta a raça negra)

Numa atitude inusitada frente à "superioridade" da raça negra, que ali apresentou um espetáculo, a reportagem ainda destaca:

"Mas não discriminou (grifo: refere-se à Vila Isabel) os brancos ao apresentar Vera Fischer e Maria Padilha como destaques para simbolizar a convivência pacífica."

(O Estado de S. Paulo, 18/02/1988. Espetáculo exalta a raça negra)

No samba-enredo "Kizomba, a festa negra", de autoria de Rodolpho Jones e Luiz Carlos da Silva, o "beautiful black" se evidenciou e resgatou-se a imagem dos heróis negros. Numa letra que mistura figuras históricas e lendárias com a realidade do momento, o samba encantou e também serviu como instrumento de denúncia.

"Valeu Zumbi!  
O grito forte dos Palmares  
Que correu terras, céus e mares  
Influenciando a abolição.

Zumbi valeu  
 Hoje a Vila é Kizomba  
 É batuque, canto e dança  
 Jongu e maracatu  
 Vem menininha prá dançar o caxambu.

Ôô Ôô Clementina  
 O pagode é o partido popular

O sacerdote ergue a taça  
 convocando toda a massa  
 Neste evento que congraça  
 Gente de todas as raças  
 Numa mesma emoção  
 Esta kizomba é nossa constituição

Que magia  
 Reza ajeum e orixás  
 Tem a força da cultura  
 Tem a arte e a bravura  
 E o bom jogo de cintura  
 Faz valer seus ideiais  
 E a beleza pura dos seus rituais

Vem a lua de Luanda  
 Para iluminar a rua  
 Nossa sede é nossa sêde  
 de que o apartheid se destrua  
 Valeu!"

(O Dia, 21/02/1988. Samba da Vila Isabel conquista troféu O Dia)

Em meio a toda esta euforia, o artigo de Luís Inácio Lula da Silva, então deputado federal do PT-SP, chamava a atenção para a desmistificação da democracia racial e a ilusão da harmonia racial ou elevação da condição do negro dentro da sociedade brasileira, proveniente da exaltação do carnaval.

"É carnaval, e por causa disso, o Congresso constituinte fez um pequeno recesso de uma semana. Uma boa pausa para refletir com mais realidade sobre uns tantos problemas brasileiros que nem sempre a constituinte aborda. Também porque é Carnaval, vai se ouvir falar muito em 'alegria do povo', em 'espírito alegre do brasileiro'. E ainda porque é Carnaval, vão sobrar os elogios ao samba, à batucada e à 'contribuição cultural da raça negra'. Depois vem a quarta-feira de Cinzas e ninguém vai se lembrar dessas coisas (...)."

(Folha de S. Paulo, 16/02/1988. A mistificação da Democracia racial, de Luís Inácio Lula da Silva)

A indiferença da Vila Isabel à princesa Isabel ou mesmo à Lei Áurea, marcou todo o espírito do ano de 1988. Conforme o próprio samba-enredo da escola o herói negro a ser reverenciado seria Zumbi dos Palmares. Este gesto de indiferença foi motivo de críticas do colunista Anselmo Gois, que assina a coluna "Informe JB", do Jornal do Brasil.

"Ao tratar com desdém o Centenário da Abolição da Escravatura, a Unidos da Vila Isabel — a grande campeã do carnaval 88 — pareceu ter-se esquecido das raízes do próprio bairro em que nasceu.

O bairro de Vila Isabel — antiga Fazenda do Macaco — ganhou este nome em homenagem à princesa Isabel, da Lei Áurea, que libertou os escravos.

A homenagem partiu de João Batista Viana Drumond, um rico homem de negócios que recebeu o título de Barão exatamente por seu devotamento à causa abolicionista.

Ao fundar o bairro, o Barão de Drumond procurou dar aos seus principais logradouros, nomes relacionados à causa da liberdade para os negros.

O boulevard 28 de setembro registra a data da promulgação da Lei do Ventre Livre -- pela qual os filhos dos escravos não seriam mais escravos.

Dois outros abolicionistas -- José do Patrocínio e Justiniano da Rocha -- também viraram nomes de ruas."

(Jornal do Brasil, 18/02/1988. Informe JB, coluna de Anselmo Gois)

O mesmo colunista em duas outras ocasiões publicava duas notas do Movimento SOS-Racismo, que por si só justificariam o "desdém" da Vila Isabel pela Lei Áurea.

"O movimento SOS-Racismo, do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra, ficará de plantão durante o carnaval carioca pelos telefones 717-6601 e 222-7899 para tentar evitar condenações por vadiagem de quem está sendo preso sem documentos nas ruas.

Segundo João Romão, diretor do IPCN, do dia 8 até ontem o Instituto constatou, em média, 10 condenações diárias através deste artigo. Desse total, 80% são negros.

Esse tipo de prisão vem sendo feito apesar do secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, du

rante sua posse, garantir que não aplicaria mais o art. 59 da Lei das Contravenções Penais."

(Jornal do Brasil, 13/02/1988. Informe JB, coluna de Anselmo Gois)

"O movimento SOS-Racismo, do IPCN, registrou em seu plantão, durante o carnaval carioca, 60 casos de apreensões por falta de documentos, que só não se transformaram em prisão — não havia flagrante criminal — pela rápida interferência de seus plantonistas. Desses casos, 37 eram de negros."

(Jornal do Brasil, 13/02/1988. Informe JB, coluna de Anselmo Gois)

Em outro artigo, dias antes do Carnaval, Artur da Távola, comentarista, escrevia "Salve Martinho da Vila, cinqüentão", exaltando o compositor responsável pelo enredo da Escola de Samba Unidos da Vila Isabel, que completava 50 anos de idade. Ao mesmo tempo, o artigo demonstrava o nível de consciência do inspirador do samba-enredo e o reconhecimento pelo seu trabalho.

"Os cinquenta anos de Martinho são data importante para a cultura nacional. Pertencesse aos segmentos da classe dominante ou fosse ídolo do poder cultural, estaria recebendo homenagens da grande imprensa. Esperem os cinquenta de Caetano, Gil e verão o que estou dizendo. No Brasil — para ser festejado — o artista precisa ser reverente ou estar dentro das características cultuadas pelo poder cultural e pela classe dominante. E Martinho é uma espécie de marginal disso tudo."

(O Dia, 11/02/1988. Salve Martinho da Vila, cinqüentão)

Mesmo que tenha sido por alguns instantes (ou dias) a onda de exaltação do negro e de seus heróis, o fevereiro de 1988 é marcado por uma série de reportagens que atribuem ao Carnaval daquele ano algo de diferente, talvez o mais negro de todos os carnavais. As reportagens quase chegam a dizer (mas não dizem) que "Negro é Lindo".

1.b. Campanha da Fraternidade

No dia 17 de fevereiro de 1988, o papa João Paulo II abria a Campanha da Fraternidade, em rede nacional, que tinha como tema a "Igreja e o negro" e o slogan "Ouvi o clamor deste povo!" (o slogan foi adotado em todas as arquidioceses do Brasil, menos na do Rio de Janeiro que teve o título "Defenda as cores do nosso país")(2)

Através desta campanha a Igreja fazia o seu "mea culpa" pela omissão e incentivo dados à escravidão.

"A escolha do tema coincide com o centenário da libertação dos escravos e servirá para o clero fazer um 'mea culpa' sobre o preconceito racial, que exerceu durante séculos — disse o secretário executivo da campanha padre Dagoberto Boim."

(O Globo, 18/02/1988. Igreja lança campanha pelo negro)

Seguindo esta mesma linha de pensamento, o presidente da Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" afirmava:

"A quaresma é uma preparação para a páscoa. Um período de penitência. Nesse período, a Igreja pretende penitenciar-se de seus erros do passado. A Igreja nunca ficou na estratosfera da sociedade. Ela é responsável por toda omissão em torno

---

(2) A Campanha da Fraternidade em 1988 completava 25 anos de existência. ela foi trazida para o Brasil pelo arcebispo D. Eugênio Sales, que a importou dos moldes da campanha que a Alemanha fez para arrecadar fundos para o Terceiro Mundo. Nos seus dois primeiros anos, ela esteve restrita ao Rio Grande do Norte, pois naquela época (1962) D. Eugênio era o bispo de Natal. A partir do progresso alcançado, ela foi estendida a todo o Brasil.

da escravidão negra e do preconceito racial."

(O Estado de S. Paulo, 28/02/1988. O negro na campanha da Igreja)

Com a escolha do tema da Campanha da Fraternidade a Igreja Católica demonstrava oficialmente que havia diferenças de oportunidades entre brancos e negros, desmascarando o discurso da democracia racial no Brasil. Até então a Igreja fez "vistas grossas" a esta realidade, mesmo porque ideologicamente, desde o início da escravidão ela desconhecia a humanidade do negro. No século XVI, por exemplo, o papa Paulo III lançava uma bula que dizia "'(...) são seres humanos todos os silvícolas das áreas colonizadas. As peças de Guiné, entretanto, não o são.' Igualadas aos animais domésticos pela autoridade papal, os negros podiam ser escravizados sem qualquer problema." (O Estado de S. Paulo, 28/02/1988). Nos últimos tempos a Igreja ignorava em sua liturgia e encíclicas o racismo ou o preconceito racial.

A Campanha da Fraternidade foi vista com euforia por diversos segmentos da sociedade. Para o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que no mesmo ano elaborava projeto de reforma da lei do crime de racismo, o único temor era o de que a campanha se esvaziasse na retórica.

"Uma instituição do porte que tem a Igreja reconhece a inexistência da democracia racial e se penitencia por seus erros do passado. Isso é extremamente importante como passo para que no país nós possamos um dia ainda ver brancos e negros juntos com o mesmo direito", diz Caó, que só teme que a campanha se esvazie na retórica, não provocando mudanças que atinjam a própria Igreja."

(O Estado de S. Paulo, 28/02/1988. O negro na Campanha da Igreja)

Para o historiador Abdias do Nascimento, ex-deputado federal e importante figura dos movimentos negros não importava muito se a campanha ficasse apenas na retórica ou pro-

vocasse mudanças na estrutura da Igreja.

"O importante é que ajuda (grifo: se refere à Campanha da Fraternidade) a promover o debate em torno do tema. Os movimentos negros não esperam mais da Igreja. Eles têm a própria dinâmica. A gente aprendeu a contar ape nas consigo mesmo. Mas aceita qualquer adesão à nossa causa', afirma Abdias."

(O Estado de S. Paulo, 28/02/1988. O negro na Campanha da Igreja)

Neste processo o segmento progressista da Igreja ampliava a proposta da campanha na tentativa de promover a valo-rização do elemento negro e também de todas as suas manifestações culturais e religiosas.

"- A Igreja brasileira aproveitará o período quaresmal de reflexão, para repensar a questão negra, que não é apenas de pele. Sempre consideramos, por exemplo, os rituais da religiosidade negra como frutos da ignorância e superstição, o que não é verdade. Por que não achamos o mesmo da nossa tradição católica de se levar flores ao cemitério? - indagou o padre Boim." (3)

(O Globo, 18/02/1988. Igreja lança campanha pelo negro)

O cardeal-arcebispo de São Paulo vai além e propõe aos constituintes a garantia de espaço ao segmento negro.

"O cardeal-arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, formulou ontem um apelo aos constituintes e políticos de um modo geral, no sentido de que lutem para a reparação do 'mal que dura cinco séculos' e que tem impe-didado os negros de ocuparem plenamente espa-ços políticos, sociais e religiosos no País (...). D. Paulo considera 'a integração do

(3) Padre Boim: refere-se ao Secretário executivo da Campanha da Fraternidade padre Dagoberto Boim.



negro na grande família brasileira um desafio para o futuro' e disse que 'problemas graves de 500 anos não serão resolvidos com um ano de reflexão'."

(O globo, 18/02/1988. Igreja lança campanha pelo negro)

No entanto, a escolha do slogan da Campanha da Fraternidade "Ouvi o clamor deste povo" trouxe divergências no âmbito da Igreja Católica.

"As divergências já começaram na escolha do próprio slogan da campanha. A CNBB utilizou como marca da campanha em seus cartazes e anúncios de rádio e televisão a frase que Deus disse a Moisés quando lhe ordenou que fosse o libertador do povo judeu: 'Ouvi o clamor desse povo'. Transferida para os dias de hoje, a frase dá a clara conotação de que os negros ainda clamam por justiça e liberdade, o que contraria frontalmente as teses dos que consideram que no Brasil não há preconceito de cor e negros e brancos têm as mesmas oportunidades. Assim pensa o arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, que trocou seu slogan para 'todas as raças, um só povo', em cartazes onde brancos e negros aparecem dando as mãos. A presidência da CNBB evita comentar o assunto, afirmando que o importante é que durante a quaresma o tema seja discutido."

(O Estado de S. Paulo, 28/02/1988. O negro na campanha da Igreja)

Com características integracionistas, a Campanha da Fraternidade no Rio de Janeiro propunha a união de todas as raças.

"No RJ a campanha tem como tema a união das diferentes raças que compõem a população brasileira. Nos demais estados brasileiros, ela seguiu o tema sugerido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 'A fraternidade e o negro', em homenagem aos cem anos da abolição da escravatura, promulgada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Segundo d. Eugênio, a Campanha no Rio é diferente porque a arquidiocese acha que a fraternidade deve

ser estendida a todas as raças e não ficar restrita a apenas uma delas, como sugere o slogan 'Defenda as cores do nosso País'."

(O Globo, 19/02/1988. Campanha da Igreja prega união das raças)

Em artigo publicado no "Jornal do Brasil", d. Eugênio se defendia, explicando os motivos que o levaram a modificar o slogan da Campanha da Fraternidade naquele ano:

"No Brasil, a abolição da escravatura, para um exame objetivo e justo, necessita de ser vista sob dois prismas. Trata-se de algo inserido na cultura dos povos como parte integrante de sua maneira de ser e ver a realidade. O outro aspecto é o julgamento da atuação da Igreja entre nós. Há toda uma literatura usada, inclusive em estabelecimentos católicos, que manipula falhas existentes, desconhece os limites impostos pelo Padroado e julga os fatos à luz de uma visão ideológica incompatível com a verdade histórica objetiva."

(Jornal do Brasil, 06/02/1988. Escravos ontem e hoje)

## 2. MARÇO DE 1988

### 2.1. Dia Internacional pela eliminação da discriminação racial

No mês de março de 1988 a imprensa registrava diversos eventos que colocavam à tona a questão racial no Brasil.

Naquele mês o dia 21 tinha a representação simbólica de luta e denúncia da discriminação racial. Isto possibilitou aos jornais a formulação de pautas envolvendo casos de discriminação e racismo.

"O Dia Internacional pela eliminação de discriminação racial foi criado para lembrar o dia 21 de março de 1950, quando em Shaterville, África do Sul, 300 negros realizaram uma passeata pacífica contra as leis racistas do

'apartheid'. A política (grifo: no jornal está grafado 'política' em vez de 'polícia', não se sabendo se foi intencional ou erro gráfico) sul-africana acabou metralhando os manifestantes, o que resultou em 69 mortos e 180 feridos."

(O Dia, 22/03/1988. Meriti)

Tendo como base "O Dia Internacional pela Eliminação da discriminação Racial", foi realizado no Rio de Janeiro o I Encontro Estadual de Conscientização e Cidadania Negra, um megavento promovido pela Secretaria de Relações Internacionais do então governador Moreira Franco.

Este encontro servia de preparação para o "Seminário Internacional de Racismo e Apartheid", previsto para acontecer em outubro daquele ano, além de marcar a abertura oficial no Rio de Janeiro da programação do Centenário da Lei Áurea.

Neste evento, grupos negros do Rio de Janeiro e dos municípios vizinhos foram reunidos para discutir o racismo no sistema escolar, as condições sociais da mulher negra, o negro e a política partidária, mercado de trabalho e a importância do atleta negro na história do Flamengo. Os resultados destes debates seriam encaminhados enquanto propostas ao Governo do Estado.

"O secretário Márcio Moreira Alves, que representou o governo Moreira Franco no encontro, garantiu que o Estado vai apoiar integralmente todas as posições tomadas pela comunidade negra, inclusive a moção de protesto e pedido de rompimento com o governo racista da África do Sul. Moreira Alves levou para assistir ao encontro uma delegação de deputados alemães em visita ao Rio, chefiada pelo presidente da Assembléia Legislativa de Berlim, Peter Rebsch."

(O Dia, 20/03/1988. Negros exigem rompimento com racismo sul-africano)

Durante o encontro, no entanto, o confronto entre a Polícia Militar do Rio de Janeiro e o segmento negro veio à tona. A denúncia de que a PM agia de forma agressiva contra a população negra na entrada do Estádio, onde se realizava o Congresso, provocou protestos de diversas entidades.

"A presença ostensiva de soldados da tropa de choque do 19º BPM, portando armas pesadas como escopetas e metralhadoras, e a atitude repressora dos policiais, que interpelavam os negros ao chegarem ao estádio do Flamengo, na Gávea, acabou interrompendo por algum tempo, ontem, o I Encontro Estadual de Conscientização e Cidadania Negra. O seminário foi organizado pelo Governo do Estado justamente para denunciar a discriminação ao negro em todas as suas formas."

(O Dia, 21/03/1988. PMs revistam negros em congresso)

As contundentes declarações do então diretor do Instituto de Pesquisas e Culturas Negras, Marcos Romão, sobre a presença ostensiva da Polícia Militar, marcaria a característica de denúncia que 1988 teve, muito longe de qualquer intenção de comemorações.

" - A verdade é que muitos negros reunidos em um bairro de classe média alta assusta os racistas. Pensam logo em assalto, violência, pilhagem. o governo precisa ficar atento a estas manifestações discriminatórias e adotar uma política que modifique a atitude dos organismos de segurança, como a Polícia Militar. A presença de PMS no encontro demonstrou claramente uma postura racista."

(O Dia, 23/03/1988. Líder negro contesta versão da PM)

A partir daquele mês de março percebe-se uma quantidade significativa de matérias de denúncias de discriminação racial nas mais diversas circunstâncias.

"Belo Horizonte - Um anúncio da agência de empregos Manpower publicado dia 20 no jornal Estado de Minas oferecendo trabalho para técnico de mineração com 'boa aparência e cor branca' na empresa Rio Verde, está causando polêmica em Belo Horizonte. O Movimento Negro Unificado de Minas Gerais vai entrar com representação criminal contra as duas empresas, baseada na Lei Afonso Arinos, que prevê pena de três meses a um ano de prisão para discriminação racial comprovada."

(O Estado de S. Paulo, 30/03/1988. Processo contra discriminação racial)

"O secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, determinou a abertura de inquérito para apurar a responsabilidade do síndico Gildo Rodrigues pela prisão da empregada doméstica Vera Lúcia Ferreira da Silva, de 30 anos, no elevador social do edifício Vivenda Onze, no Leblon (...). De acordo com o secretário, 'trata-se de humilhação' o que aconteceu com Vera Lúcia Ferreira da Silva, que pelo fato de ser negra e tentar utilizar o elevador social do prédio em que trabalha, foi trancada por mais de meia hora."

(Jornal do Brasil, 23/03/1988. Síndico que prendeu a empregada será punido)

"Negra, baixinha, bem vestida, bem maquiada, entrando em hotel ao lado de norueguês alto, louro de olhos azuis, só pode ser garota de programa. Este raciocínio fez com que o recepcionista Jaime Hermann do Hotel Glória destratasse Marizete de Souza Pio, cabeleireira há 23 anos (...) quando ela entrou com um amigo na noite de quarta-feira para se hospedar lá por dois dias (...). O delegado registrou a ocorrência como discriminação racial e estuda a possibilidade de enquadrar Jaime Hermann como difamador, mas o grande problema é que o amigo norueguês de Marizete voltou para a Europa anteontem."

(Jornal do Brasil, 05/03/1988. Cabeleireira acusa hotel de racismo)

"O Conselho da Comunidade Negra — ligado ao gabinete do governador — quer processar Darlene Glória."

O motivo alegado são as declarações ofensivas às religiões afro-brasileiras feitas pela atriz

no programa 'Advogado do Diabo', que foi ao ar na última quinta-feira pela TV Cultura."

(Folha de S. Paulo, 08/03/1988. PASCOWITCH, Joyce. Cobrança)

"(...) o comerciário Edvaldo Ferreira dos Santos, 48 anos, e sua família enfrentam ameaças, pressões e discriminações de toda sorte pelo fato de serem negros. Proprietários há 18 anos do apartamento 306 do condomínio Edifício Victoria, localizado a avenida Prestes Maia, 321, Santa Efigênia, Edvaldo nunca foi convidado a participar de nenhuma reunião condominial do prédio. Quando reclamou seus direitos foi excluído da sociedade condominial pelo síndico Edmundo Neves da Silva (...)

Na representação que encaminhou ao 1º Distrito Policial (Sé), pedindo a instauração de inquérito contra o síndico, Edvaldo argumenta que desde o dia 16 de fevereiro de 1970, quando comprou à vista o apartamento 306 jamais foi convocado para qualquer assembléia do condomínio. (...) Antes de apresentar representação contra o síndico, Edvaldo já prestara queixa de discriminação racial no 1º Distrito Policial."

(Notícias Populares, 24/03/1988). Excluído do condomínio do edifício só porque é negro)

"Porto Alegre - O Movimento da Consciência negra encaminha hoje à Justiça acusação de racismo a Fidêncio Calescura, diretor do Centro Social Urbano de Passo Fundo, cidade localizada a 291 quilômetros da capital. Calescura, nomeado há um ano pelo governador Pedro Simon, teria demitido, no início de fevereiro, a professora Apelonice Lima unicamente por ela ser negra."

(O Globo, 08/03/1988. Diretor de Centro acusado de racismo)

## 2.2. Abertura oficial das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura

A abertura das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura durante o mês de março foi marcada pela resistência dos grupos negros a qualquer tipo de comemoração festiva.

"Os integrantes do Comitê Popular de Questionamento ao Centenário da Abolição, composto por mais de 50 unidades, entre movimentos populares, estudantis e sindicalistas, são contrários a comemoração dos 100 anos da abolição da escravatura. 'Somos contra — diz Sueli Chan, representante do grupo Movimento Negro Unificado — porque entendemos que o dia 13 de maio de 88 será uma grande farsa. O Governo vai usar a data para fazer uma grande festa e alienar ainda mais o negro."

(Diário Popular, 22/03/1988. Abertura do Centenário da Abolição da Escravatura)

O discurso dos movimentos negros organizados, que imprimiam ao ano de 1988 características de reflexão e não de comemoração foi imediatamente assimilado pelo Governo Federal. Na abertura oficial do Centenário da Abolição da Escravatura, o então presidente da República, José Sarney, propunha ao Congresso Nacional a instituição da Fundação Cultural dos Palmares.

"O objetivo principal da Fundação, segundo o presidente Sarney enfatizou em seu discurso, será o de apoiar as inteligências, as lideranças e as consciências que se formam na raça negra do Brasil, para que dentro de poucos anos nós tenhamos formado em nosso país uma elite da raça negra, que se possa atuar em todos os setores do Brasil', afirmou."

(Diário Popular, 22/03/1988. Abertura do Centenário da Abolição da Escravatura)

Para o então ministro da Cultura, Celso Furtado, a preocupação do governo deveria ser o de integração da raça negra.

"Já o ministro da Cultura, Celso Furtado, disse em seu discurso que a 'solução de um problema maior, como é o caso do atraso econômico e social da população de origem africana entre nós, requer ação deliberada do Estado'. Depois em entrevista coletiva, ele afirmou que o governo não está preocupado com efemérides, mas sim em conseguir a integração racial do País."

(Diário Popular, 22/03/1988. Abertura do centenário da abolição da escravatura)

A verba destinada pelo governo federal às comemorações do Centenário também foi motivo de crítica e análise.

"Nem o fato de o orçamento de Cz\$ 1,5 bilhão do Ministério da Cultura estar todo empenhado fará com que o governo deixe de comemorar comme il faut o Centenário da Abolição, em maio próximo.

O presidente Sarney vai liberar na semana que vem uma verba extraordinária para o MinC no valor de Cz\$ 500 milhões precisamente para bancar os festejos."

(O Globo, 11/03/1988. SWAN, Carlos. Haja verba!)

### 2.3. Rompimento com o regime sul-africano

Finalmente, o mês de março foi marcado por manifestações dos movimentos negros organizados junto ao governo federal para o rompimento das relações comerciais e culturais com a África do Sul, que mantinha o regime de segregação racial.

"No encontro de ontem, as lideranças negras criticaram o decreto federal de nº 9.524, que proíbe a participação de brasileiros em atividades culturais, esportivas e turísticas na África do Sul, mas, lamentavelmente, na visão destas lideranças, não menciona qualquer tipo de punição para os infratores."

(O Dia, 20/03/1988. Negros exigem rompimento com racismo sul-africano)

"segundo o Itamaraty, o governo brasileiro não pode impedir a ida de pessoas à África do Sul, já que os vistos são concedidos pela embaixada sul-africana em Brasília. As restrições se referem à entrada de cidadãos sul-africanos no Brasil."

(O Globo, 10/03/1988. Brasileiros jogam na África do Sul)



### 3. ABRIL DE 1988

#### 3.1. Críticas contra o apartheid

O mês de abril foi marcado, nas notícias publicadas pelos jornais, por ataques intensos ao regime segregacionista da África do Sul. Naquele mês as críticas ao apartheid partem de todos os lados: dos movimentos negros organizados, do governo brasileiro e das Organizações das Nações Unidas (ONU).

"Brasília - O presidente José Sarney classificou ontem, durante encontro com o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, no Palácio Itamaraty, de 'cruel e anacrônico' o regime racista da África do Sul. Em seu discurso, Sarney condenou 'todas as formas de violência originária do 'apartheid'."

(O Globo, 09/04/1988. Sarney condena segregação racial)

Os movimentos e entidades negras mostravam-se vigilantes e pressionavam o governo federal para o rompimento das relações com a África do Sul. Qualquer possibilidade de intercâmbio era malvisto pelos movimentos.

"Com base no decreto governamental que proíbe o intercâmbio cultural entre o Brasil e a África do Sul, o IPCN — Instituto de Pesquisas da Cultura Negra — pretende mover ação contra a Faculdade da Cidade, que convidou o advogado branco sul-africano Michael Harris para realizar palestra no teatro da África do Sul (...). Temendo estar se envolvendo com um racista, eles (grifo: refere-se aos estudantes) acionaram o IPCN no sentido de levantar seus antecedentes. A partir de contatos com o escritório de Representação do Congresso Sul Africano -- ANC -- foi descoberto que o advogado é membro da Suprema corte Sul-Africana e tem escritórios de advocacia em Washington, Teerã e Londres, onde mora

desde que deixou o seu país. Por entender que a faculdade agiu de má-fé, divulgando apenas que Michael Harris foi líder estudantil na África do Sul, o presidente do IPCN, Januário Garcia, presente ao debate, registrou, sob o aplauso dos estudantes, seu protesto. Ele chamou a atenção para a possível vinculação do advogado ao Governo racista de seu país, o que o caracterizava como um lobista sul-africano tentando vender o regime da África do Sul como aceitável."

(O Dia, 30/04/1988. Convite a sul-africano causa reação na cidade)

À manifestação dos movimentos negros contra a palestra do sul-africano não faltaram críticas, que consideravam intolerantes os protestos.

"O movimento negro ontem quebrou a cara ao promover uma manifestação contra a presença do professor sul-africano Michael Hares (sic) em um debate na Faculdade da Cidade, em Ipanema. Hares, na verdade, vive há quinze anos fora da África do Sul por conta de suas divergências com o regime do apartheid. Ele foi presidente da União dos Estudantes da África do Sul e militante do Partido Comunista.

-----

A manifestação dos negros ficou parecendo uma discriminação racial — pelo pecado de Hares ter nascido branco."

(Jornal do Brasil, 30/04/1988. Intolerância Informe JB)

Outro fato que provocou ampla cobertura da imprensa foi a divulgação da lista do Centro das Nações Unidas Contra o Apartheid com os nomes de entidades, artistas e atletas que violaram o boicote contra a África do Sul.

No entanto, os títulos das matérias jornalísticas eram contraditórios e de duplo sentido.

"Tenistas reagem à lista negra do apartheid"  
(O Globo, 16/04/1988)

"ONU põe Piquet e Senna na lista negra"  
(Jornal do Brasil, 15/04/1988)

"Piquet, Biesel, Senna e Serra na lista negra"  
(O Dia, 15/04/1988)

### 3.2. Discriminação

As reportagens sobre casos de discriminação racial e racismo continuavam também cada vez mais presentes. Entidades, movimentos e indivíduos negros isolados descobrem a Justiça como mecanismos de coibição e punição e querem valer os seus direitos.

"Aluno acusa o reitor de racismo no Recife e pede fim de coação"  
(Jornal do Brasil, 01/04/1988)

"Síndica será processada por racismo em edifício"  
(O Dia, 03/04/1988)

"SOS racismo vai à Justiça contra o Flu"  
(O Dia, 16/04/1988)

"Família negra pressionada para deixar apartamento"  
(O Dia, 20/04/1988)

"Pai racista quer que a filha deixe prédio"  
(O Dia, 28/04/1988)

"Juiz manda registrar o nome africano"  
(O Estado de S. Paulo, 15/04/1988)

Nos casos de denúncias e manifestações os movimentos negros foram peças fundamentais no processo de pressão. Para acompanhar os casos e orientar as vítimas de discriminação racial e racismo os movimentos e entidades negras se instrumentalizaram e formaram uma rede de contatos através da publicação de catálogos relacionando o endereço e as características de 575 entidades e organizações negras no Brasil. É possível observar que nas pautas das reportagens os grupos negros passam a ser o elemento que precipitaram situações, sendo citados não de forma pejorativa, mas como grupos de resistência.

"O movimento negro em todo o Brasil está estruturado em mais de 575 entidades (escolas de samba, grupos de capoeira, afoxés, núcleos de estudos universitários, entidades culturais, grêmios de lazer etc.) que lutam de forma organizada contra a discriminação racial por meio da atuação nas ruas ou reforçando as manifestações da cultura afro-brasileira. Nos últimos dois anos, essas entidades se multiplicaram devido a uma conjuntura política favorável (...). Esses dados constam de Catálogos de Entidades do Movimento Negro, um levantamento pioneiro no Brasil que será lançado em dois volumes, no fim do mês pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser)."

(O Dia, 18/04/1988. 575 entidades de negros contra a discriminação)

### 3.3. Cartilha com discurso racista

No entanto, a notícia que marcaria o mês e provocaria reboliço em entidades negras e geraria pressão contra o governo do Estado de Minas Gerais foi a denúncia de que uma cartilha sobre o Centenário da Abolição da Escravatura, preparada pela Secretaria da Educação mineira tinha um discurso racista.

"'o negro é um ser inacabado', 'deus criou o branco e o diabo, com inveja, criou o negro'. Afirmações desse tipo fazem parte de uma cartilha sobre o Centenário da Abolição da escravatura, preparada pela Secretaria da Educação mineira e que seria distribuída a todas as crianças mineiras em idade escolar. Denunciada pelo conteúdo racista, a cartilha foi interdita antes de ser distribuída."

(O Estado de S. Paulo, 06/04/1988. Cartilha ensina racismo em Minas)

Mais uma vez as entidades negras exerciam o papel de denunciadoras de que o negro sofre discriminação racial na sociedade brasileira e exigiam medidas punitivas.

"Belo Horizonte - Para encerrar o conflito entre a Secretaria Estadual de Educação e o Movimento Negro Unificado, o governador Newton Cardoso extinguiu a Comissão de Moral e Civismo. Ligada à secretaria, a comissão foi a responsável pela elaboração de uma cartilha para comemorar o Centenário da Abolição da Escravatura acusada de preconceituosa."

(O Globo, 11/04/1988. Extinta comissão da cartilha racista)

Neste caso, também a Justiça foi acionada apesar das medidas tomadas pelo governador mineiro.

"O deputado Carlos Alberto Oliveira (PDT-RJ) apresentará queixa-crime contra o secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, Hugo Gontijo, em razão das expressões racistas utilizadas na cartilha elaborada por esta Secretaria em comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura."

(O Dia, 07/04/1988. Rápidas)

### 3.4. Visita do presidente de Moçambique

O mês também é marcado pela visita do presidente da República Popular de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, ao Brasil. A visita implicava tratar novas medidas comerciais entre os dois países e a criação de sanções contra a África do Sul.

"O presidente de Moçambique foi homenageado no Itamaraty com um jantar oferecido pelo presidente Sarney, quando foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Ainda ontem, os dois Presidentes puderam ter as primeiras conversas sobre a situação na África Austral, tema que será detidamente analisado na manhã de hoje, juntamente com a dívida de US\$ 280 bilhões (cerca de Cz\$ 33 quatrilhões) que Moçambique tem com o Brasil. Por causa dessa dívida, contraída mediante créditos para importação de produtos brasileiros, o comércio dos dois países tem caído praticamente a zero.(...)  
Hoje, o Presidente de Moçambique que visita a Assembléia Constituinte e o Supremo Tribunal Federal, será homenageado com um almoço pelo governador do Distrito Federal, José Aparecido. Chissano, que iniciou sua viagem pela América Latina, dia 29, por Buenos Aires, indo em seguida para Cuba e de lá para a Nicarágua, retorna hoje mesmo a Moçambique."

(O Globo, 09/04/1988. Sarney condena segregação racial)

## 4. MAIO DE 1988

### 4.1. Manifestações

O mês de maio excitou as pautas da imprensa. Em unísono, os jornais reconheciam aquilo que as entidades negras já vinham denunciando: a desigualdade de oportunidade entre bran-

cos e negros no Brasil.

Naquele mês, a princesa Isabel, responsável pela assinatura da Lei Áurea, que aboliu em 1888 a escravatura no Brasil, foi execrada ("A princesa Isabel não libertou, o negro foi que lutou", era um dos gritos de protests dos negros em manifestação no 13 de maio, na Praça da Sé, em São Paulo) e as comemorações de 13 de maio deram lugar às passeatas de protesto nas ruas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Os jornais registraram os fatos. As críticas contra a posição dos negros também eram publicadas em forma de artigos.

"Compreendo muito bem a manifestação dos negros brasileiros de hoje, que negam a importância do 13 de maio e preferem comemorar as insurreições dos quilombolas e as lutas dos intelectuais e políticos abolicionistas. Mas não gosto de ver, em um jornal de S. Paulo, um grupo de sujeitos a malhar a princesa, representada por um boneco de pano, uma espécie de judas no Sábado de Aleluia. Isso não se faz, nem com uma princesa."

(O Estado de S. Paulo, 28/05/1988. BRAGA, Rubens. Isto não se faz)

As caminhadas de protesto que estouraram no 13 de maio nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, tendo a frente movimentos e entidades negras, foram marcadas por tensão e conflitos.

Em São Paulo, enquanto a Secretaria das Relações Sociais do governo do Estado, que promoveu a passeata, queria que os negros reverenciassem a princesa Isabel, os negros empunhavam cartazes de protesto como "13 de maio de 1988. A princesa esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho. Foi proposital". Esta passeata, marcava o primeiro movimento de rua do negro em São Paulo, naquele ano.

"São Paulo - O dia 13 de maio e os 100 anos de abolição em São Paulo foram marcados pela divergência entre os movimentos negros e o governo do Estado, através da Secretaria das Relações Sociais. Durante a grande passeata que percorreu as ruas centrais da capital paulista ontem à tarde, o clima era tenso e, por várias vezes, os representantes da Secretaria se envolveram em violentas discussões com os militantes do Movimento Negro Unificado (MNU). Enquanto o Movimento Negro Unificado chamava à caminhada, que reuniu cerca de 2 mil pessoas, de um 'grande protesto' contra a situação social do negro no país, o governo do Estado, que promoveu a passeata, queria que a caminhada representasse uma homenagem à assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, há 100 anos."

(Jornal do Brasil, 14/05/1988. Divergências marcam festa da abolição na capital paulista)

Uma segunda caminhada foi promovida ainda naquele mês na capital paulista. Ela aconteceu em 28 de maio, quando centenas de negros desfilaram em procissão lembrando os episódios da escravatura e denunciando a discriminação que o negro sofre.

"Ao som de atabaques, entoando lamentos e exibindo instrumentos de tortura, centenas de negros desfilaram ontem à tarde pelo Centro da cidade. A procissão de rua, como foi batizada pela Secretaria de Estado da Cultura, lembrava, em seis atos, episódios da vida do negro brasileiro desde o ano de 1887, passando pela abolição da escravatura e denunciando a falsa liberdade conquistada depois de 13 de maio de 1888."

(O Estado de S. Paulo, 29/05/88. Negro faz procissão no centro)

No Rio de Janeiro, a "Marcha dos negros contra a farsa da abolição", uma passeata que chegou a reunir cerca de seis mil pessoas (alguns jornais afirmavam ter 20 mil), sofreu confronto direto com o Exército e a Polícia Militar.



"Um aparato policial do Exército e da PM, só comparável ao visto nas grandes passeatas estudantis de 1968, em plena época da ditadura militar, foi montado nas ruas do centro, ontem, com um único objetivo: impedir que as cerca de seis mil pessoas que participavam da manifestação negra contra a 'farsa da abolição da escravatura', na avenida Presidente Vargas, passassem em frente ao Pantheon de Caxias."

(O Dia, 12/05/1988. Exército e PM barram negros na Central)

Este confronto entre Negros, Polícia e Exército teve ampla cobertura da imprensa. (Abaixo alguns dos títulos publicados.)

"Contida a marcha dos negros"

(O Dia, 12/05/1988)

"No Rio, marcha de negros é barrada pela polícia"

(Folha de S. Paulo, 12/05/1988)

"Tropa impede protesto de negro"

(O Estado de S. Paulo, 12/05/1988)

"Caxias põe a tropa na rua"

(Jornal do Brasil, 12/05/1988)

"Negros divididos denunciam racismo"

(O Estado de S. Paulo, 14/05/1988)

"Caminhada de luta leva seis mil à Sé"

(Diário Popular, 14/05/1988)

"Negros queimam retrato de princesa"

(Folha de S. Paulo, 13/05/1988)

"Passeata proibida"

(Jornal da Tarde, 12/05/1988)

Se as manifestações nas ruas marcaram a indignação do negro contra a sua situação na sociedade brasileira, na abertura oficial das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura no Congresso Nacional as vaias e protesto não foram menores.

"A sessão solene do Congresso Nacional realizada ontem para comemorar o Centenário da Abolição foi marcada por protestos de cerca de 30 membros do Movimento Negro Unificado e da Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores, que estavam nas galerias, e pela presença do primeiro-secretário da embaixada da África do Sul, Johanes Spies (...)  
 Todos os oradores foram interrompidos com vaias e palavras de ordem dos manifestantes, contrários à programação oficial e defensores de 20 de novembro como a data nacional da Consciência Negra, que registra a morte de Zumbi."

(Folha de S. Paulo, 13/05/1988. Vaias e protestos marcam a sessão solene do Congresso)

#### 4.5 Prêmio Nobel e rei em visita ao Brasil

O mês de maio também foi marcado pela visita do Prêmio Nobel de Literatura em 1986, o novelista, teatrólogo e poeta nigeriano Wole Soyinka, que veio ao Brasil para acompanhar as comemorações do Centenário.

"Wole Soyinka foi o primeiro negro a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura. Sem considerar-se Albert Camus (1913-1960), vencedor do Nobel em 57, que nasceu na Argélia mas radicou-se na França, o escritor nigeriano foi o primeiro africano a ganhar o prêmio. Nasceu em 13 de julho de 1934, numa aldeia chamada Abeokuta, oeste da Nigéria. Estudou na Universidade de Leeds, na Inglaterra. Poeta e romancista, teve mais popularidade como dramaturgo. Em oposição à teoria da 'negritude', propõe o que chama de 'tigretude', uma defesa mais radical dos valores da cultura negra. 'Um tigre não proclama sua tigretude. Ele ataca', costuma dizer."

(Folha de S. Paulo, 13/05/1988. Prêmio Nobel cobra mais ação contra apartheid)

Outra visita célebre foi a do rei do Ketu (uma das 47 etnias do Benin), Ade Tutu.

"Chega esta semana ao Brasil Ade Tutu, rei de Ketu, em companhia de três ministros da República Popular do Benin, na África Ocidental. Vem participar da inauguração da Casa do Benin, no Pelourinho, Salvador, que fará parte da festa afro-baiana, programada pela prefeitura para o próximo sábado.

\*\*\*\*\*

Ade Tutu - que em dialeto africano significa Coroa Nova - reina em Ketu há mais de 20 anos, desde a morte de Ade Wori. Mesmo com a transformação da antiga Daomé na atual República do Benin, de influência socialista, o rei Ade Tutu continua sendo voz acatada pelo governo central."

(Jornal do Brasil, 01/05/1988. GOIS, Anselmo . África. Informe JB)

#### 4.3. Decreto concede indulto a presos

Numa evidente identificação às leis do Sexagenário e Áurea, o então presidente da República, José Sarney, decretava naquele mês de maio, como comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura, liberdade e redução das penas de presos em todo o país.

"Como comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura, o Presidente José Sarney assinou ontem, decreto concedendo indulto aos presos reincidentes condenados a penas inferiores a quatro anos e que cumprem até amanhã, com boa conduta, pelo menos um terço da pena. Caso sejam reincidentes, eles deverão ter cumpido, até a mesma data, metade da pena. Os presos que apresentarem estado avançado de qualquer doença grave ou de moléstia incurável e contagiosa - assim diagnosticada em laudo médico oficial - também serão beneficiados. Neste caso, incluem-se os presos aidéticos. Também receberão indulto do Presidente os condenados a penas superiores a quatro anos que completarem 70 anos de idade, assim como os

que praticaram o crime quando tinham menos de 21 anos e as mães de filhos menores de 14 anos. Para todos esses casos, os presos reincidentes, deverão ter cumprido metade da pena.

Os condenados reincidentes que não preencherem esses requisitos, mas que já tiverem cumprido um terço ou metade da pena serão favorecidos com a sua redução. Os presos não reincidentes, condenados entre quatro e oito anos de prisão, terão redução de um terço da pena e os reincidentes terão a pena reduzida em um quinto. Para os condenados a mais de oito anos a redução será de um quarto e um sexto da pena."

(O Globo, 12/05/1988. Decreto dá liberdade a preso no 13 de maio)

## 5. JUNHO DE 1988

### 5.1. Congressos Internacionais

No mês de junho as universidades ganham espaço nas pautas dos jornais pela promoção de congressos internacionais, reunindo especialistas de todo o mundo.

O mais importante deles foi o "Congresso Internacional sobre Escravidão e Cidadania", promovido pela Universidade de São Paulo (USP), que reunia 200 especialistas brasileiros e 50 convidados estrangeiros.

"Cinquenta convidados estrangeiros e 200 brasileiros dão início hoje, em São Paulo, ao Congresso Internacional Escravidão e Cidadania (...) amanhã, a programação se completa com palestras, exposições, filmes e mostras no campus da USP e na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. 'Queremos mostrar como a escravidão ainda é presente', diz Vera Lúcia Amaral Ferlini, da comissão executiva do projeto."

(Jornal da Tarde, 07/06/1988. Escravidão em debate)

No Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) pro-

moveram conjuntamente o Congresso Internacional Abolição e Escravidão.

"A semana acadêmica será ocupada com o Congresso Internacional organizado pelos departamentos de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, tendo como tema 'Escravidão e Abolição', com seu início marcado para amanhã, às 9h30m, no Teatro da Reitoria da UFF."

(Jornal do Brasil, 12/06/1988. Universidade: congresso debate escravidão)

## 5.2. Dia de Soweto

Mais uma vez o governo brasileiro manifestava-se contra o regime racista da África do Sul. Em mensagem lida na sede da Organização das Nações Unidas, em decorrência das comemorações do "Dia da Solidariedade com a Luta do Povo da África do Sul" (Dia de Soweto), o governo do Brasil lembrava que estavam proibidos os intercâmbios cultural, esportivo e artístico, além de estarem vetada a venda de armas, munição e petróleo e derivados ao regime de pretória.

"O governo brasileiro voltou a condenar na ONU, o regime racista da África do Sul e manifestou solidariedade à 'luta do povo sul-africano, no sentido de conquistar seu direito fundamental e inabalável de construir um país pluralista, democrático, justo e livre'. Essas posições foram reiteradas pelo embaixador brasileiro junto aquele organismo, Paulo Nogueira Batista, ao ler mensagem alusiva ao dia da solidariedade com a luta do povo da África do Sul (Dia de Soweto)."

(O Dia, 21/06/1988. Brasil volta a condenar regime do apartheid)

### 5.3. Emenda constituinte de crime de racismo

A homenagem da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro prestada ao deputado federal Carlos Alberto de Oliveira (PDT-RJ) pela emenda constituinte de que racismo é crime inafiançável definia o tom político do Centenário da Abolição.

"O deputado federal Carlos Alberto de Oliveira (PDT-Rio), o Caó, foi homenageado ontem na Assembléia Legislativa do Rio, por ter apresentado à Constituinte a emenda — aprovada por ampla maioria — que define o racismo como crime inafiançável. Representantes de movimentos negros, de embaixadas africanas e diversos políticos estiveram presentes à homenagem, organizada pela Juventude Socialista do PDT e pelo deputado estadual Carlos Vignoli (PDT) (...) Presente à homenagem, o senador Afonso Arinos disse ontem que a emenda de Caó é uma evolução jurídica, que precisa ser acompanhada por uma aceitação social do problema, com a igualdade social. Ele disse ainda que existe resistência à presença de negros mesmo em instituições públicas como o Itamarati e a Marinha, que precisam ser revistas especialmente no ano em que se comemora o Centenário da Abolição da Escravatura."

(O Globo, 18/06/1988. Caó é homenageado na Assembléia do Rio)

## 6. JULHO DE 1988

### 6.1. África do Sul (Tributo a Nelson Mandela)

No dia 18 de julho as críticas contra o apartheid se tornavam mais acirradas em decorrência do 70º aniversário do líder negro Nelson Mandela, preso desde 1962 na África do Sul na luta contra a segregação racial em seu país. A comemoração desta data trouxe de novo às ruas manifestantes negros que exigiam do governo brasileiro o rompimento de relações diplomáticas com aquele país. Diversas homenagens foram prestadas

a Mandela.

"Acompanhando a série de manifestações a favor da libertação do líder negro sul-africano Nelson Mandela, que completou no dia 18 70 anos e está preso há 25, o movimento negro carioca, o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e várias associações de trabalhadores realizaram, ontem à noite, um ato público na Cinelândia."

(O Dia, 23/07/1988. Cinelândia pede Mandela em liberdade)

"Teve ampla repercussão em todo o mundo a passagem do 70º aniversário de Nelson Mandela, líder negro da África do Sul, que ficou sozinho ontem em sua cela. Em São Paulo realizou-se ato na praça da Sé pedindo a libertação de Mandela, que se encontra preso há 25 anos."

(Diário Popular, 19/07/1988.)

"Brasília saiu na frente para homenagear os 70 anos do líder negro sul-africano, Nelson Mandela, no Brasil. Um show de músicos da cidade reuniu, ontem, cerca de cinco mil pessoas no Gram Circo Lar — o equivalente local do Circo Voador —, para pedir a liberação de Mandela e o rompimento das relações diplomáticas com o regime racista da África do Sul."

(A Tarde, 18/07/1988. Artistas e políticos pedem liberação do líder Mandela)

"'Diga não ao apartheid, liberte Mandela, nosso grande irmão'. Este é o slogan do ato público que o grupo cultural Os Negões realiza hoje, às 19 horas no Centro Cultural Sitoc (...)

Toda a comunidade baiana está convidada para participar desse ato, em solidariedade ao líder sul-africano."

(A Tarde, 18/07/1988. Diga não ao apartheid)

A Rede Globo de Televisão também prestou homenagem ao líder negro com a exibição do megashow "Tribute to 70th Nelson Mandela", que havia acontecido no estádio de Wembley, em Londres, para um público de 72 mil pessoas, reunindo uma constelação de astros do pop, rock, soul e música africana.

"A Globo dividiu as quase 11 horas de show em dois especiais de duas horas, que vão ao ar hoje, às 13h25m, e no próximo sábado, dois dias antes do aniversário (...)  
É um grande show de rock o que a Globo passa hoje, mas é também um grande grito contra a intolerância."

(Folha de S. Paulo, 09/07/1988. Globo exhibe duas horas de "Tributo" a Nelson Mandela)

## 6.2. África do Sul (Asilo político)

Em meio às manifestações contra o apartheid e pela libertação do líder negro político Nelson Mandela, os jornais publicavam naquele mês de julho que um guerrilheiro negro sul-africano Abule Magasi, havia entrado clandestinamente no Brasil (Bahia) e pedido asilo político.

"O guerrilheiro negro sul-africano Abule Magasi, de 27 anos, que chegou clandestino à Bahia na semana passada, viajando escondido no porão de um cargueiro cipriota, pode ser o primeiro asilado político do regime segregacionista da África do Sul no Brasil, o pedido formal de asilo, que já chegou a Brasília, foi encaminhado ao Ministério da Justiça pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Salvador. Com uma solicitação de urgência no despacho do processo feita pelo governo baiano."

(A Tarde, 05/07/1988. Brasil pode dar asilo a sul-africano)



O pedido de asilo político foi encaminhado pelo governador da Bahia, Waldir Pires, e concedido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, então em exercício na Presidência da República, e por tempo indeterminado.

"Asilo político - O governador da Bahia, Waldir Pires, concedeu ontem asilo político ao ex-guerrilheiro sul-africano Abule Magasi. Foi o primeiro asilo concedido a um cidadão da África do Sul pelo Brasil. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, esteve presente à cerimônia."

(Folha de S. Paulo, 31/07/1988. Asilo político)

A decisão de dar asilo ao sul-africano comemorada pelos movimentos e entidades negras foi contestada e questionada por outros segmentos.

"É muito estranho esta história do governo brasileiro ter dado asilo político ao 'refugiado' sul-africano Abuli Magasi (JB 7/7/88). Segundo este artigo, o Sr. Magasi nasceu em Gono, Botswana. Acontece que Botswana é um país independente, que, por acaso, faz fronteira com a República da África do Sul (...). Acho que o presidente (?) Ulysses Guimarães está querendo 'fazer média', só que ele esqueceu as lições de Geografia. Luiz C. Lemos - Rio de Janeiro."

(Jornal do Brasil, 14/07/1988. Cartas)

"Triste Bahia! De repente, sem que se faça uma investigação minuciosa sobre a figura de um certo senhor Mugaba (sic), um cidadão que se diz terrorista da África do Sul e que se refugiou num navio e acabou em terras da Bahia, várias homenagens estão sendo prestadas sob o manto do não-apartheid e em defesa dos direitos dos negros (...)

Se o certo senhor Mugaba (sic) é 'guerrilheiro' como diz, não se compreende a busca do exílio,

mesmo porque o lugar de guerrilheiro que se preze é no palco da luta (...)  
 Porém uma investigação não custa muito e seriam, desde já, dispensáveis todas essas homenagens idiotas."

(A Tarde, 16/07/1988. Um certo senhor Mugabe) (4)

### 6.3. Vereador do Recife interpela Brizola sobre frase racista

As interpelações judiciais e a abertura de processos por crimes de discriminação racial e racismo foram a tônica de todo o ano de 1988.

No mês de julho, no entanto, a interpelação judicial ao ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola e então presidente nacional do PDT, marcaria de forma mais expressiva a onda de denúncias à Justiça de qualquer violência direta ou indireta, verbal ou não à imagem (estética), ao indivíduo e aos grupos negros.

"Recife - O ex-governador Leonel Brizola deverá receber, nos próximos dias, uma carta precatória do juiz da 10ª Vara Cível desta Capital, solicitando-lhe que esclareça se é racista ou não. A interpelação judicial ao Presidente Nacional do PDT é iniciativa do vereador Sylvio Ferreira e deve-se a uma frase proferida por Brizola, em discurso, na festa de filiação a seu partido do ex-ministro da Justiça Fernando Lyra. Brizola teria usado a expressão. 'Até os negros parecem bonitos na TV Globo' e, para o professor Sylvio Ferreira, do PMDB de Recife e fundador do Grupo Negro de Pernambuco, mais do que violar a Lei Afonso Arinos e o parágrafo pri-

---

(4) O nome do asilado é Abule Magasi e não Mugabe, como foi grafado no artigo.

meiro do artigo 153 da Constituição — que garante que todos são iguais perante a Lei —, Brizola ofendeu a raça negra e os pobres refletindo uma visão preconceituosa (...)"

(O Globo, 23/07/1988. Vereador de Recife interpela Brizola sobre frase racista)

#### 6.4. Visita do presidente da Guiné Bissau

Em julho, o Brasil recebia a visita do presidente da Guiné Bissau.

"Desembarca hoje em Salvador com uma comitiva de 20 pessoas o presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira. Vem para reuniões com a construtora Norberto Odebrecht, a quem pretende entregar a construção de rodovias e ferrovias de seu país. Fica pela Bahia mesmo."

(O Globo, 09/07/1988. SWANN, Carlos. Visita Ilustre)

### 7. AGOSTO DE 1988

#### 7.1. Atores negros agredidos pela Polícia Militar

O fato de maior repercussão junto à imprensa naquele mês de agosto, envolvendo o segmento negro, foi a agressão policial e a prisão de três atores negros pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. O fato ocupou durante vários dias as páginas dos jornais (suíte).

"São Paulo (Sucursal) - A Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo vai abrir inquérito para apurar denúncias de discriminação racial por policiais contra atores negros e cariocas de passagem pela capital paulista. A informação foi dada pelo ator Antônio Pompeu —

o Batista da novela 'O Outro' — que foi um dos artistas confundidos com criminosos pela Polícia. O ator Paulo Roberto Marfus Barbosa, o Paulão, chegou a ser agredido a tapas por um cabo da Polícia Militar de São Paulo."

(O Dia, 27/08/1988. Polícia bate em atores negros)

## 7.2. Exposição "A mão afro-brasileira"

A exposição "A mão afro-brasileira", promovida pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo, representou um dos mais importantes eventos sobre a produção artística e histórico-cultural do negro. Ela reunia obras produzidas por negros do século XVIII até a contemporaneidade, dando um outro enfoque da participação negra na formação cultural do Brasil.

"A exposição A mão afro-brasileira, que se inaugura hoje no Museu de Arte Moderna de São Paulo, no Parque do Ibirapuera, apresenta um levantamento sistemático (sem pretensões de esgotar o assunto, como ressalta o curador Emanuel Araújo) da participação de negros e mestiços na arte brasileira. Embora se trate basicamente de uma mostra de artes plásticas, não são deixados de lado as demais manifestações artísticas, como o teatro, dança, música e literatura, apresentadas através de painéis, fotografias e de um audio visual. (...)  
Resultado de um ano de trabalho de toda uma equipe, a exposição surge como o grande evento do Centenário da Abolição, sendo ainda responsável pela apresentação de obras recolhidas havia anos em instituições religiosas e nunca exibidas."

(O Estado de S. Paulo, 25/08/1988. A face brasileira da arte negra)

## 7.3. O cinema e a escravidão

Ainda no âmbito cultural, o Museu da Imagem e do Som

de São Paulo e a Cinemateca Brasileira promoveram durante 10 dias um ciclo de filmes e debates intitulado "O Cinema e a Escravidão", que reunia 24 filmes nacionais e estrangeiros, que tinham como temática o negro. Esta coletânea permitia uma visão sócio-cultural ampla do Brasil e de outros países como o Quênia.

"A idéia é mostrar, mais uma vez, o cinema e sua relação com a história. No caso em questão, foram escolhidos filmes que não se restringiam apenas ao momento da escravidão no Brasil e no mundo, mas também os problemas das comunidades negras descendentes dos escravos. E o tema foi escolhido como mais uma homenagem ao Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil."

(Jornal da Tarde, 17/08/1988. Os problemas dos negros, na tela)

#### 7.4. Inscrição de candidatos negros para as eleições municipais

Pela primeira vez na história do Brasil, 15 candidatos negros, ligados a movimentos e entidades negras, se inscreviam em bloco para disputar as eleições para vereadores e prefeito no Rio de Janeiro. Os candidatos estavam filiados a partidos mais progressistas como o PT, PDT e PS.

"Nascidos, em sua maioria, em comunidades pobres — como os morros cariocas e Baixada Fluminense — os candidatos negros sustentam que, se eleitos, defenderão melhores condições de educação, saúde, saneamento e lazer para as populações marginais e apoiará as manifesta-ções de outros segmentos sociais, como profes-sores, operários, estudantes etc. O vereador, para eles, deve funcionar como um elemento de transformação da sociedade."

(O Dia, 21/08/1988. Negros avançam para ter voz na política)

### 7.5. Apartheid

A luta contra o apartheid ainda gera pauta para os jornais.

"Três deputados negros — Paulo Paim, Benedita da Silva e Carlos Alberto Caó — entregam hoje, na Embaixada da África do Sul, um abaixo-assinado no qual 400 constituintes brasileiros pedem a liberdade de Nelson Mandela. Amanhã Mandela completará 26 anos de prisão nas masmorras do regime racista daquele país."

(Folha de S. Paulo, 04/08/1988. Por Mandela. Painei)

"Os governos do Brasil e do Togo (África) assinaram ontem um comunicado conjunto em que manifestam 'fatal repúdio' ao regime de segregação racial ('apartheid') da África do Sul. O manifesto foi assinado pelos chanceleres Roberto Costa de Abreu Sodré, do Brasil, e Yapvo Adedo, do Togo, em Brasília."

(Folha de S. Paulo, 19/08/1988. Apartheid)

## 8. SETEMBRO DE 1988

### 8.1. Crime de racismo e história geral da África e do negro no currículo escolar: aprovação dos projetos de lei

O projeto de lei que torna imprescritíveis e inafiançáveis os crimes de racismo é aprovado na Câmara dos Deputados.

"Apresentado pelo deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), o projeto, que antecipa a regulamentação de princípios consagrados

na nova Constituição e vai agora ao Senado, considera crimes de racismo, entre outros, puníveis com detenção de um a cinco anos:

- Impedir ou obstar o acesso de alguém devidamente habilitado a qualquer cargo da administração direta ou indireta;
- negar ou obstar emprego em empresa privada;
- recusar, negar ou impedir a inscrição ou o ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau;
- impedir acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou similares;
- impedir acesso ou recusar atendimento em bar, restaurante, confeitaria ou locais semelhantes abertos ao público;
- impedir ou obstar por qualquer meio ou forma o casamento ou convivência familiar ou social;
- impedir ou obstar acesso a serviços em qualquer ramo das Forças Armadas;
- discriminar alguém por razões econômicas, sociais, políticas ou religiosas, em local de trabalho, em público ou reuniões sociais."

(Jornal do Brasil, 15/09/1988. Projeto que põe racista na cadeia é aprovado)

Na mesma sessão na Câmara dos Deputados em que é aprovado o projeto de lei que torna os crimes de racismo imprescritíveis e inafiançáveis é aprovado o projeto que determina que no currículo escolar as matérias História Geral da África e História do Negro no Brasil sejam obrigatórias.

"A Câmara dos Deputados aprovou anteontem projeto de lei do deputado federal Paulo Paim (PT-RS), 38, que torna obrigatória a inclusão do ensino da história geral da África e história do negro no Brasil no currículo do ensino público e privado, desde o 1º grau até a universidade. A intenção do deputado é que 'a verdadeira história da raça negra seja contada nos bancos escolares, porque até agora ela vem sendo deturpada'. Antes de ser transformada em lei, o projeto precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente da República. O projeto determina que ao Ministério da Educação caberá elaborar o programa das disciplinas, considerando os diversos níveis escolares. Uma vez sancionada, a lei deverá ser regulamentada em 120 dias pelo presidente."

(Folha de S. Paulo, 17/09/1988. Câmara aprova projeto que obriga ensino de história da África no país)

## 9. OUTUBRO DE 1988

### 9.1. Agressão a membros da delegação do governo do Suriname

A agressão policial contra o segmento negro começa a ser apresentada de forma mais constante pela imprensa. Conforme mencionado, anteriormente, no mês de setembro, um grupo de atores negros haviam sido agredidos em São Paulo. Poucas semanas depois, uma nova agressão contra membros do governo do Suriname chegariam às páginas dos jornais.

"A detenção e agressão por parte de policiais militares ao ex-presidente e atual homem forte do Suriname, Desi Bouterse, e outros sete membros (todos negros) de sua comitiva, anteano tem à tarde na rua 7 de abril, lançou ontem suspeita de racismo contra a PM paulista. A Folha apurou que o ex-presidente Bouterse queixou-se ao Itamaraty que a abordagem da PM paulista foi um ato 'racista'. O ex-ministro das Relações Exteriores do Suriname, Erik Tjon Kiesin, disse ontem que 'não quero pensar que a atitude dos policiais teve como motivo o 'racismo'. O incidente chegou a ser relatado pelo presidente do Suriname, Ramspawk Shankar, em cadeia nacional de rádio e televisão. Segundo informações da 'Stiching Radio of Suriname', de Paramaribo, Shankar falou durante 30 minutos a partir das 20 horas, dedicando 5 minutos ao assunto e dizendo que o episódio será tratado entre as embaixadas dos dois países.

Na entrevista de ontem, no hotel Ca'D'Oro, região central, Kiesin disse que ele e os demais membros da comitiva, em férias no país desde o dia 10, estavam na rua 7 de Abril por volta das 14h, fazendo compras. Segundo Kiesin, que concedeu entrevista ao lado do professor Audísio de Alencar Júnior, testemunha de agressão, quando atingiram a esquina da rua D. José de Barros ele, o ex-presidente Desi Bouterse, o adido Frederick Flamingo, os seguranças Melvin Frank Linscheer e Premie Heineardj, sua mulher Hellen Tjon Sin, Michael Jones e Lucinda Karen Barrow foram abordados por cinco PMs. Os policiais pediram que encostassem em uma parede. Foram algemados e colocados deitados. Bouterse teria recebido um tapa e um dos seguranças teria sido chutado. Segundo outras testemunhas, também uma das mulheres teria sido agredida.

(Folha de S. Paulo, 21/10/1988. Agressão a ex-presidente do Suriname levanta suspeita de racismo contra PM)



## 9.2. Aumento das denúncias de racismo

A aprovação na Câmara dos Deputados, em setembro de 1988, do projeto de lei que tornava imprescritíveis e inafiançáveis o crime de racismo, talvez tenha sido o elemento que gerou o aumento de um fenômeno que já podia ser observado durante todo o ano de 1988, a denúncia na Justiça de casos de discriminação racial e racismo contra indivíduos, grupos ou àqueles que estereotipam a imagem ou a estética negra.

Um dos casos naquele ano, que envolvia diretamente a mídia, foi a veiculação em outdoors de uma peça publicitária da empresa de confecções Smuggler para as vendas do Dia das Crianças. Nesta publicidade, uma mulher negra simulando uma empregada doméstica, está amarrada a uma cadeira completamente imobilizada, e com uma corda no pescoço, segura por duas crianças brancas; outras quatro crianças brincam em torno da mulher. No anúncio está escrito: "Conformem-se 12 de outubro é o dia deles".

"O presidente do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, Januário Garcia, entregou anteontem uma petição ao chefe de gabinete da Secretaria de Polícia Civil, delegado João Bosco, denunciando racismo no anúncio da butique Smuggler para o Dia das Crianças, publicado no 'Jornal do Brasil' no domingo passado. O anúncio, criado pelo publicitário argentino Gregório Rubim, 58, mostra uma babá amarrada e amordaçada rodeada de crianças que riem e picham a parede. Para Garcia, o anúncio é um retrato de como a sociedade encara o negro e a posição da empregada, que geralmente é negra. O presidente do IPCN pretende acionar a butique com base na nova constituição, promulgada ontem, que estabelece que a prática de racismo é crime inafiançável e imprescritível, 'com o objetivo de conseguir respeito, dignidade e cidadania do negro na sociedade'."

(Folha de S. Paulo, 06/10/1988. Anúncio com imagem de babá negra amarrada gera reação de protesto)

Durante o mês de outubro, vários casos foram noticiados pela imprensa de indivíduos e grupos negros denunciando o racismo.

"Concurso de racismo - Deputado pedirá mandado contra desfile infantil."

(Jornal do Brasil, 08/10/1988)

"Denúncia de racismo no DF irá à Justiça"

(Folha de S. Paulo, 09/10/1988)

"Condomínio terá processo por racismo"

(O Estado de S. Paulo, 21/10/1988)

"Grevista vai à 17ª delegacia contra racismo"

(Jornal do Brasil, 06/10/1988)

"Racismo"

(Jornal do Brasil, 06/10/1988)

"Cantora registra denúncia de racismo contra empresa"

(Diário Popular, 27/10/1988)

"Comerciante acusado de discriminação"

(Notícias Populares, 19/10/1988)

### 9.3. Manifestações pela libertação de Nelson Mandela

Um show ecumênico na Praça da Sé, região central de São Paulo, reuniu uma multidão (alguns jornais relatam oito mil pessoas, outros 15 mil), dia 21 daquele mês, marcando o primeiro grande evento específico para pedir a libertação do líder negro sul-africano Nelson Mandela e denunciar o apartheid. Este seria o terceiro show ecumênico do mundo e o primeiro das Américas realizado em apoio ao líder sul-africano.

"Cerca de 15 mil pessoas participaram ontem à tarde, na praça da Sé, do ato público organizado para pedir o fim do apartheid na África do Sul e a libertação, pelo governo sul-africano, do líder negro Nelson Mandela. O evento, promovido pela Frente Nacional Contra o Apartheid — FNA —, teve a apresentação de cantores e conjuntos de rock e um culto ecumênico, celebrado pelo arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e pelo rabino Henry Sobel.

Segundo o diretor da Confederação da Indústria do Estado e presidente regional da FNA, Joseph Michael Couri, o ato foi 'um espetáculo fabuloso, pois em quinze dias conseguimos realizar o primeiro movimento pró-Nelson Mandela em todas as Américas'. Ele disse que o evento teve também um caráter especial de apoio ao líder do Congresso Nacional Africano — condenado à prisão perpétua e padecendo de uma tuberculose aguda em um hospital civil de Johannesburgo —, que não foi mencionado na lista de presos políticos que a Anistia Internacional quer que sejam libertados imediatamente."

(Jornal da Tarde, 22/10/1988. 15 mil cantam pela libertação de Mandela)

#### 9.4. Moeda comemorativa

Para comemorar o Centenário da Abolição da Escravatura o Banco Central do Brasil lançou 600 mil unidades de moedas de cem cruzados.

"Brasília - A moeda de cem cruzados, comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura (1888-1988) foi colocada, ontem, em circulação pelo Banco Central. As 600 mil unidades que serão vendidas exclusivamente pelo Banco Central e seus dez departamentos estaduais foram confeccionadas com três anversos diferentes: 200 mil unidades com a efígie de um negro e a mesma quantidade com mulher e crianças, também negras, sobre os quais está a palavra axé, vocábulo de origem africana que é uma saudação e que se popularizou no Brasil. A moeda, de aço inoxidável, tem diâmetro de 31 mm, peso de 9,95 gramas e 1,9 mm de espessura. O baixo número de moedas confeccionado

pelo Banco Central fará com que sua distribuição se limite a aficcionados e colecionadores. Nenhuma outra instituição da rede bancária, privada ou estatal, disporá de exemplares para repassar ao público. A moeda tem, porém, valor comercial e poderá ser trocada em qualquer estabelecimento."

(O Estado de S. Paulo, 04/10/1988. Moeda de Cz\$ 100 já liberada pelo BC)

## 10. NOVEMBRO DE 1988

### 10.1. Dia Nacional da Consciência Negra

A grande festa dos negros, o dia 20 de novembro, se tornou definitivamente desde 1977, a data mais representativa das entidades e movimentos negros. A data é em homenagem ao líder guerrilheiro Zumbi dos Palmares, morto em 20 de novembro de 1695, durante investida do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho na república dos negros livres, Quilombo dos Palmares, em Alagoas. Este foi o mais conhecido dos quilombos, pois foi o que mais tempo durou (1630-1695), o que ocupou maior área territorial (cerca de 400 km<sup>2</sup> dos atuais Estados de Pernambuco e Alagoas) e o que resistiu mais bravamente aos ataques dos brancos.

Assim, 20 de novembro substituiu o 13 de maio como o Dia Nacional de Consciência Negra.

"Meus amigos trabalhadores, comemoramos hoje o grande chefe Zumbi que estabeleceu a república do Quilombo dos Palmares. Zumbi foi morto em 1695, depois de tentar construir ali uma sociedade justa, livre e fraterna, onde pretos e brancos pudessem viver em harmonia. Palmares resistiu quase 70 anos às expedições enviadas pelas autoridades governamentais. Chegou a abrigar em torno de 20.000 escravos fugidos. Foi destruído em 1693 por um exército de mais de

6.000 soldados mercenários e assim mesmo por que, após um mês de cerco, a munição e os alimentos acabaram. Zumbi foi capturado e morto 2 anos depois. Partes de seu corpo foram expostas, em praça pública, no Recife, como lição para quem tentasse fugir ou resistir à escravidão.

A história do povo negro está regada com o sangue de um verdadeiro martírio: sangue dos escravos assassinados pela crueldade dos feitores e dos senhores; dos escravos mortos por causa de seu irresistível anseio de liberdade; dos escravos simplesmente mortos, depois de uma vida de servidão sem reconhecimento de sua dignidade de pessoas."

(Notícias Populares, 20/11/1988. ARNS, D. Paulo Evaristo. A liberdade e o negro. Recado ao trabalhador)

A data mais significativa dos negros, o 20 de novembro foi marcada pelo III Kizomba, evento organizado pelo compositor Martinho da Vila, que acontece a cada dois anos no Rio Janeiro e São Paulo e reuniu a "mais fina tradição da negritude do Terceiro Mundo".

"Neste domingo, Dia Nacional da Consciência Negra, ótimo programa é a festa de encerramento do projeto Kizomba, Encontro Internacional de Artes Negras, que se repete desde 84 a cada 2 anos, com o objetivo de ampliar o espaço do negro nas manifestações culturais brasileiras e estreitar relações com outros países que receberam influência africana na sua formação."

(O Dia, 20/11/1988. Último dia de Kizomba)

Em São Paulo, o Dia Nacional da Consciência Negra também foi lembrado com grande manifestação cultural e ecumênica na Praça da Sé.

"Apesar da chuva que caiu pela manhã, o Dia Nacional da consciência Negra conseguiu reunir ontem, segundo seus organizadores, cerca de 20 mil pessoas na Praça da Sé. Durante o evento, das 10 às 17 horas, houve atividades infantis e culturais, um showmício com a participação de grupos de pagodes, funk e reggae, e um ato religioso — das igrejas católicas, metodista, presbiteriana e muçulmana e dos ritos de candomblé e

umbanda — encerrado pelo arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. A escolha do dia 20 de novembro para se comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra não foi ocasional. A data marca a morte de Zumbi, o líder do quilombo dos Palmares. Além de São Paulo — que comemora esse dia desde 1977 — a data foi festejada em outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Vitória."

(Jornal da Tarde, 21/11/1988. A consciência negra invade a Sé)

No Rio de Janeiro, na Quinta da Boa Vista, foi reservado espaço para as manifestações culturais negra no evento "Vamos brincar de Quilombo".

"Diversas festividades marcaram ontem a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra. Na quinta da Boa Vista, a data foi comemorada desde cedo, começando às 10h com o encontro denominado 'Vamos brincar de Quilombo', destinado às crianças e organizado pelo Movimento Negro do Rio de Janeiro e pelo Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). No parque, foram realizados ao longo do dia atividades infantis, piqueniques e oficinas de artes plásticas, com pedaços de papel e cola. O objetivo da festa era transmitir a idéia de que pode haver uma igualdade entre as raças, desde que uma não procure explorar a outra, conforme enfatizou João Marcos Romão, coordenador do Grupo SOS Racismo, ligado ao IPCN;"

(O Globo, 21/11/1988. Festas comemoram a Consciência Negra)

Outro evento que marcou o mês de novembro foi a minissérie "Abolição", que reunia 10 atores negros com papéis importantes no enredo. Diferente de outras telenovelas de época, que utilizam negros em segundo plano e não discute politicamente a História, "Abolição" apresentava as contradições do processo histórico e abolicionista, que antecederam a promulgação da lei Áurea.

"Uma história onde vencidos e vencedores estão presentes e que vai permitir uma reavaliação do ensino da própria história brasileira. Assim o historiador e professor da Universidade Federal do Rio, Francisco Alencar, 28, define a minissérie 'Abolição'. Foi ele quem coordenou, por dois meses o trabalho de reconstituição histórica da época focalizada pelo programa (1887-1888) feito em conjunto com o historiador Joel Rufino, a pesquisadora Celeste Lustosa e o próprio Walter Avancini."

(Folha de S. Paulo, 06/11/1988. Pesquisa de época foi feita por historiadores)

## 11. DEZEMBRO DE 1988

### 11.1. Racismo é crime

O projeto original do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) é aprovado pela Câmara dos Deputados Federais e vai à sanção presidencial para se transformar em lei.

Durante o tempo em que transitou pelo Senado, o Projeto sofreu várias alterações com o objetivo de abrandá-lo.

"Reduzia as penas de reclusão a um mínimo de três anos, eliminava a punição da perda do cargo para o servidor público que pratique a discriminação e retirava a punição para a discriminação por motivos econômicos, sociais, políticos ou religiosos, no local de trabalho, em público ou em reuniões sociais. Mas, a Câmara preferiu ficar com o projeto mais rigoroso do deputado Carlos Alberto Caó, que foi também o autor do dispositivo constitucional.

O projeto começa por estabelecer que esses crimes, além de imprescritíveis e inafiançáveis, não permitirão a suspensão condicional de pena. Depois, passa a descrever as hipóteses de crimes com as respectivas penas. 'Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da administração direta

ou indireta, bem como das concessionárias de serviço público', por exemplo, pode acarretar reclusão de dois a cinco anos. Essa é a pena também para quem negar ou obstar emprego em empresa privada. Impedir o acesso a estabelecimento comercial ou recusar-se a atender cliente ou comprador, pode resultar em reclusão de um a três anos. A discriminação por motivos econômicos, sociais, políticos ou religiosos pode resultar em reclusão de dois a quatro anos. Se o ato discriminatório foi veiculado pela imprensa ou por qualquer veículo de comunicação social, a pena será agravada de um terço. E, em todos os casos, o processo judicial terá rito sumário, não podendo ultrapassar o prazo de 60 dias para a sentença."

(Jornal da Tarde, 14/11/1988. Racismo é crime sem fiança e sem prescrição)

A aprovação do projeto original foi motivo de críticas por parte de membros do Senado, inconformados com o rigor para este tipo de crime.

"Um dia depois da aprovação do projeto que define os crimes de racismo e estabelece as punições, o senador Cid Saboya de Carvalho (PMDB-CE) o atacou da tribuna do Senado, e acusou seu autor, deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), de preconceituoso e de ter mágoa da condição de negro. Caó não se surpreendeu. 'Como os negros em geral, sempre sofri esse tipo de manifestação. Não é a primeira, não será a última' (...)

'O preconceito racial', diz Caó, 'não se manifesta nas pessoas de maneira frontal. Costuma se manifestar encoberto em restrições de natureza política e ideológica. A aprovação do meu projeto permitirá que os negros exerçam sua cidadania, com a certeza de que, pelo menos diante da lei, terão tratamento igual ao dos brancos'."

(Jornal do Brasil, 15/12/1988. Caó, de diabo e alferes a deputado)



## 11.2. Discriminação racial

Com toda a discussão levantada durante o período de aprovação da lei ordinária que considera crime inafiançável a discriminação racial, diversos casos vieram à tona, durante o mês de dezembro, somando-se ao grande número de denúncias que marcou todo o ano de 1988.

O caso mais contundente durante o mês de dezembro foi o que envolvia declarações consideradas racista e machista do então deputado federal Dalton Canabrava do PMDB de Minas Gerais. Neste caso, o deputado apoiava a agressão sofrida por sua funcionária, dentro de seu gabinete e durante a sua ausência, pelo marido dela que a surpreendeu com um "possível amante".

"O deputado Dalton Canabrava (PMDB-MG) infringiu pelo menos sete artigos da Constituição e o Código Penal ao afirmar que sua ex-funcionária Maria do Carmo Conceição Costa Santos, pega em flagrante pelo marido em seu gabinete com o amante 'era uma pretinha porcaria, muito desclassificada e, se fosse o marido dela, eu batia muito mais'. Maria do Carmo poderá entrar com queixa-crime junto ao Ministério Público, mas qualquer condenação só poderá ser dada se o Congresso Nacional acatá-la, pois todo parlamentar tem imunidade. Foi a maior concentração de violações a princípios jurídicos por tempo de declaração que o país conheceu nos últimos tempos."

(Jornal do Brasil, 17/12/1988. Deputado agride várias leis ao ofender ex-funcionária)

Na mesma matéria, a esposa do deputado Dalton Canabrava, Suzane Pinto Canabrava, apoiava as declarações do marido.

"Suzane, que ficou em casa enquanto o marido descansa em sua fazenda na cidade mineira de Curvelo, acha que, 'se o Dalton for racista mesmo, ninguém tem nada com isso'. Ela também acredita que 'mulher que tem filho e trabalha fora é sem-vergonha e merece uma boa surra. Se eu fosse assim, merecia apanhar também."

(Jornal do Brasil, 17/12/1988. Deputado agride várias leis ao ofender ex-funcionária)

Este incidente teve ampla repercussão nacional, mobilizando diversas entidades ligadas aos movimentos negros e de mulheres.

"Pelo menos uma pessoa não se surpreendeu com o fato de declarações tão desastradas partirem de um parlamentar: o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), autor da lei que transforma o racismo em crime inafiançável. 'O país é racista e o Congresso não é uma exceção, não está imune ao racismo'."

(Jornal do Brasil, 17/12/1988. Deputado agride várias leis ao ofender ex-funcionária)

Outros casos de racismo também foram abordados pela imprensa durante o mês de dezembro.

"Motorista garante que foi vítima de racismo"

(A Tarde, 09/12/1988)

"Detetive que ofende negro é autuado"

(Jornal do Brasil, 19/12/1988)

"Punição"

(O Dia, 26/12/1988)

"Cartas: Racismo"

(Jornal do Brasil, 27/12/1988)

Uma matéria de duas páginas inteiras publicadas pelo Jornal do Brasil usava como "gancho" jornalístico (5) o caso da empregada doméstica Vera Lúcia Ferreira da Silva, presa no elevador do prédio da patroa como punição por ter usado o elevador social e não o de serviço.

A matéria apresentava, ainda, várias situações de discriminação no uso de elevadores em prédios residenciais, confrontando esta prática com a legislação do Brasil e de outros países, além de envolver declarações de personalidades negras como Zezé Mota e Ruth de Souza, vítimas deste tipo de crime em outras situações.

"O apartheid vertical"

(Jornal do Brasil, 04/12/1988. Caderno B/Especial)

No entanto, um caso inusitado de alegação de racismo foi o da gaúcha loura que denunciou ser vítima de discriminação racial por ter sido eleita a primeira princesa do Carnaval de Porto Alegre.

---

(5) Gancho - Oportunidade para fazer e publicar um texto jornalístico (Folha de S. Paulo 1987 : 154)

"Porto Alegre — Lisiane Bolzoni Braille, 19 anos, modelo e manequim profissional, loura de olhos verdes, renunciou ao título de primeira princesa do carnaval desta capital, que conquistou na madrugada de domingo, alegando ter sido insultada e ameaçada por negros desde que foi escolhida representante da sua escola, a Academia de Samba Relâmpago.

Mesmo se dizendo indignada com o preconceito — 'Carnaval é de todos os brasileiros e não somente dos negros' — Lisiane, que contou ter sido ameaçada desde que foi apontada como concorrente ao título de rainha do Carnaval de 1989, competindo com 28 negras e mulatas, garante que está tranquila em relação à decisão que tomou 'Renunciei para preservar minha integridade física, pois fui ameaçada, em telefonemas anônimos, de que sofreria na carne pela conquista desse título'. (...)

Lisiane disse só lamentar que, em pleno ano do Centenário da Abolição da Escravatura, o episódio tenha demonstrado que o 'racismo não é tanto dos brancos, mas sim dos negros, que mostram como são preconceituosos'."

(Jornal do Brasil, 08/12/1988. Gaúcha loura faz denúncia de racismo)

### 11.3. Fundação Cultural dos Palmares

A proposta do então presidente da República, José Sarney, ao Congresso Nacional para a criação da Fundação Cultural dos Palmares, em decorrência da abertura oficial do Centenário da Abolição em março de 1988, é aprovada.

"O ministro José Aparecido de Oliveira, da Cultura, anunciou, ontem, a uma Comissão de Deputados Negros, a constituição e funcionamento, no prazo de 180 dias, da Fundação Palmares, destinada à preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência africana na formação da sociedade brasileira. Ao dar a notícia aos deputados, Benedita da Silva (PT-RJ), Edmilson Silva (PC do B-RJ), Paulo Paim (PT-RS) e Carlos

Alberto de Oliveira (PDT-RJ), o ministro da Cultura lembrou a decisão da Assembléia Nacional Constituinte que definiu o racismo como crime inafiançável e disse que a criação da Fundação Palmares 'representa mais um marco na história das lutas pelo reconhecimento, conservação e permanente defesa dos direitos e valores da negritude do Brasil.'

(Diário Popular, 23/12/1988. Questão Negra)

#### 11.4. SOS Racismo

A atuação do Programa de Direitos Humanos e Civis SOS Racismo, órgão jurídico de defesa dos negros discriminados cariocas e ligado ao Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) completava um ano de criação, coincidindo com o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A respeitabilidade deste órgão é citada em editorial do jornal "O Dia".

"O programa SOS Racismo completou ontem 1 ano de absoluto êxito. A idéia de atuar contra a discriminação racial no Brasil e a favor dos direitos humanos encontra agora um respaldo muito maior do que o da Lei Afonso Arinos. Segundo a nova Constituição brasileira, o racismo é crime imprescritível e inafiançável. (...)

A seriedade desse movimento que está completando 1 ano levou ao reconhecimento não só das autoridades como de entidades importantes na luta pelos direitos humanos no país, como é o caso da OAB. Muitas pessoas foram beneficiadas ao receberem assistência jurídica e acompanhamento de seus problemas pelo SOS Racismo."

(O Dia, 11/12/1988. SOS Racismo)

11.5. O negro nos livros didáticos e no cinema

A questão social e histórica do negro chega, finalmente às escolas através dos livros didáticos produzidos pelos técnicos da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

"Porto Alegre — A partir deste mês, a Secretaria de Educação do Estado (SEC) começa a distribuir 50 mil exemplares do fascículo De escravo a liberto um difícil caminho, para os alunos de 5ª a 8ª séries, em todas as 3 mil escolas da rede pública. A produção do livro, em papel jornal, é da Comissão do Livro Didático da SEC, e faz parte de um programa que se estenderá a mais de 100 delegacias de educação de outras cidades. O objetivo é, segundo a professora Mari Foster, supervisora técnica do projeto, 'levar às crianças um conhecimento histórico que se identifique com a nossa realidade'. O fascículo, um folheto, com 15 páginas, conta a trajetória do negro no Brasil."

(Jornal do Brasil, 11/12/1988. Projeto distribuirá livros didáticos a 3 mil escolas do Sul)

O lançamento do livro "O negro brasileiro e o cinema", pela Editora Globo, do crítico João Carlos Rodrigues, foi também motivo de atenção e de cobertura da imprensa.

"Malandro, mulata boa, crioulo doido: num livro, a imagem do negro em nossas telas. Uma dupla comemoração: o Centenário da Abolição e os 90 anos do cinema brasileiro. Unindo as duas vertentes, o crítico de cinema João Carlos Rodrigues escreveu 'O negro brasileiro e o cinema' (Editora Globo), que será lançado hoje no Rio, às 21h, no Cineclubes Estação Botafogo — Rua Voluntários da Pátria, 88. Não se trata de um livro de pesquisa convencional. Ao traçar a trajetória do negro no cinema nacional — seja como ator ou personagem de curtas, longas ou documentários, ou por trás das câmeras — João Carlos faz tam-

bém um corte nas relações e tensões referentes ao negro na sociedade brasileira. Mais que de uma tese, o autor parte de uma questão: de que forma o cinema nacional, em suas diversas épocas e estilos refletiu a realidade do negro brasileiro, e por quê. A título de preâmbulo, o autor enfatiza que mesmo no celebrado Centenário da Abolição, pesquisas apontam o nível de integração do negro na sociedade brasileira: 42% são analfabetos (contra 15% dos brancos), 60% ganham salário mínimo (contra 33% dos brancos) e 80% dos condenados que cumprem pena são negros. Ele aponta ainda que os mestiços (40% da população brasileira) não têm um reflexo proporcional no cinema, que 'curiosamente trata como exceção exótica quase metade da população brasileira'.

Em seu ensaio, João Carlos Rodrigues confronta um dos questionamentos mais frequentes na relação negros-cinema brasileiro: nossos filmes não apresentam personagens reais individualizados, mas apenas arquétipos e/ou caricaturas. E arma uma galeria dos 12 arquétipos mais frequentes do negro em nossas telas: do preto velho ao malandro, do crioulo doido à mulata boazuda, do negro de alma branca ao nobre selvagem.

João Carlos abre ainda a questão de um estilo de representação do artista negro evocando uma frase de Antônio Pitanga: 'O cineasta negro tem de enfrentar uma briga em dois planos: contra os brancos para se afirmar e levantar financiamento; e contra os negros, que no final das contas também não vão ver o filme dele por falta de dinheiro ou seja lá por que for... O crítico de cinema arremata: a busca de um estilo de interpretação negra só pode ser decidido pela própria comunidade negra brasileira quando tiver de si mesma uma visão menos idealizada e menos complacente.'

(Jornal do Brasil, 20/12/1988. O negro no cinema)

### 11.6. A estética negra

A estética negra passa a ser exaltada pelos jornais através de reportagens que tratam de sofisticada técnica de penteados africanos e da cobertura de concursos para a escolha das beldades negras.

"Salvador — O pente de ferro e a chapinha quente, que as negras baianas usavam desde o início do século para esticar o cabelo, estão sendo abandonados. Preocupadas em assumir sua origem cultural e racial, as negras baianas estão aderindo em número crescente às tranças africanas. Por causa disso, estão desaparecendo as tabuletas de 'alisa-se cabelo', substituídas pelas que informam 'faz-se tranças'."

(Jornal do Brasil, 10/12/1988. Baiana não estica mais o cabelo)

"No próximo dia 16 de dezembro (sexta-feira), os salões do Gratião Danças, serão animados com grande baile, durante o qual será realizado o concurso Miss Colored do Brasil-88, com o desfile das negras e mulatas mais belas do Brasil, a fim de serem escolhidas a miss e as quatro princesas. A festa será em homenagem ao 'Centenário da Abolição' e nela serão lembradas todas as escolas de samba do Brasil que estiverem presentes. A promoção é da Associação Renovadora dos Homens de Cor do Brasil, que para abrilhantar ainda mais o evento convidou o Rei Momo de São Paulo e o do Rio de Janeiro com suas comitivas."

(Diário Popular, 07/12/1988. Concurso elegerá a colored mais bela do Brasil)



CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DO TÍTULO EM MATÉRIAS JORNALÍSTICAS  
SOBRE O SEGMENTO NEGRO

## RESUMO DO CAPÍTULO II

1. Neste capítulo será observada a construção do título em matérias jornalísticas sobre o segmento negro, durante o ano de 1988;
2. A elaboração do título foi observada a partir da sua construção gramatical, que pode estar nas vozes ativa e passiva do verbo.
3. No entanto, a preocupação da análise do título não está apenas na observação da estrutura gramatical em si, mas no que política e socialmente estas construções podem significar.

## CAPÍTULO II

### A construção do título em matérias jornalísticas sobre o segmento negro

#### 1. A elaboração do título

A elaboração do título de uma notícia exige técnica apuradíssima. É necessário que sejam inseridas, em espaços limitados, toda a idéia e a essência (mensagem) do texto.

Essa técnica segue rigidamente padrões que são destacados em alguns manuais de redação.

"O título de um texto desperta o interesse do leitor para o tema de que trata. Deve ser uma síntese precisa da informação mais importante do texto e destacar o particular em detrimento do geral. Norma geral:

- a) é proibido colocar dois pontos, ponto, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, travessão ou parênteses;
- b) é proibido contornar a norma anterior através da colocação de ponto-e-vírgula no lugar de dois pontos e vírgula no lugar de ponto;
- c) é proibido dividir sílabas e nomes próprios compostos em duas linhas;
- d) deve preencher necessariamente todo o espaço no diagrama;
- e) deve evitar a reprodução literal das palavras iniciadas no texto;

Nos textos noticiosos:

- a) deve conter necessariamente verbo, sempre que possível na voz ativa;
- b) deve estar no tempo presente, exceto quando o texto se referir a fatos distantes no futuro e no passado;
- c) deve empregar siglas com comedimento.

Nos títulos de editoriais, artigos, comentários, 'sides' e críticas é recomendável o uso de verbos."

(Folha de S. Paulo 1987 : 98)

Na necessidade de ocupar o espaço a ele destinado no diagrama (1), o título muitas vezes pode ser uma reinterpretação e, até mesmo, uma reelaboração da notícia. Neste caso, é preciso que o copidesque tenha apreendido e assimilado o texto para que o título seja uma mensagem rápida, desperte interesse e esteja em consonância com a reportagem.

## 2. O negro de objeto a sujeito

Na elaboração dos títulos de textos-reportagens sobre o segmento negro é possível observar que eles estão na maioria das vezes construídos nas vozes ativa e passiva do verbo. Este tipo de padronização é bastante comum no jornalismo, porém o que vale a pena salientar não é somente a análise da estrutura gramatical em si, mas o que política e socialmente estas construções podem significar.

### "Vozes do verbo

1. Voz do verbo é a forma que este toma para indicar que a ação verbal é praticada ou sofrida pelo sujeito. Três são as vozes do verbo: a ativa, a passiva e a reflexiva.
  2. Um verbo está na voz ativa quando o sujeito é agente. Isto é, faz a ação expressa pelo verbo.
- Exemplos: O caçador ABATEU a ave  
 O vento AGITAVA as águas  
 Os pais EDUCAM os filhos

(1) Diagrama - Folha de papel quadriculado de dimensão equivalente à metade do tamanho padrão de uma página de jornal ou igual a ela. Ali, o editor e o diagramador desenham, dispondo plasticamente, a forma pela qual o texto e as ilustrações vão aparecer na página impressa. O diagrama é subdividido em centímetros no seu comprimento e em paucas na sua largura. (Folha de S. Paulo 1987 : 152)

3. Um verbo está na voz passiva quando o sujeito é paciente, isto é, sofre, recebe, ou desfruta a ação expressa pelo verbo:

Exemplos: A ave FOI ABATIDA pelo caçador  
 As águas ERAM AGITADAS pelo vento  
 Os filhos SÃO EDUCADOS pelos pais."

(Cegalha1977: 140)

Conforme a própria definição gramatical, o verbo na voz ativa representa que o sujeito é o agente. Ele é o elemento que controla a ação.

Na análise dos títulos das reportagens, pode-se observar uma quantidade significativa de textos onde o negro protagoniza a reportagem, influenciando o desenrolar da história e propondo ações. Sem dúvida, a movimentação social do negro através de entidades e movimentos organizados foi a grande responsável por este fenômeno.

No entanto, pode-se questionar se em muitas reportagens anteriores a 1988 o negro já não aparecia como o elemento ativador de situações. Este fenômeno já ocorria. Embora não tenha sido feito estudo sistemático nesta pesquisa sobre anos anteriores a 1988, nota-se que este segmento era majoritariamente apresentado na voz ativa em matérias que reforçavam estereótipos e arquétipos. Assim, o negro protagonizava situações em reportagens de determinadas editorias, como a de Cultura (envolvendo matérias sobre o Carnaval), de Esportes (futebol e atletismo) e de Polícia (crimes). A maneira como este segmento era colocado nas reportagens, assinalando a sua tendência "genética" para o samba, o futebol e o crime, refletia o lugar historicamente reservado a ele na sociedade brasileira.

Nas matérias jornalísticas analisadas durante o ano de 1988 notá-se que o negro passa a atingir também outras editorias como o elemento precipitador de situações. E penetra também nas editorias de Política, de Economia, nos Suplementos e até mesmo nos Editoriais. Em muitas destas matérias jornalísticas os títulos são colocados na voz ativa, demonstrando muito além de um simples estilo gramatical, uma transformação política da representação do segmento negro na mídia impressa, onde através dos movimentos organizados ele questiona a democracia racial e reivindica a sua plena cidadania.

Como exemplo desta situação pode-se citar o título de uma matéria publicada pelo jornal carioca "Jornal do Brasil" sobre um caso de discriminação racial que é levado à Justiça.

Na reportagem, uma cabeleireira negra é discriminada racialmente em hotel cinco estrelas. (Percebe-se que na construção desta frase, a cabeleireira foi colocada propositadamente na voz passiva ou como sujeito paciente.)

O título dado a esta matéria foi:

"Cabeleireira acusa hotel de racismo"

(Jornal do Brasil, 05/03/1988)

Entre ser discriminada e acusar a discriminação existe gramaticalmente uma diferença e ideologicamente a representação de quem conduz a ação e altera os fenômenos. Neste caso, a cabeleireira é o sujeito da ação e politicamente o elemento que denuncia e faz valer juridicamente os seus direitos.

Várias outras matérias que levantam casos de discriminação receberam títulos semelhantes ao mencionado, onde o negro enquanto sujeito é o agente.

"Cantora registra denúncia de racismo contra empresa"

(Diário Popular, 27/10/1988)

"Motorista garante que foi vítima de racismo"

(A Tarde, 09/12/1988)

"Instituto investiga mais duas denúncias de racismo"

(O Dia, 27/04/1988) (2)

"Vereador de Recife interpela Brizola sobre frase racista"

(O Globo, 23/07/1988) (3)

"SOS Racismo vai à Justiça contra o flu"

(O Dia, 16/04/1988)

"Cozinheiro reconhece PM que o agrediu"

(O Dia, 19/05/1988)

"Mãe de negra vai à polícia contra racismo"

(O Estado de S. Paulo, 28/05/1988)

"No Sul, manequins denunciam racismo"

(O Globo, 08/05/1988)

"Atletas reclamam da discriminação"

(O Estado de S. Paulo, 13/05/1988)

---

(2) O "Instituto" que o título refere é o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN), entidade composta por negros que zela pela proteção cultural, social e política deste segmento.

(3) O vereador referido é negro, cujo nome é Sylvio Ferreira.

"Professora negra retorna às aulas"

(Notícias Populares, 17/04/1988)

"Negro vê racismo só fora dos gramados"

(O Dia, 08/05/1988)

"Líder negro contesta versão da PM"

(O Dia, 23/03/1988)

"Grevista vai a 17ª delegacia contra racismo"

(Jornal do Brasil, 06/10/1988)

"Garçon denuncia que Itamarati não aceita contratação de negros"

(Jornal do Brasil, 12/11/1988)

"Pedagoga faz crítica a racismo na Espanha"

(Jornal do Brasil, 26/11/1988)

"Atores acusam policiais de racismo"

(O Globo, 27/08/1988)

Enquanto grupo organizado o segmento negro aparece em vários títulos na voz ativa. Repare que nos títulos acima são destacados indivíduos, nos próximos serão colocados o grupo.

"Negros não querem Gilberto Gil na luta pela vereança."

(Notícias Populares, 26/08/1988)

"Negros condenam feriado do 13 de maio"

(O Dia, 15/05/1988)

"Negro quer modificar ensino de História"

(O Dia, 08/05/1988)



"Negros terão 617 candidatos a vereador"  
(O Dia, 08/05/1988)

"Negros reivindicam mudanças em livros"  
(O Globo, 16/05/1988)

"Negro faz procissão no centro"  
(O Estado de S. Paulo, 29/05/1988)

"Negros divididos denunciam racismo"  
(O Estado de S. Paulo, 14/05/1988)

"Negros queimam retrato da princesa"  
(Folha de S. Paulo, 13/05/1988)

"Negro reflete Abolição sem festejar"  
(O Dia, 14/05/1988)

"Negros protestam no 13 de maio"  
(O Dia, 03/05/1988)

"Comunidade negra realiza ato contra discriminação"  
(Diário Popular, 29/05/1988)

"Entidades de negros farão debate sobre os ancestrais"  
(Jornal do Brasil, 01/12/1988)

"Negros lembram hoje o Dia da Consciência"  
(Folha de S. Paulo, 20/11/1988)

"Negros de SP comemoram Dia da Consciência"  
(Folha de S. Paulo, 21/11/1988)

"Movimento Negro não apóia Missa"  
(O Dia, 22/04/1988)

"A consciência negra invade a Sé"

(Jornal da Tarde, 21/11/1988)

"Negros exigem rompimento com racismo sul-africano"

(O Dia, 20/03/1988)

"Grupo Kizomba promove Encontro da Arte Negra"

(O Globo, 08/11/1988)

"Movimento Negro teme que Gil o enfraqueça"

(Folha de S. Paulo, 04/09/1988)

"Negros avançam para ter voz na política"

(O Dia, 21/08/1988)

"Grupo negro vai distribuir folheto criticando Caxias"

(O Dia, 23/08/1988)

"Quatro mil negros saem em passeata contra o 13 de maio"

(O Globo, 12/05/1988)

"Negros chamam com cartilha mineira sobre a Abolição"

(Notícias Populares, 07/04/1988)

"Só negros vão fazer paixão de Cristo"

(O Dia, 01/04/1988)

"575 entidades de negros contra a discriminação"

(O Dia, 18/04/1988)

"Empresários negros ampliam mercados para seus produtos"

(Folha de S. Paulo, 08/06/1988)

"Grupo afro pede punição de neonazistas"

(O Dia, 18/11/1988)

Em outros títulos, o negro pode também vir a ser ignorado como agente ativo dentro de uma ação. É o caso das matérias jornalísticas sobre a Campanha da Fraternidade daquele ano. Na construção dos títulos, em todos os jornais analisados que tratavam do tema, o negro era colocado na voz passiva do verbo, tornando-se o sujeito paciente da ação, ou seja, não é ele quem promove qualquer mudança ou interfere no evento. Nos títulos, é a Igreja quem está no papel ativo, como o agente criador e realizador da Campanha da Fraternidade.

Ao agir desta forma, os jornais ignoraram a participação do negro enquanto elemento ativo dentro da formulação e realização da Campanha da Fraternidade, para colocá-lo apenas como objeto sem nenhum papel efetivo neste processo, estando à margem da organização do evento.

No entanto, conforme a pesquisa de Ana Lúcia Valente, o negro foi o grande influenciador do tema da Campanha da Fraternidade e ele estava por detrás de todo o processo de criação e realização. (Valente 1984 )

"Pode-se dizer que o grupo Agentes de Pastoral Negros, cinco anos depois de criado (1981) teve seu trabalho efetivamente reconhecido com a escolha do tema da Campanha da Fraternidade de 1988. Tudo indica que foi através da mobilização dos Agentes de Pastoral Negros que o negro negociou, em 1986, com a CNBB, a proposta de discussão da questão negra durante o período da quaresma. Obviamente o fato de que, em 1988, oficial e legalmente, seriam completados cem anos da abolição da escravatura, pesou na decisão daquele organismo eclesial. Segundo informação de Frei David dos Santos, coordenador do Movimento de Religiosos Negros do Rio de Janeiro, entre quarenta e três bispos, apenas dois não aprovaram a escolha do tema: 'A Fraternidade e o Negro'."

(Valente 1984 : 242)

No entanto, a imprensa ignorou esta movimentação das entidades negras (Agentes de Pastoral Negros) na concepção e na efetivação da Campanha da Fraternidade. Este tipo de comportamento pode ser observado na construção dos títulos em que a Igreja é colocada como a única protagonizadora da ação.

"Campanha da igreja prega união das raças"

(O Globo, 19/02/1988)

"CNBB lembra a dor do negro ao abrir campanha"

(Jornal do Brasil, 18/02/1988)

"Bispos pedem que negros sejam tema de reflexão"

(O Globo, 17/02/1988)

"Igreja lança campanha pelo negro"

(O Globo, 18/02/1988)

"Papa lança a fraternidade e fala do negro"

(O Estado de S. Paulo, 18/02/1988)

"Campanha da Igreja é contra a escravidão"

(O Dia, 18/02/1988)

"CNBB começa campanha com tema sobre o negro"

(Folha de S. Paulo, 18/02/1988)

"Fraternidade divide a Igreja"

(O Dia, 09/03/1988)

"Cardeal critica a campanha da CNBB"

(O Estado de S. Paulo, 15/03/1988)

Em outras situações os títulos podem ser construídos, colocando o negro exclusivamente na voz passiva, onde ele é paciente, sofre e recebe a ação.

Não restam dúvidas, que este tipo de construção ainda continua mencionando a questão racial, mas impede que o sujeito seja ativo ou o responsável pela sua ação, diminuindo a dimensão política do processo.

Neste caso, o que torna notícia é o elemento discriminador ou repressor (como exemplos pode-se citar pessoas racistas ou a coibição da Polícia Militar ou do Exército contra manifestações dos negros) e não a atitude do indivíduo ou dos movimentos negros denunciando o fato.

Construindo os títulos desta forma, os profissionais jornalistas (responsáveis pela elaboração dos títulos) cometem um erro estratégico. Pois o que poderá ser considerado notícia inusitada: um branco que discrimina um negro ou um negro que vai até uma delegacia de polícia e denuncia um branco por discriminação racial? Sem dúvida, que a segunda angulação representa a notícia enquanto algo novo, diferente do habitual. No jornalismo, aliás, ao conceituar o que viria a ser notícia, é folclórico e famoso o exemplo de que um cachorro mordendo um homem não pode ser retratado enquanto notícia nova, mas um homem mordendo um cachorro pode ser suficiente para ganhar as primeiras páginas dos jornais.

Porém, a falta de sensibilidade por parte de copidesques e editores para o conceito daquilo que é "notícia quente" (ou notícia inusitada) e para a mudança que o movimento negro demonstrava durante o ano de 1988 dentro da sociedade brasileira, fez com que muitas matérias e títulos fossem construídos, colocando o negro na voz passiva do verbo, ou como agente paciente da ação. Conforme mencionado anteriormente, muitas outras matérias e títulos colocavam o negro, em contraponto a es-

ta visão, como elemento ativo.

"Comerciante acusado de discriminação"

(Notícias Populares, 19/10/1988)

"Detetive que ofende negro é autuado"

(Jornal do Brasil, 19/12/1988)

"Família negra pressionada para deixar apartamento"

(O Dia, 20/04/1988)

"Negros revistados"

(O Dia, 21/03/1988)

"PMs acusados de discriminação e agressão"

(O Dia, 17/05/1988)

"PMs revistam negros em congresso"

(O Dia, 21/03/1988)

"Síndico que prendeu a empregada será punido"

(Jornal do Brasil, 23/03/1988)

"No Rio, marcha de negros é barrada pela polícia"

(Folha de S. Paulo, 12/05/1988)

"Diretor de Centro acusado de racismo"

(O Globo, 08/03/1988)

Em algumas situações foi possível observar que os redatores dos títulos tiveram a intenção de fazer trocadilhos.

"Tenistas reagem à lista negra do 'apartheid'"

(O Globo, 16/04/1988)

"ONU põe Piquet e Senna na 'lista negra'"

(Jornal do Brasil, 15/04/1988)

"Piquet, Boesel, Senna e Serra na lista negra"

(O Dia, 15/04/1988)

O trocadilho, de duplo sentido, impede que se faça uma análise precisa da intenção dos redatores. Eles podem estar se referindo à lista negra como pejorativamente é atribuída a relação de indivíduos ou entidades malvistas por algumas sociedades (uma espécie de index) ou, ainda podem querer chamar a atenção para o fato de entidades afinadas com a causa negra estarem fiscalizando o boicote contra a África do Sul. Neste caso, "lista negra" poderia ser sinônimo de "lista do anti-apartheid". Porém, este duplo sentido no título pode comprometer o conteúdo da mensagem.

Mesmo com todos estes nuances percebe-se que os títulos sobre as questões raciais têm seguido, na maioria dos casos, um certo tipo de padronização específica. Geralmente o termo "negro" é colocado referindo-se ao indivíduo ou grupo coeso. Praticamente não se usa o termo "preto" (considerado pejorativo pelos movimentos negros) para designar indivíduos negros. Provavelmente, a assimilação de que negro se refere a um grupo coeso e de consciência racial se deva às campanhas dos grupos negros, com forte influência dos negros norte-americanos (hoje já se fala em utilizar o termo "afro-brasileiro" para se referir ao segmento negro, tendo como modelo o negro norte-americano que se auto-define "afro-americano").

Porém muitos jornais ainda não têm uma visão de que o termo "negro" envolve todo o segmento da raça negra, independente da coloração da pele. Em vários textos e títulos é pos-

sível observar que ainda são utilizados os termos "pardo", "mulato" e "negro" para designar a cor do indivíduo, quando na verdade todas estas três categorias são da raça negra. O cuidado que se tem na utilização da palavra "preto" (enquanto pigmentação da pele) talvez seja a explicação. (Este assunto será melhor abordado no capítulo posterior.)



CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO  
EM REPORTAGENS SOBRE O SEGMENTO NEGRO

### RESUMO DO CAPÍTULO III

1. Este capítulo visa analisar a construção do texto jornalístico durante o ano de 1988;
2. Para analisar a construção dos textos jornalísticos, as matérias foram agrupadas em três grandes grupos: Preconceito e discriminação racial; Manifestações públicas (passeatas); e Estética negra.
3. Em cada um destes grupos serão analisados a angulação e o estilo dos textos jornalísticos.

### CAPÍTULO III

#### A construção do texto jornalístico em reportagens sobre o segmento negro

##### 1. A elaboração do texto

Assim como a construção do título (veja capítulo anterior), o texto jornalístico exige uma série de atributos do repórter-redator para narrar e apresentar diversos ângulos do fato (Medina 1974 : 96)

A objetividade absoluta na informação deste fato é quase impossível de acontecer.

"Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em longa medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram, bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Consultar os colegas na Redação e procurar lembrar-se de fatos análogos ocorridos no passado são dois procedimentos que podem auxiliar na ampliação da objetividade possível."

(Folha de S. Paulo 1987 : 34)

A não-objetividade não exclui, entretanto, conforme os manuais, a exatidão. Assim, uma pergunta poderia ser feita: é possível ser exato quando não se é objetivo ou ser objetivo não sendo exato? A resposta, segundo os manuais, é sim. Isto

porque, exatidão no jornalismo baseia-se em dados que por si só concentram este conceito como cifras, números e grafia correta de nomes de pessoas entrevistadas.

"Exatidão — Informação inexata é informação errada. A busca das informações corretas e completas é a primeira obrigação de cada jornalista. Um jornal só firma seu conceito de credibilidade junto ao seu público quando é conhecido pela fiel transcrição das opiniões que colhe e pela exatidão dos dados que apura e publica. Para a construção da imagem de um jornal, mais importante do que ambiciosas reportagens é a publicação sistemática de textos com informações exatas. Para isso, cifras, números, grafia de nomes de pessoas entrevistadas, horários, datas, locais e todas as outras informações devem ser checadas com o maior cuidado."

(Folha de S. Paulo 1987 : 30)

Dentro deste contexto de esforço para conseguir uma "objetividade possível" e uma exatidão absoluta, percebe-se que no texto jornalístico o fato em si (ou o esboço dele) não é a célula nuclear do texto. Ele geralmente não ocupa mais do que quatro ou seis linhas encabeçando o primeiro parágrafo ou "lead" (que significa o início de qualquer texto jornalístico).

Neste caso, o repórter-redator na averiguação e construção da matéria atribui muito mais importância ao desdobramento do fato, do que a ele em si, que passa a ter papel secundário, apenas de um cordão condutor e não nuclear.

Isto porque, a notícia tem muito mais características linear que circular, derrubando a argumentação de que "a imprensa é como um urubu em cima de carne em putrefação".

Na estrutura da notícia, o "cadáver" é um fato consumado. O que pode germinar notícia é o histórico deste "cadáver", o ato da morte em si e os desdobramentos.

Como exemplo, pode-se citar as denúncias de corrupção levantadas contra o empresário Paulo César Farias, o PC, que tinha grande influência dentro do governo Collor, em 1992. Durante meses este fato ocupou as primeiras páginas dos jornais e foi tendo com o passar do tempo outros contornos, que não se prendiam ao fato em si. Tendo como fio condutor o caso PC, chegou-se ao ponto de abrir processo de "impeachment" contra o então presidente Fernando Collor. Em um crescendo, de repente associadas à imagem e à informação das corrupções do empresário, foram feitas inúmeras outras matérias sobre a estrutura dos órgãos governamentais, a ética na política, a desgovernabilidade, culminando no "impeachment".

"A cobertura do caso Collor-PC entronizou no Brasil o jornalismo investigativo. Mais importante: forjou um padrão de jornalismo aguerrido e documentado. Isso se deve a muitos motivos, mas dois são destacáveis — a acirrada concorrência dos meios de comunicação por notícias exclusivas, a documentação que a CPI do PC obteve e forneceu à imprensa. Parlamentares, como se sabe, são fontes loquazes. Nessa Copa do Mundo da Imprensa a leviandade perdeu de goleada porque a exigência aumentou. Já não bastava citar 'fontes', nem era possível abusar do off. A clássica e mefistofélica acusação em off com a defesa em on ficou malvista. O furo do dia exigia comprovação com documentos, cheques, notas fiscais, extratos bancários — daí que esta pode ser cunhada como a Era do Fac-Símile."

(Gusmão 1992 : 5 )

Outra notícia que foi tratada pela imprensa e demonstrou que o fato em si perde forças em detrimento do desdobramento é o caso do assassinato da atriz Daniella Perez em 28 de dezembro de 1992.

O modelo adotado pela imprensa para a cobertura do caso é o da linha ascendente, em que a notícia deve crescer fisicamente nas páginas dos jornais (ampliação), recebendo o máximo destaque.

A estrutura da notícia neste caso foi acompanhada de muitas informações complementares, que permitiam ao leitor visualizar panoramicamente toda a situação. Este recurso, conhecido como box, permitia fazer a constituição histórica dos envolvidos no processo, além de hipóteses para explicar o crime.

Desde que ocorreu o fato (o assassinato), os principais jornais do País ainda continuavam, dois meses depois, noticiando o desdobramento do crime, através de uma técnica jornalística chamada suíte.

"Suíte — é a técnica da continuação ou repetição de uma notícia conhecida, alterando-se-lhe a forma juntando ao seu conteúdo novos pormenores. Aqui atualizam-se velhas notícias, baseando-se a cabeça em aspecto ou ângulo diferente da ocorrência ou no próximo desenvolvimento esperado do fato."

(Beltrão 1969: 116)

Repare que nos exemplos mencionados, o "cadáver" enquanto notícia já não era o mais importante. Outros componentes como a violência contra a mulher; a aprovação da pena de morte; a interferência da ficção na realidade e da realidade na ficção; a censura dos programas de televisão considerados pelas correntes conservadoras como "abusivos"; além de muitas outras abordagens foram feitas e introduzidas sobrepondo-se ao fato em si.

A rapidez que estes componentes sobrepuseram o fato na construção da notícia foi motivo de crítica do ombudsman da Folha de S. Paulo, Mário Vitor Martins.

"É de se lamentar que os jornais tenham deixado levar pelas enormes pressões, partidas inclusive do próprio público, para dar um tratamento ficcional ao assassinato de Daniella, um crime cercado de circunstâncias obscuras que cabia ao jornalismo apurar e revelar com serenidade. Em lugar disso, o noticiário foi essencialmente baseado em opiniões de policiais desmorteados, versões incriminadoras sem apoio em provas e 'confissões' feitas a agentes obtidas de maneira no mínimo duvidosas (...)

Não fosse essa pressão avassaladora, exercida pelo telejornal de maior audiência e potencializada pela união em horário nobre editada sem intervalo, provavelmente a mulher de Guilherme de Pádua, Paula de Almeida, estaria em liberdade (...)

A própria Folha, que se esforça por noticiar com cautela as versões da polícia, no início da cobertura chegou a transitar entre novela e realidade. A manchete do Caderno Cotidiano do dia 30 de dezembro anunciava a morte de 'Yasmim', a personagem vivida por Daniella Perez. O 'Globo' fez ainda pior ao estampar em título na capa o veredito do caso: 'Mulher de 'Bira' o ajudou a matar Daniella Perez'."

# cotidiano

inclui esporte

Quarta-feira, 30 de dezembro de 1992 |

## 18 golpes de tesoura matam 'Yasmin'

★ Daniela Perez estrelava 'Do Corpo e Alma' ★ Polícia diz que ator confessou o crime  
★ Corpo foi encontrado em terreno baldio ★ Pádua alega que estava sendo ameaçado



A atriz Daniela Perez foi assassinada com 18 golpes de tesoura espartana no tórax e no pescoço, às 12h30 de madrugada, em Rua de Ypanema (zona sul de São Paulo), 32 anos. Vivia e passava de Yasmim, uma das atrizes da novela "Do Corpo e Alma", criada por sua mãe, Cláudia Perez.

Causa de alto teor policial e crime, o ator Guilherme de Pádua, 33, foi detido. Segundo a polícia, ele confessou o assassinato. Pádua, como Bira, o Chacrinha, atua em dois programas de televisão. Segundo ele, Daniela e sua mãe se encontraram brevemente no dia 29.

No episódio gravado anteriormente, pouco antes do crime, Yasmin tentava convencer Bira. Após o gravado, ela se deu por uma atriz de longa carreira, conhecida por 18 anos.

# O GLOBO

## Mulher de 'Bira' o ajudou a matar Daniella Perez

Paula de Almeida Thomaz, a mulher do ator Guilherme de Pádua (o 'Bira' da novela "Do corpo e alma"), confessou que não somente assistiu ao assassinato de Daniella Perez, como foi a primeira a agredi-la, com dois golpes de chave de fenda. Seu depoimento extra-oficial foi tomado anteriormente a noite em seu apartamento.



"O Globo" afirma em manchete que a mulher de "Bira" participou do crime; a Folha anuncia a morte de "Yasmim"

(Folha de S. Paulo, 10/01/93. MARTINS, Mário Vitor.  
Novela e Jornalismo)

Como se pôde perceber, existe uma ética na publicação da notícia. Baseando-se na legislação, no direito à resposta (quase sempre desigual, já que o erro da publicação de uma notícia recebe espaço ínfimo) e, principalmente, na concorrência entre os veículos, os jornais têm-se mostrado cuidadosos na construção dos títulos e dos textos. Quando não se mostram zelosos, são vítimas de críticas diretas tanto do leitor quanto de outros profissionais da imprensa.

Ao abandonar parcialmente a teoria de que quem noticia primeiro é o melhor, para assumir que quem aprofunda no fato, oferece dados e investiga é o mais completo, os jornais passaram a adotar novos padrões na construção da notícia. Entre essas mudanças destacam-se a uniformização da linguagem jornalística (elaboração dos manuais de redação) e o aprimoramento de profissionais (assunto tratado na Introdução).

Nos anos 80, dentro deste contexto, começa-se a cobrar muito a postura do profissional jornalista abrindo discussões para repensar a liberdade de imprensa e uma nova ética jornalística.

"Se os médicos têm a comodidade de enterrar seus erros com as vítimas, os jornalistas têm a desventura de ao errar deixar vítimas insepultas. E como os cadáveres falam, há vozes no ar alertando que por mais honestos que sejamos, mais rigorosos que queiramos ser, mais amantes dos códigos de ética que nos declaremos devemos aperfeiçoar nosso sistema antierro e criar uma Editoria de Reparação. Nós jornalistas estamos orgulhosos do que fazemos, É a hora talvez de admitir que às vezes erramos, e de reconhecer que 'erro de imprensa' já não é uma troca de letras: muitas vezes é uma troca de reputação. Mas se é enfática por dever do ofício, a imprensa é reticente para admitir erros, e mogadônica para repará-los. É mais fácil um homem morder um cachorro do que um jornal admitir que errou."

(Gusmão 1992 : 5)



## 2. O negro na estrutura do texto jornalístico

### 2.1. Recomendações dos manuais de redação

A preocupação com a ética na cobertura de matérias envolvendo o segmento negro é também visível. Nos manuais de redação são desfiados rosários sobre o preconceito e a discriminação e os cuidados a serem tomados.

No "Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo", no capítulo "O texto e a edição no jornal" é apresentado dentro do item "Ética interna" algumas considerações sobre a utilização de palavras e termos para o equilíbrio e uniformização do jornal.

Assim algumas palavras, segundo o manual, devem ser tratadas com cuidado. Estas palavras são assim enumeradas:

1. Jornais e revistas (...)
2. Palavrões e vulgaridades (...)
3. Palavras ofensivas (...)
4. Deficiências físicas (...)
5. Negro e mulato (...)
6. Velho (...)
7. Homossexual (...)
8. Menores (...)
9. Correção (...)
10. Doenças (...)
11. Suicídios (...)
12. Raças e nacionalidades (...)"

(Martins 1990 : 35-36)

Ora, nesta visão panorâmica percebe-se a reprodução dos valores sociais brasileiros em relação a determinados seg-

mentos da sociedade. É interessante observar que os termos "negro e mulato", "velho" e "homossexual" estão dispostos em proximidade gráfica, no Manual, de alguns outros termos como "palavrões e vulgaridades", "palavras ofensivas", "doenças", "suicídios" e "deficiências físicas". Por analogia, pode-se concluir que, nesta estrutura, negro, velho e homossexual estão mais próximos da patologia e do desvio do que da normalidade. "A verdade diz peremptoriamente, mesmo quando renuncia a dizer a coisa mesma", conforme mencionou Merleau Ponty (veja Introdução). E a verdade (ou a versão da verdade) é que a sociedade brasileira não sabe conviver com estes três segmentos.

Numa visão menos panorâmica e mais objetiva e específica pode-se analisar alguns destes sub-itens e o seu conteúdo.

"Negro e mulato. Se necessário, use a forma negro (e nunca preto, colored, pessoa de cor, crioulo, pardo etc.) Mulato e mulata são aceitáveis quando se justificar a especificação, notícia, da cor da pele da pessoa. No noticiário policial, só faça referência a negro quando se tratar de pessoa procurada: 'A polícia procura dois homens negros e um branco, acusados de ...' Nos demais casos, raramente, há necessidade de falar em brancos, negros ou mulatos. No noticiário geral, a palavra só tem sentido se a própria pessoa se referir a ela ou se houver uma denúncia de discriminação racial. Por isso, não descreva um jogador, artista ou personalidade como 'fulano de tal, tantos anos, negro' (a menos que o personagem proclame a negritude). A única exceção seria para casos muito incomuns (o primeiro presidente negro de um país, o primeiro cardeal negro etc). O Estado não compactua com casos de racismo e os denuncia sempre."

(Martins 1990 : 35)

"Raças e nacionalidades. Nunca recorra a palavras que agridam raças, nacionalidades ou tendências políticas, como carcamano, comuna, china (por chinsês), turco (por árabe), polaco, japa, gringo, paulo, português ou lusitano (no mau sentido), paulista, cabeça-chata, baiano (para qualquer nordestino), judeu (no mau sentido), judiação, amare

lo(por oriental), vermelho (por comunista)  
etc."

(Martins 1990 : 35)

A dificuldade em distinguir a cor da pele e a raça é uma constante nas notícias. Geralmente, o termo "negro" para os movimentos negros organizados tem sentido político e envolve os "pardos", mulatos e pretos. No entanto, aqui por exemplo, é feita a distinção entre negro e mulato.

No tratamento da questão do segmento negro enquanto notícia a Folha de S. Paulo utiliza três temas específicos e recomenda que eles devem ser usados com cuidado pelos redatores: "Minorias" e "Preconceitos" (apresentados em "Política e editorial") e "Negro" (apresentado em "Padronização de Estilo")

"Minorias — As minorias étnicas, raciais, religiosas, sexuais, políticas, ideológicas ou de qualquer outra espécie merecem da Folha um tratamento sem preconceitos. o conceito de minoria não é definido por critérios quantitativos, e sim políticos."

(Folha de S. Paulo 1987 : 33)

"Preconceitos — A Folha não admite preconceitos nos textos que publica. Ninguém é qualificado por sua origem étnica, naturalidade, confissão religiosa, situação social, preferências sexuais, deficiências físicas ou mentais, exceto quando essa qualificação for indispensável para tornar completa a informação que o texto veicula."

(Folha de S. Paulo 1987 : 35)

"Negro - Quando é pertinente designar a cor da pele de uma pessoa negra, a única palavra adequada é 'negro'."

(Folha de S. Paulo 1987 : 91)

## 2.2. O negro como elemento precipitador de situações em notícias de jornais

Como foi mencionado na Introdução deste trabalho, as matérias jornalísticas sobre o segmento negro foram divididas em 17 categorias distintas. Esta primeira divisão, baseou-se nos assuntos que eram mais constantes nos jornais, permitindo uma visão panorâmica das matérias publicadas.

Em um segundo momento, estas 17 categorias puderam ser agrupadas em três grandes grupos: 1. Preconceito e discriminação racial; 2. Manifestações públicas (passeatas); 3. Estética negra. A reunião das 17 categorias em três foi pela importância que a imprensa deu durante todo o ano de 1988 a estes temas específicos.

É importante observar que estes três temas estiveram constantes durante todo o ano de 1988 e foram abordados na imprensa através do recurso "gancho jornalístico" (que é a oportunidade para fazer e publicar um texto jornalístico) do Centenário da Abolição da Escravatura.

Como característica marcante dos textos, nota-se que o negro passa a ser sujeito ativo da ação, promovendo e propondo mudanças. Esta alteração de papéis também foi observada nas áreas de Literatura Comparada e Teoria Literária, em que pesquisadores constataram significativas alterações na poesia e na ficção negras no Brasil, que nos últimos anos passaram a refletir uma nova visão de mundo daqueles que as produzem. Neste caso específico a mudança é tamanha que o negro passa ele mesmo a escrever a sua história.

"O principal aspecto que definiria uma significativa mudança entre os estudos sobre o negro realizados no passado e os que aparecem nesta década pode ser escrito assim: o negro deixa de ser objeto para passar a sujeito da literatura e da sua própria história; deixa de ser tema (inclusive como estereótipo) para ser o autor de uma visão de mundo própria. Assim, poderíamos definir literatura negra no Brasil (ou afro-brasileira) como a produção literária de descendentes de africanos que se assumem ideologicamente, como tal. Portanto, ela se distinguiria, de imediato, da produção literária de autores brancos a respeito do negro, seja enquanto tema (folclore, exotismo, regionalismo), seja enquanto estereótipo (as mulatas lascivas, como a Gabriela de Jorge Amado, e por extensão as de Di Cavalcanti, a mãe preta servil, como a tia Anastácia de Monteiro Lobato. O expurgo dos estereótipos vem sendo paulatinamente realizado nos sucessivos encontros de militantes negros, não com um sentido purista e moralista, mas visando à conscientização da sociedade quanto a esses estereótipos.

Dos primeiros poemas de negros — ou sobre eles — à atual postura de repúdio às comemorações do Centenário da Abolição, o que mudou? Poderíamos inscrever a história da literatura negra no Brasil em dois momentos: 1) o tempo da utopia — abolicionismo; 2) a Abolição como realidade, vista pela militância política — o mito de Zumbi dos Palmares."

(Jornal do Brasil, 14/05/1988. LOBO, Luiza.  
O negro de objeto a sujeito. Suplemento Idéia)

No entanto, este fenômeno é diferente do jornalismo, onde existem poucos profissionais negros e a trajetória deste segmento ainda é narrada por não-negros.

Se na literatura os descendentes de africanos criaram uma nova visão de mundo, quase uma nova estética literária ("A literatura negra contemporânea problematiza figuras e fatos, mas não chega a propor uma nova estética"), no jornalismo este fenômeno se deu em outro nível, os negros organizados em movimentos promoviam ações para chamarem a atenção da imprensa e serem narrados enquanto notícia e enquanto agentes promotores de mudança social.

Este fenômeno talvez esteve baseado na consolidação de grupos negros organizados, como o serviço especializado no combate à discriminação racial, SOS Racismo, ligado ao Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), com sede no Rio de Janeiro. Este serviço tinha como função receber, investigar e averiguar os casos de denúncia de racismo propondo ação judicial. A média de denúncias recebidas pela entidade em 1988, era de três por dia. Soma-se a isto o número de entidades negras (escolas de samba, grupos de capoeira, afoxés, núcleos de estudos universitários, entidades culturais, políticas e outras) em atuação em todo o Brasil. Em 1988, o Instituto de Estudos da Religião, catalogou mais de 575 entidades.

A atuação destes grupos é o que praticamente alimentou as pautas dos jornais durante todo o ano. Como já foi mencionado o negro (através de grupos organizados) tornava-se o elemento precipitador de situações, não mais de forma marginal, mas enquanto crítico das relações raciais no Brasil e da desigualdade de oportunidades entre brancos e negros.

A estrutura das mensagens jornalísticas, dentro deste contexto, trazem uma padronização estilística que caracterizou todas as notícias do ano de 1988.

No caso de matérias de denúncia de discriminação racial, nota-se que independente do espaço que ocupavam nos jornais, tinham como característica não apenas o noticiário, mas a utilização de um recurso de construção de textos jornalístico conhecido como história humana (1), elevando pessoas anônimas ao status de protagonistas (personagens principais) da notícia.

---

(1) História humana - Reportagem que desenvolve os aspectos pessoais que determinado fato implica. A história humana exige a individualização de seus personagens (Folha de S. Paulo 1987 : 154)

# Síndico que prendeu a empregada será punido

O secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, determinou a abertura de inquérito para apurar a responsabilidade do síndico Gildo Rodrigues pela prisão da empregada doméstica Vera Lúcia Ferreira da Silva, de 30 anos, no elevador social do edifício Vivenda Onze, no Leblon. O fato foi denunciado pelo JORNAL DO BRASIL dia 15 e pela revista *Veja* em sua última edição.

De acordo com o secretário, "trata-se de humilhação" o que aconteceu com Vera Lúcia Ferreira da Silva, que pelo fato de ser negra e tentar utilizar o elevador social do prédio em que trabalha, foi trancada por mais de meia hora.

Saboya mandou que o delegado

da 14a. DP promova a responsabilidade penal do síndico e de todos os que contribuíram para a infração penal que cometeu, de acordo com a Lei Estadual número 962, de 27 de dezembro de 1985, que prescreve:

"Art. 1º — É vedada a restrição de acesso de pessoas às unidades de edifícios de qualquer natureza, me-



Vera Lúcia da Silva

diante a discriminação do uso das entradas, elevadores e escadas dos prédios, em virtude de raça, cor ou condição social."

(Jornal do Brasil, 23/03/1988)

No exemplo acima, observa-se que uma empregada doméstica, Vera Lúcia Ferreira, consegue certa notoriedade pela discriminação sofrida, sendo que o caso chega a chamar a atenção do secretário de Polícia Civil e até mesmo é comentado em artigo de Affonso Romano de Sant'Anna.

## Affonso Romano de Sant'Anna

### O lugar do negro

"N O Brasil não há racismo porque o preto reconhece o seu lugar." Alguém deve ter ouvido esta frase como piada, mas a ouvi dita por um brasileiro, respeitado professor de história, numa conferência nos Estados Unidos. Ele disse isto a sério. Não teve nem a delicadeza de dizer: "existe uma piadinha de mau gosto..."

Me lembro disto agora que leio que andaram proibindo uma empresa de usar o termo "bônus" em relação ao desempenho e ganhar um prêmio por atingir metas. Isso é uma piada? Ou é uma ameaça?

Então, volta a pergunta: qual o lugar do preto na sociedade brasileira? Perceba a atualíssima neste ano em que comemoraremos 100 anos da libertação dos escravos. Libertação ou libertação? Vejam lá a diferença. A gente lê aquela "piada" do professor. Já essa notícia de racismo num prédio da Zona Sul do Rio e

para a empregada não comer da comida da patroa? Você sabia que se agora passou na Constituinte essa obrigatoriedade de férias e décimo-terceiro mês para empregada doméstica? Você sabia? Pois a socióloga Vera Moreira Figueiredo andou entrevistando estudantes brancos e pretos nas favelas e escolas. As perguntas eram em torno do conceito que as pessoas têm dos pretos. Pois não é que a maioria tanto de negros e brancos acha que os pretos são "burros", "feios", "ladroes" e "porcos". Alarmantemente muitos pretos incorporaram essas adjetivações dos brancos.

Bons tempos para quem? Para os escravos que deixavam o sangue e a carne nas plantações de café? O redator desse anúncio não se deu conta do que fazia. Pois olho a publicidade: ela está junto aos barracos da avenida. Imagino um pobre saindo de manhã, talvez não tendo tomado o seu café e conferindo os "bons tempos" de ontem e os "bons tempos" de hoje.

Qual o lugar da negra na sociedade brasileira?

Antigamente havia um ditado que dizia: a preta para trabalhar, a branca no altar e a mulata para amar. Estão aí tres lugares marcados para a mulher (antigamente?).

Você sabia que há inúmeras casas onde a geladeira é fechada à chave

para a empregada não comer da comida da patroa?

Retorno Casa grande e senzala de Gilberto Freyre e leio durante a guerra civil americana andaram fazendo pesquisa pensando o cérebro do branco e do negro para mostrar que o negro era inferior, pois o do negro pesava em média 1.292 e do branco 1.341 grs. Posteriormente outro pesquisador andou aplicando testes de inteligência em brancos e pretos. "A pesquisa de Freeman conclui pela

superioridade dos americanos sobre os negros em todas as idades, menos no crupo de 10 anos; mas concluiu também pela superioridade dos negros americanos sobre os Italianos brancos, com exceção de dois crupos. Pintner e Keller encontraram entre os negros o mesmo Q. I. que entre os europeus; e superior ao dos gregos, italianos e polacos. E Herish encontrou nos negros Q. I. superior ao dos portugueses. Nos próprios testes do Exército Americano, tão citados contra o negro, os resultados acusaram maiores diferenças entre os negros do Norte e do Sul dos Estados Unidos, que entre negros e brancos; e colocaram os negros do estado de Ohio, em plano superior aos brancos de todos os estados do Sul, com exceção da Flórida".

Então, como é que ficamos? Está aí demonstrado: os negros com um Q. I. superior ao dos gregos. Que gregos? De hoje ou do tempo de Aristóteles? Os gregos ficaram burros? Mas eles não são brancos? Ou será que o Q. I. varia de acordo com

os estímulos culturais ou com os próprios métodos de sua aferição?

O fato é que de quando em quando alguém de cor e barrado num clube ou num elevador. Ou, então, é preferido num emprego por causa de sua cor. Claro, já melhoramos muito. E em relação a outras culturas nosso racismo é mais tenso e matizado. Os americanos, ingleses e franceses partiram para o racismo simples e explícito, nos para o racismo complexo e implícito. E toda vez que uma preta ou mulata reclamar por seus direitos, mesmo que seja essa coisa trivial, poder tomar um elevador, a questão social avança. Avança porque na atitude conservadora de alguns vemos nosso próprio passado e na atitude rebelde de outros vemos um aprimoramento social.

O que não pode é a gente achar que o bom preto é aquele que reconhece o seu lugar e que o melhor café e aquele que tem o sabor dos "bons tempos" da senzala.

Tomar um elevador a nós interdito pode ser às vezes um gesto revolucionário.

(Jornal do Brasil, 30/03/1988)

Nos textos de denúncia de discriminação racial, utiliza-se o recurso de detalhar toda a situação, envolvendo o leitor. Em muitos casos, não se usa neste tipo de texto o padrão tradicional de construção do lead, em que o texto inicia-se de maneira sóbria e formal. Nestas matérias, ao contrário, começa detalhando a vítima de discriminação, como se fosse um roteiro de filme. Abaixo e nas páginas seguintes alguns modelos desta construção.

## Cabeleireira acusa hotel de racismo

### *Negra se hospeda com louro e é discriminada no Glória*

Negra, baixinha, bem vestida, bem maquiada, entrando em hotel ao lado de norueguês alto, louro de olhos azuis só pode ser garota de programa. Esse raciocínio fez com que o recepcionista Jaime Hermann do Hotel Glória destratasse Marizete de Souza Pio, cabeleireira há 23 anos, destaque de escolas de samba (São Clemente, Mangueira e Mocidade Independente de Padre Miguel) quando ela entrou com um amigo na noite de quarta-feira para se hospedar lá por dois dias.

"Preenche bem direitinho essa ficha porque é a última vez que você põe os pés aqui — ameaçou o recepcionista. — Você é muito abusada, e só não mando botar você daqui para fora por causa do cliente."

O cliente, o amigo norueguês de Marizete, ficou sem saber de nada porque, se sentindo humilhada, ela não quis estragar o jantar de despedida que teriam em seguida. Marizete conheceu o norueguês em Paris, numa das vezes em que foi fazer curso de reciclagem para cabeleireiros oferecidos pela L'Oréal. Ela já esteve na capital francesa em 1982, 83, 84 e 86. Trabalha nos dois salões que possui — um em Botafogo, na Rua São Clemente, e outro em Copacabana, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana 5500, endereço do antigo La Poupée, do falecido cabeleireiro José Antônio — por cerca de 12 horas, de segunda-feira a sábado. Estuda inglês em casa com professor particular e tem pouco tempo para dedicar às

duas filhas, Fernanda, de 11 anos, e Camila de 8. Moradora em Botafogo, num apartamento de três quartos na rua 19 de Fevereiro, Marizete, carioca de Campo Grande, não se incomodava com as reações racistas da vizinhança (era chamada de "macaca" cada vez que aparecia na varanda do apartamento, assim que se mudou para lá), mas considerou humilhante demais a forma como foi tratada por Jaime Hermann na portaria do Hotel Glória.

— Eu tremia tanto na hora de preencher a ficha do hotel, que o recepcionista teve de terminar de escrever os dados nos lugares certos — contou ao delegado adjunto da 9ª Delegacia de Polícia, Paulo Lucas.

O delegado registrou a ocorrência como discriminação racial, e estuda a possibilidade de enquadrar Jaime Hermann como difamador, mas o grande problema é que o amigo norueguês de Marizete voltou para a Europa anteontem.

A discriminação racial aconteceu na noite de quarta-feira, quando Marizete e seu amigo se hospedaram. Ontem, quando voltou lá acompanhada de dois policiais que foram convidar Jaime Hermann para ir à delegacia, Marizete não teve dúvidas em apontar Hermann como a pessoa que a discriminou. Na delegacia Jaime Hermann disse ao delegado que não sabia o que estava acontecendo, que não tinha havido nada entre ele e Marizete. "É a sua palavra contra a dela", informou-lhe o delegado.

(Jornal do Brasil, 05/03/1988)

Na estrutura deste texto, nota-se que o redator tenta fazer uma comparação física entre a mulher negra e o homem europeu, criando um estereótipo para os dois e quase chegando a induzir o leitor a pensar que a cabeleireira realmente seja uma "garota de programa" (negra, bem-vestida, bem-maquiada)



# No Sul, manequins denunciam racismo

PORTO ALEGRE — As modelos e manequins Vânia de Bem e Magda Beatriz Ramos denunciaram ontem na 1ª Delegacia, nesta Capital, a discriminação racial que sofreram na escolha de recepcionistas para trabalhar na Feira da Pronta Entrega, no Centro de Convenções do Hotel Plaza São Rafael. As duas afirmaram que a supervisora da empresa Performance Recrutamento e Seleção, Mariane Stroppa, encarregada de selecionar as moças, havia dito que

elas não seriam contratadas por serem negras.

A supervisora negou a acusação, explicando que a escolha se sustenta em critérios como currículo, pontualidade, experiência, simpatia e beleza. O Diretor de Marketing da Interfer — que promove a Feira —, Roberto Icolli, garantiu que não houve discriminação, pois "há outras moças negras trabalhando na área". O Delegado Juarez Cunha disse que apurara a denúncia com rigor.

(O Globo, 08/05/1988)

## Motorista garante que foi vítima de racismo

O motorista Raimundo Nonato Conceição dos Santos compareceu à Redação deste jornal, acompanhado do seu advogado Cecílio Matos, para denunciar atos de discriminação e racismo cometidos contra ele pela direção da empresa LM — Transportes Rodoviaros, onde trabalhou de maio a novembro deste ano.

Raimundo conta que, durante o tempo em que ali exerceu a função de motorista, sentiu o tratamento diferenciado dado aos funcionários negros, designados para o transporte dos pedes das diversas indústrias as quais a LM presta serviço, ficando o transporte do pessoal administrativo para os motoristas de boa aparência, ou seja, os mais claros ou brancos.

Dispensado em novembro, sob alegação de que a LM estava passando por uma redução do seu qua-

dro, até agora a rescisão do contrato de Raimundo não foi concluída, em razão de uma inexplicável protelação por parte da empresa. Além disso, os cálculos realizados pela LM não coincidem com os feitos pelo Ministério do Trabalho e pelo advogado Cecílio Matos, dando uma diferença de mais de Cr\$100 mil em prejuízo do motorista.

Após inúmeras idas a firma, nas quais não conseguiu sequer passar da portaria, esta semana o motorista voltou acompanhado do advogado, quando foi novamente impedido de entrar, desta vez pelo vigilante Antenor Batista, que disse ter ordem do diretor Manoel Rui para isso, em razão dele ser negro.

O fato provocou o protesto do advogado, que conseguiu o acesso de seu cliente a firma, sendo recebido pelo diretor Manoel Rui, que

o encaminhou ao Departamento de Pessoal para assinar a homologação da rescisão do contrato. O advogado observou então que o documento estava sendo encaminhado para a Junta de Conciliação e Julgamento de Cruz das Almas, o que provocou mais protestos, tendo o funcionário da LM alegado que a medida visava agiuizar o processo.

Cecílio aconselhou então o seu cliente para que não assinasse a homologação, preferindo procurar a imprensa para denunciar a situação. Ele afirma que irá a Justiça para responsabilizar a firma LM e o diretor Manoel Rui por crime de racismo, amparado na Constituição, e interpor judicialmente a firma, para que justifique o motivo pelo qual a homologação só poderia ser dada em Cruz das Almas, desrespeitando direitos do funcionário, como, por exemplo, o pagamento das URPs

(A Tarde, 09/12/1988)

## Mãe de negra vai à polícia contra racismo

SALVADOR  
Agência Estado

A médica Terezinha Mascarenhas, de Salvador, está sendo acusada de racista pela geóloga Adenildes Calmon Oiseng, que pertence à classe média alta baiana e é casada com um dinamarquês. No último dia 20 ela levou a filha de três anos de idade à clínica Amil, no bairro de Brotas, e, ao reclamar da demora no atendimento, ouviu a médica ordenar à enfermeira: "Deixe esta negrinha esperando. Se ela estiver com pressa, que procure outro médico".

A geóloga dirigiu-se, então, a outra clínica e depois à 6ª Delegacia de Polícia, onde prestou queixa ao delegado Ademilson Ferreira, orientada pelo advogado Marcos Malheiro, que estava no local. Na primeira audiência para acareação, marcada para anteontem, a médica não apareceu. Foi marcada nova audiência para a próxima quinta-feira, mas o delegado recomendou ao advogado de Adenildes que esquecesse o processo, pois tinha casos mais importantes para resolver, e avisou: "Isso não vai dar em nada".

Diante da reação do delegado Ademilson, o advogado disse que vai entrar com petição na próxima quarta-feira, pedindo a abertura de inquérito. Adenildes quer levar o caso aos ministérios da Saúde e da Justiça e ao presidente Sarney.

(O Estado de S. Paulo, 28/05/88)

## Grevista vai a 17ª delegacia contra racismo

Ele é negro, grevista, funcionário da SMTU (Superintendência Municipal de Transportes Urbanos), e foi chamado de *negro macaco maluco* na segunda-feira, durante um piquete na porta do edifício 121 da rua Fonseca Teles, onde trabalha. Apesar de ter sido autuado na 17ª DP, em São Cristóvão, no artigo 129 (agressão) e ter pago uma fiança de Cr\$ 10, Paulo Roberto Pinto, 36, decidiu, com base na nova Constituição, transformar a acusadora, a professora Maria Inês Benevenuto Da Rin, em acusada, por crime de racismo. Hoje, através do advogado da associação dos ex-alunos da Funabem e de militantes do Movimento Negro, ele entrará com uma representação na mesma delegacia, disposto a ver cumpridos seus direitos individuais de cidadão.

O delegado titular da 17ª DP, Antônio Carlos de Almeida Rocha, foi pego de surpresa ontem, e afirmou que consultará a assessoria jurídica da Secretaria Estadual de Polícia Civil para saber como proceder, já que o fato ocorreu na segunda-feira, quando a nova Constituição ainda não tinha entrado em vigor. O artigo, parte dos Direitos Individuais, e ainda não regulamentado, determina que "O racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão."

Paulo Roberto Pinto, auxiliar de almoxarifado, contou que estava fazendo piquete na porta do prédio conhecido como *Fonseca* quando a professora tentou entrar. "Perguntei para onde ia e ela me respondeu que não interessava. Perguntei novamente, dizendo que estava lutando pelos nossos direitos de funcionários quando ela me agarrou por trás, arranhando meu pescoço com as unhas e gritando:"

— *Seu negro macaco maluco.*

E prosseguiu o funcionário: "Quando tentei me desvencilhar, ela caiu", acrescentou ele, mostrando os arranhões.

(Jornal do Brasil, 06/10/1988)

## Família negra pressionada para deixar apartamento

Macacas, Velha Louca, Feiticeira. Eu não gosto de negras, "esses são alguns dos adjetivos utilizados por zeladores e faxineiros - orientados pelos sindicatos - para pressionar diariamente uma família negra paulista (mãe e duas filhas) a fim de que desistam de morar no edifício 90, da Rua Ministro Raul Fernandes, em Botafogo, um condomínio de classe média.

Dona Herminia Lopes Oliveira, de 80 anos, e sua filha Walderez Lopes, 56 anos, moradoras do apartamento 203, procuraram o SOS Racismo do IPCN (Instituto de Pesquisas da Cultura Negra) para denunciar a discriminação racial que vêm sofrendo há 2 anos, embora morem no prédio há 4 anos com Neusa Maria de Oliveira, 40 anos, a terceira mulher da família, que faz curso de Doutorado em Enfermagem.

Como responsáveis pela perseguição racial, elas apontaram os ex-

síndicos David e Sônia Medeiros Moreira. Esta, contou Walderez, chegou a propor "um abaixo-assinado para nos expulsar do prédio. Eles não suportam ver negros nas mesmas condições que eles", disse revoltada. Como prova das denúncias, o novo síndico, explicou Walderez, chamado Antônio, reconheceu que Lourenço, chefe dos faxineiros, vem perseguindo a família, mas que não podia demiti-lo porque o condomínio está sem fundos para a indenização trabalhista.

Neusa Maria, a mais nova, está sempre fora de casa, dando aulas de Enfermagem em três universidades, enquanto Walderez vai rotineiramente a São Paulo, visitar parentes. "Quem sofre mesmo é a minha mãe, que fica em casa. Além de tudo, eles fazem isso porque em nosso apartamento não tem homem", explicou Walderez, que anteontem chegou a ser perseguida por um dos faxinei-

ros do prédio que, com uma vassoura, seguia atrás dela pelo corredor, varrendo um lixo imaginário que insinuava existir à sua frente. "Foi uma humilhação silenciosa", disse ela.

### Santa Úrsula

— Seguímos a orientação da Igreja, através da CNBB, que admite a existência de discriminação racial no País, mas esta não se deve à acomodação dos negros e sim às questões sociais. O Brasil viveu 400 anos de escravidão.

A explicação é do decano do Centro de Filosofia e Teologia da Universidade Santa Úrsula, padre Gabriel Selong. Ele, como chefe do departamento de Teologia da Universidade, afirmou não acreditar na acusação, feita através dos jornais, de que o professor Jacob Irineu Berviam estaria dando orientação racista às suas aulas de Teologia.

Mesmo no caso em que o lead é construído dentro das normas tradicionais, o texto acaba sendo marcado pela emoção. Como nos exemplos citados abaixo e nas páginas seguintes.

"Emoção — O texto jornalístico deve registrar a emoção nos eventos que noticia e transmiti-la ao leitor. Mas o jornalista não deve se deixar envolver pela emoção no desempenho de seu trabalho. O jornalista também deve impedir, ao registrar a emoção do fato, que seu texto se torne choroso, triunfante, eufórico ou piegas. A emoção deve ser registrada sem que o texto se torne ele mesmo emotivo."

(Folha de S. Paulo 1987 : 75)

## Cantora registra denúncia de racismo contra empresa



Luiz Carlos Leite

O diretor da Perfil, José Roberto, disse que vai processar Ana Lúcia que acusou a firma

A La Delegacia da Mulher, instalada no prédio do Debran, no Parque D. Pedro II, instaurou inquérito para apurar as denúncias de racismo (Boletim de Ocorrência número 5745 38 — Constrangimento Legal), feitas pela cantora Ana Lúcia Ferreira, de 33 anos e Joana D'arc Falcão, 28 anos, pesquisadora, contra a Perfil Planejamento e Levantamentos de Dados, estabelecida na rua Maurício F. Klabin, 204, Vila Mariana. Por sua vez, o diretor da firma, José Roberto Secches, deu uma acusação e afirma que a Perfil irá processar a cantora por perdas e danos.

Indignada por uma vizinha Ana Lúcia foi contatada, via telefone, por Thais, funcionária da Perfil. Na ocasião, ela foi instigada a aceitar fazer parte de um grupo de 10 mulheres de nível social e cultural elevados (universitário) que seria submetido a um questionário e utilizada para produção de um produto de higiene a ser lançado no mercado. "As participantes ganhavam brindes e remuneração", disse a cantora, afirmando que aceitou o convite para estar dia 21 (passado) às 9h00 na agência, depois de muita insistência da agenciadora.

No dia e hora combinados, Ana Lúcia estava lá. "Quando cheguei na Perfil a recepção não foi mais tão amável quanto havia sido por telefone (no contato via telefone a Perfil não pergunta a raça ou cor das pessoas, mas muitos outros dados pessoais), mas não imaginei que era um problema de racismo", conta a cantora alegando que passou a perceber a situação com a chegada de Joana D'Arc que, por ser negra, também recebeu tratamento diferente das outras 9 mulheres brancas.

A situação foi ficando mais nítida, segundo Ana Lúcia, quando as mulheres foram conduzidas a uma sala para formar o grupo. "Eu e Joana permanecemos na sala de recepção. Uma 'joira' que chegou pos-

teriormente sentou-se junto a nós, só que logo foi introduzida junto às demais na sala de reunião", relatou a cantora em seu depoimento ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, criado pelo governo do Estado.

Comunicadas que o grupo já estava formado, as duas receberam envelopes (dinheiro de ajuda de custo) e brindes sendo dispensadas a seguir. Joana D'arc foi embora. Ana Lúcia permaneceu e exigiu a presença da coordenadora de nome Amélia para lhe explicar o motivo de não ter sido aceita. Sem uma resposta convincente, a cantora afirma em seu relato que uma outra funcionária da Perfil lhe chamou e disse: "Como ninguém tem coragem de dizer, eu conto pra você que o motivo é por você ser negra".

Obtida essa resposta que de certa forma já estava sendo esperada Ana Lúcia procurou Joana D'arc e juntas foram à La Delegacia da Mulher registrar queixa e depois, no Conselho da Comunidade Negra.

Contradizendo a denúncia de Ana Lúcia, o diretor da Perfil, José Roberto Secches, disse que o grupo de 11 pessoas teve que dispensar três. "Sem ver as três mulheres eu as dispensei com base em suas fichas por não preencherem o filtro (critérios) da pesquisa", afirmou o diretor da firma, garantindo que a terceira era branca e que na Perfil trabalham muitos negros.

Alguns dos requisitos exigidos referiam-se à idade, bairro residencial e o produto (sabonete) que as mulheres usam, arrematou José Roberto dizendo que vai processar Ana Lúcia por perdas e danos, e mostrou a intimação para comparecer dia 31 às 18h00 na Delegacia da Mulher e concluiu que na firma não há racismo, enfatizando que há, numa das salas, o cartaz: "Mandela, sua liberdade é a nossa luta".

(Diário Popular,  
27/10/1988)

Até mesmo nos casos de denúncia de discriminação racial envolvendo pessoas conhecidas publicamente, como artistas, atletas, políticos etc., a construção do texto ainda se mantém marcada pela emoção e todo o desenrolar do fato é detalhadamente narrado.

## Polícia bate em atores negros

**SÃO PAULO (Sucursal) -** A Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo vai abrir inquerito para apurar denúncias de discriminação racial por policiais contra atores negros e cariocas, de passagem pela Capital paulista. A informação foi dada pelo ator Antônio Pompeu - o Batista da novela *O Outro* - que foi um dos artistas confundidos com criminosos pela Polícia. O ator Paulo Roberto Marques Barbosa, o **Paulão**, chegou a ser agredido a tapas por um cabo da Polícia Militar de São Paulo.

De acordo com o delegado **Jair Cesário da Silva**, titular do 5º DP (Aclimação) - onde ocorreu o incidente - estavam alcoolizados os atores **Paulão** e **Jorge da Silva**, o **Zózimo Bulbul**, num grupo de cinco pessoas, todas negras. O grupo queria apenas tomar uma cervejinha no Bairro do Bexiga - após mais um dia de seminário de dramaturgia negra - mas Antônio Pompeu conta que uma dupla de PMs chegou "mandando todo mundo colocar a mão na cabeça, para revista". Segundo Pompeu, um dos PMs comentou o seguinte, logo após notar nas carteiras de identidade, a origem carioca do grupo:

- Aqui em São Paulo, a Polícia é diferente.

### Noite de repressão

O ator Antônio Pompeu informou, também, que na próxima segunda-feira o grupo discriminado (alguns deles foram agredidos com palavras pelos policiais) vai prestar queixa no Comando da Polícia Militar de São Paulo. Acompanha o grupo a assessora para assuntos afro-brasileiros da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, **Tereza Santos**, que denunciou ontem ao Secretário de Seguran-



Zózimo Bulbul



Antônio Pompeu

ça Pública, **Luiz Antônio Fleury**, a discriminação sofrida pelos atores negros.

Segundo Antônio Pompeu, nem mesmo **Tereza Santos** escapou das ofensas do delegado de plantão do 5º DP, identificado apenas como **Zari** - um mulato com o cabelo esticado, de acordo com o próprio titular do distrito, **Jair Cesário da Silva**, que negou qualquer discriminação racial na delegacia. Ressaltou, porém, que intimou os atores para depor na segunda-feira e, caso fique comprovado, poderá abrir inquerito para apurar as denúncias. E observou que um dos PMs também é negro.

### Cervejas

Tudo começou - segundo Antônio Pompeu - quando o grupo resolveu tomar umas cervejas no Bexiga, depois de participar do seminário de dramaturgia negra, promovido pela Secretaria de Cultura, desde o início da semana. **Paulo Roberto**, o **Paulão**, de 36 anos, **Zózimo Bulbul**, **Sirmar Antunes** e o ator **Paulo Ricardo de Moraes** - do Sul - além de uma funcionária da Secretaria de Cul-

tura, não identificada, entraram na lanchonete **Inverno e Verão**, na Rua 13 de Maio, no Bexiga, para beber. Pouco depois, durante a madrugada, uma radiopatrulha chegou, revistando todo mundo, principalmente o grupo negro.

- Os PMs chegaram mandando o pessoal botar a mão na cabeça e ficar de costas. O **Paulão** tentou argumentar mas ganhou logo um cachação no pescoco, além de chutes entre as pernas. O **Zózimo** tentou evitar, mas **Paulão** foi algemado e levado para a delegacia, como um bandido - contou Antônio Pompeu, ainda estarecido com a violência, ontem a noite. No 5º DP, o delegado de plantão mandou **Paulão** diretamente para o xadrez e, em seguida, **Zózimo**, que acompanhara os policiais, num taxi.

- O delegado foi logo dizendo que conhecia o **Paulão** de outros lances e não quis nem ouvi-lo. Depois, o mesmo policial desrespeitou a assessora **Tereza Santos**, da Secretaria de Cultura. Perguntou se ela havia ido a delegacia procurar pelo "neguinho dela" - contou Antônio Pompeu

# Brizola desmente vereador

(Jornal do Brasil,  
24/07/1988)

133

O ex-governador Leonel Brizola atribuiu a acusação de que seria racista, feita pelo vereador do PMDB de Recife Silvio Ferreira, a uma "exploração torpe, com fins políticos". Na terça-feira, Brizola dissera, num discurso, em Recife, que "na TV do doutor Roberto Maranhão tudo é bonito. Até os negros parecem bonitos." Por causa dessa frase, o vereador, que é negro, ingressou com uma interpelação judicial na 10ª Vara Cível da cidade.

"Sou imune a essas armações. O povo brasileiro sabe que o PDT foi o primeiro partido a assumir firmemente, sem meias palavras, a causa do povo negro", declarou. Segundo ele, os negros estão abandonados neste país, "onde os que têm veia africana nas veias são a maioria da população". Para Brizola, que afirma ter sido deturpado o sentido de sua frase, "a TV Globo procura esconder esses verdadeiros escândalos de lesa-humanidade, apresentando um Brasil colorido, que só existe na televisão". O ex-governador afirmou que o vereador que o acusa de racista está à serviço "das elites e da TV Globo."

O deputado federal, Carlos Alberto Caó, líder de movimentos negros, não acredita que Brizola tenha desrespeitado a comunidade que representa. Para Caó, o vereador do PMDB de Recife, Silvio Ferreira, não está fazendo a defesa da comunidade negra, mas da TV Globo, porque "Brizola apenas atacou a Globo, demonstrando o quanto esta televisão deforma a realidade brasileira".

Esta interpelação judicial demonstrou que no Brasil o politicamente correto já estava em vigor desde 1988.

A frase foi motivo de desconforto político, com ampla cobertura jornalística. No entanto, os movimentos e entidades negras não foram entrevistados sobre o episódio.

O Jornal do Brasil (acima), ao encerrar a matéria com entrevista do deputado federal Carlos Alberto Caó, da mesma legenda partidária de Brizola, líder de movimentos negros e responsável pela lei de racismo na Constituição, repercutiu o fato. No entanto, as declarações de Caó, de que Brizola não teria desrespeitado a comunidade negra, não é explorada pelo jornal. Pois neste caso tem-se uma situação interessante: a conveniência de denunciar os casos de racismo e até que ponto os interesses políticos se sobrepõem aos fatos.

Outro modelo de construção de notícia envolvendo pessoas públicas, foi a da detenção e agressão da comitiva do Suriname. Os jornais com certo cuidado preferiam não fazer afirmações e noticiavam que havia sido instaurada sindicância para verificar se houve excesso da Polícia Militar e, também, aventava a possibilidade de racismo.

A construção desta mesma notícia em dois grandes jornais (Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo) mostraram a angulação que um mesmo fato pode ter em diferentes veículos.

Na notícia da Folha de S. Paulo, a explicação do fato e a descrição racial dos membros da comitiva demonstravam para o leitor que se tratava de um possível caso de racismo. ("A detenção e agressão por parte de policiais militares ao ex-presidente e atual homem forte do Suriname, Desi Boutesse, e outros sete membros (todos negros) ...")

A Folha de S. Paulo para esta notícia abria três boxes:

- "Itamaraty envia nota"  
(Relatando a repercussão do caso em nível federal)
- "País tem 16 idiomas"  
(Descrição do Suriname e rápida menção da ditadura de Bouterse)
- "Atores negros presos"  
(Menciona o caso dos atores negros presos e agredidos pela Polícia Militar, para caracterizar que a PM tende a agir de forma agressiva em relação ao segmento negro)

A construção desta mesma notícia em O Estado de S. Paulo apresenta-se com outra angulação. O texto não utiliza como gancho a questão da negritude da comitiva como o fator que despertou a suspeita da Polícia e sim o fato dos seguran-

ças de Bouterse estarem armados.

"O coronel Desi Bouterse, comandante-em-chefe do Exército do Suriname, teria tentado reagir ao cerco policial na rua 7 de Abril, às 14 horas de quarta-feira, puxando um revólver calibre 45 da cintura. O gesto obrigou o cabo José Roberto Barbosa da Polícia Militar a jogá-lo no chão, algemando-lhe as mãos, depois que três soldados do 7º Batalhão descobriram a existência de cerca de Cz\$ 700 mil na bolsa de um dos membros da comitiva do coronel."

(O Estado de S. Paulo, 21/10/1988. PM nega agressão a coronel do Suriname)

A construção deste lead induz o leitor a visualizar a situação tendo como base a versão da Polícia Militar, como que estivesse justificando a agressão, diferente do lead da Folha de S. Paulo em que o leitor foi levado a pensar que houve excesso policial, acompanhado de racismo.

Nesta matéria de O Estado de S. Paulo não se faz em nenhum momento a suspeita de racismo da Polícia Militar. A única referência sobre o caso fica por parte de um dos entrevistados, o major Renato Melo que afirmou: "Pessoalmente eu não sou racista, mas por sorte este homem não foi alvejado quando tentou sacar a arma".

A declaração deste major não foi explorada pelo jornal. Nota-se que ele coloca a sua posição pessoal, distinguindo-a da policial e observa-se, também, que numa linha lógica de pensamento caso ele fosse racista o homem da comitiva que sacou a arma teria sido alvejado.

Para a apuração do fato o jornal se concentrou na agressão à comitiva não fazendo referências a racismo.

A notícia possui quatro boxes:

- "Sindicância vai apurar o caso"  
(Trata da instauração de sindicância para analisar a ação policial)
- "Comitiva fica no hotel e não registra queixa"  
(Narra o comportamento da comitiva após o incidente e a versão

policial)

- "O incidente pode abalar as relações"

(Narra o incidente diplomático e a nota de protesto do governo do Suriname)

- "Ex-colônia sofre com a ditadura"

(Este box é destacado por fios e lembra ao leitor que Bouterse foi antes de tudo um ditador:

"O Suriname ficou independente da Holanda em 1975, mas continuou a receber uma ajuda anual de cem milhões de dólares até 1982, quando Bouterse traumatizou o país e o mundo ao executar 15 líderes civis. Ele os arrancou de suas camas, acusou-os de tramar uma conspiração, torturou-os e por fim os executou em um forte no centro da capital, Paramaribo.")

# PM nega agressão a coronel do Suriname

O coronel Desi Bouterse, comandante-em-chefe do Exército do Suriname, teria tentado matar ao cerco policial na rua 7 de Abril, de 11 horas de quartel-feira, usando um revólver chumbo e o cabo José Roberto Jorale no caso, alemães-molucas do 7º Batalhão descobriram a existência de cerca de 200 mil na bolsa de um dos membros de-comitiva do coronel.

A versão foi apresentada ontem pelo jornalista Ivo Nery do Grupo Folha, Luis Claudio Pousão, uma das testemunhas da batida policial que quase resultou num incidente diplomático entre o Brasil e o Suriname. Policiais do 7º Batalhão, que consideraram a ocorrência uma incrível coincidência, carregando dinheiro e armas, disse Bouterse após um assalto baseado em São Paulo — deixaram qualquer armação ao coronel e sua comitiva, mas o ministro das Relações Exteriores do Suriname, Erik Kress, afirmou que eles levaram tapas, foram algemados e jogados no chão.

Luis Claudio Pousão disse que não escreveu a reportagem do incidente, porque tinha outro compromisso profissional na Ilha. Mas o tenente 1º

Alvaro Cunha, que escreveu um relatório sobre o assunto, confirmou a versão do jornalista. Luis Claudio descreveu o coronel como um homem negro, que mede 1m80, pesa 90 quilos, usa barba e bigode e ainda vestia camisa azul, calça preta e um tipo fiasco que coincide com as fotos do coronel em novembro do ano passado. Depois de classificar o episódio como uma "desastrosa coincidência", o major PM Renato Melo, que tomou o depoimento de Pousão, disse que as pessoas não tinham a identidade na tábua: "Não sabemos se eram surinameses, gente fina ou pilantras", disse ele, após informar que as 12 horas um posto do Bamerindus tinha sido assaltado por "terroristas". "PENSAMOS EM NÃO SER FÁCIAS, MAS POR SORTO NENHUM NÃO FOI ALVEJADO QUANDO TENTOU SACAR A ARMA", disse ele.

O incidente, que durou cerca de 30 minutos, segundo a avaliação dos comerciantes locais, ocorreu no número 30 de rua 7 de Abril, em frente ao hotel não registrado, segundo um motorista que não quis ser identificado, a comitiva saiu do hotel Ca D'Orto, foi a um hotel da Lajista Econômica Federal (LAF) e depois começou a fazer compras. Interferiram a comitiva, além do coronel, o chefe admi-

nistrativo da embaixada, Frederik Flamínio, o ex-ministro das Relações Exteriores do Suriname, Erik Joes Kress, duas seguradoras e duas mulheres — Helen e In Liwo — uma das quais carregando o dinheiro e outro revólver calibre 45. "Todos eram negros, tinham porte atlético e, diante dos policiais, foram obrigados a ficar com a mão na cabeça, até que um deles tentou sacar a arma", disse o major Renato Melo.

Desde segunda-feira os surinameses estavam de férias em São Paulo. Funcionários do hotel Ca D'Orto disseram que eles voltaram hoje ao Suriname, segundo o ex-ministro Erik Kress, que deu uma tumultuada entrevista coletiva ontem à tarde no hotel, o incidente não prejudicou as relações entre o Brasil e o Suriname. "Estávamos no centro da cidade, quando fomos cercados por policiais. Eles nos deram tapas, quearam armas nas nossas calças, nos algemaram e nos jogaram no chão. Essa não é a maneira pela qual deveriam ser tratados", disse ele. Já o comandante do 7º Batalhão, coronel José de Jesus Mourinho, desmentiu qualquer afirmação: "Eu, chefe de polícia, não atirei na pessoa que tentou sacar a arma — pois, diante de uma pistola 45 e por amor a vida, o soldado atira antes", disse.

## Comitiva fica no hotel e não registra queixa

O coronel Desi Bouterse não quis apresentar queixa contra os policiais que o algemaram. No hotel onde estavam hospedados, os integrantes da delegação do Suriname foram informados que se quisessem poderiam ser levados a um distrito policial próximo para o registro da ocorrência. Todos preferiram permanecer em seus apartamentos.

A informação é do major Renato César Melo, subcomandante do 7º Batalhão. Ele recebeu ordem de secretário da Segurança para não se comunicar. No começo da noite de ontem, o comandante da Polícia Militar, coronel Wilson Correia Leite, recebeu relatório do 7º Batalhão.

Segundo o relatório, os policiais seriam para atender o chamado de assalto a agência do Bamerindus, no centro, quando viram cinco homens e duas mulheres carregando bolsas. Eles caminhavam pela rua 7 de Abril e um dos homens tinha uma arma na cintura. Dois soldados a um canto foram vos de prisão a três, esvaziaram duas armas automáticas e pediram documentos. Apesar de não ter permitido a abordagem, as sete pessoas foram obrigadas a sentar no chão e nomeadas com a ajuda de um jornalista ex-militar que quer se tratar de representantes do governo do Suriname, concluiu o documento do 7º Batalhão de Choque.

## Ex-colônia sofre com a ditadura

O Suriname ficou independente da Holanda em 1975, mas continuou a receber uma ajuda anual de cem milhões de dólares até 1982, quando Bouterse traumatizou o país e o mundo ao executar 15 líderes civis. Ele os arrancou de suas camas, acusou-os de tramar uma conspiração, torturou-os e por fim os executou num forte no centro da capital, Paramaribo.

Depois de quase oito anos de ditadura militar, em que Bouterse quando assumiu o poder se autopromoveu a major, o Suriname elegeu um presidente, que tomou posse em 25 de janeiro. Ramswark Shankar, de origem indiana, tem 50 anos, e fazendeiro e engenheiro aerônomo e foi eleito por unanimidade pela Assembleia Nacional (18 votos). Também venceu depois de três anos sem eleições livres, em 25 de novembro.

Em 11 de setembro de 1987, o ditador fez uma visita oficial ao Brasil e num encontro de mais de duas horas com o presidente José Sarney falou do processo de transição que promovia em seu país. A nova constituição do Suriname foi aprovada em 30 de setembro por um plebiscito; em 26 de novembro o país elegeu o parlamento e em janeiro o parlamento elegeu o novo presidente.

## O incidente pode abalar as relações

BRASILIA — O espantamento e a detenção do ex-chefe do governo do Suriname, tenente-coronel Desi Bouterse e da sua comitiva, na quarta-feira em São Paulo, não causaram por enquanto, nenhum incidente diplomático entre os dois países, mas provocaram informações desencontradas entre a chancelaria brasileira e a Embaixada do Suriname em Brasília. O adido de assuntos administrativos da embaixada, Ronald Manichar, insistiu em afirmar ontem que o seu governo havia encaminhado ao Itamaraty uma nota de protesto. O porta-voz da chancelaria, Marco Antonio Miranda, apenas mencionava o caso, afirmando que a nota não tinha chegado ao governo brasileiro.

Quando a nota do governo surinamês chegar ao Itamaraty as relações entre os dois países poderão ficar extremamente tensas que para a chancelaria brasileira só ocorre incidente diplomático quando há protesto formal por uma das partes. Segundo um diplomata brasileiro, o incidente com Bouterse não constitui motivo para prejudicar as relações diplomáticas. "Portanto não foi um ato contra os surinameses, mas uma transgressão da polícia". Já o adido francês disse ontem que o seu país continuava aguardando a nota do governo brasileiro sobre o lamentável episódio.

# Sindicância vai apurar o caso

A Polícia Militar instaurou ontem sindicância para apurar os fatos envolvendo soldados e oficiais do 7º Batalhão e do 1º Batalhão de Choque do Suriname, que detestaram o Suriname. O secretário da Segurança, Luis Antônio Fleury, informou que, se houve crime, os culpados serão punidos.

Na noite de quarta-feira, quatro horas depois da detenção dos cinco homens e das duas mulheres, o secretário mandou ao hotel onde o coronel Bouterse e sua comitiva estavam hospedados dois assistentes para se apresentar às delegações oficiais da Secretaria de Segurança. "Mandei apurar se a abordagem da polícia foi íntima e se houve espreiteio e cerco por parte dos militares", disse ele.

Fleury explicou que os policiais, ao encontrar pessoas armadas e naturais e os policiais foram de maneira correta, explicou o comandante. "As informações se se deslizes foram apurados, mas se isso ocorreu os culpados serão punidos", acrescentou.

Este ano a Polícia Militar já expulsou 300 militares por diversos motivos e Wilson Correia Leite declarou não admitir violência. "Todos conhecem nossa maneira de comandar. Nossos homens também sabem de suas obrigações e deveres. Não damos cobertura para atiradores, mas não devemos impedir um policial de fazer seu trabalho, desarmado pessoas que não conseguem se identificar", disse ele.

Um esboço justificável. Fama e a aplicação do comandante da Polícia Militar, coronel Wilson Correia Leite. Segundo ele, ainda não se melhor os dizer se a atitude de seus sub-

ordinados foi certa ou errada. A abordagem a horras armadas e naturais e os policiais foram de maneira correta, explicou o comandante. "As informações se se deslizes foram apurados, mas se isso ocorreu os culpados serão punidos", acrescentou.

Este ano a Polícia Militar já expulsou 300 militares por diversos motivos e Wilson Correia Leite declarou não admitir violência. "Todos conhecem nossa maneira de comandar. Nossos homens também sabem de suas obrigações e deveres. Não damos cobertura para atiradores, mas não devemos impedir um policial de fazer seu trabalho, desarmado pessoas que não conseguem se identificar", disse ele.



# Agressão a ex-presidente do Suriname levanta suspeita de racismo contra PM

Do Reportagem Local

A detenção e agressão por parte de policiais militares da ex-presidente e atual homem forte do Suriname, Desi Bouterse, e outros sete membros (todos negros) de sua comitiva, antecedem à tarde na rua 7 de Abril, lançou ontem suspeita de racismo contra a PM paulista. A Folha apurou que o ex-presidente Bouterse queixou-se ao Itamaraty que a abordagem da PM paulista foi um ato "racista". O ex-ministro das Relações Exteriores do Suriname, Erik Tjon Kjesin, disse ontem que "não quero pensar que a atitude dos policiais teve como motivo o racismo". O incidente chegou a ser relatado pelo presidente do Suriname, Ramspaw Shankar, em cadeia nacional de rádio e televisão. Segundo informações da "Stiching Radio of Suriname", de Paramaribo, Shankar falou durante 30 minutos a partir das 20h, dedicando 5 minutos ao assunto e dizendo que o episódio será tratado entre as embaixadas dos dois países.

Na entrevista de ontem, no hotel Ca' D'Oro, região central, Kjesin disse que ele e os demais membros da comitiva, em férias no país desde o dia 10, estavam na rua 7 de Abril por volta das 14h, fazendo compras. Segundo Kjesin, que concedeu entrevista ao lado do professor Aurélio de Alencar Junior, testemunha da agressão, quando atingiram a esquina da rua D. José de Barros ele, o ex-presidente Desi Bouterse, o adido Frederick Flamingo, os segurancas Melvin Frank Linscheer e Premie Heinarj, sua mulher Hellen Tjon Sin, Michael Jones e Lucinda Karen Barrow foram abordados por cinco PMs. Os policiais pediram que encostassem em uma parede. Foram algemados e colocados deitados. Bouterse teria recebido um tapa e um dos segurancas teria sido chutado. Segundo outras testemunhas, também uma das mulheres teria sido agredida.

### Força necessária

A PM nega que tenha havido agressão. O major Renato César Melo, comandante do 7º Batalhão do Policiamento Metropolitano, considerou que "não foi usada violência, mas a força necessária em uma ação policial". Segundo o relatório oficial do 7º BPM, o cabo José Roberto Barbosa e os soldados PM Roque Francisco de Oliveira Camargo e Claudemir de Oliveira faziam policiamento a pé quando avistaram "um elemento negro, alto e usando um cavanhaque (o ex-presidente do Suriname), em atitude suspeita e com fisionomia assustada".

"O elemento não atendeu as ordens dos policiais, inclusive tentando sacar uma pistola calibre 45 que portava na cintura, no momento em que se fez recuar no ato", continua o relatório. "Após isto, outros sete indivíduos partiram no encontro dos PMs, sendo também abordados e encontrados com uma pistola e grande quantidade de dinheiro" na bolsa da mulher de preto, afirma a versão da PM. Tinha segundo uma confusão. O grupo foi então algemado, até que um dos homens, que falava português, conseguiu informar quem eles eram "membros da embaixada do Suriname". Foram retiradas as algemas, devolvidas as armas e o dinheiro e a comitiva foi escoltada de taxi até o hotel.



Erik Tjon Kjesin, ex-ministro das Relações Exteriores, concede entrevista ao lado da testemunha Aurélio de Alencar Jr.



Frederick Flamingo, adido do embaixado do Suriname em São Paulo, no hotel Ca' D'Oro, onde a comitiva está instalada

Na tarde de ontem, o grupo voltou ao centro para fazer compras. "Eu quis ir lá para tirar algumas fotos, para nunca mais esquecer o episódio", disse o ex-ministro. Segundo o professor Alencar, depois que a comitiva estava detida, chegaram mais policiais. Duas testemunhas que depuseram no 7º BPM confirmam a versão de que não houve violência. Luis Cláudio Fonseca, 29, atendente de aeroporto disse ter presenciado o incidente e não ter visto agressão, mesmo versado dada por Ponciano Schaub Scoporno, morador em Vitória (ES).

Segundo Fonseca, o incidente durou uma hora e mesa e reuniu cerca de 500 pessoas. "fora os que estavam nas janelas dos prédios". O ex-ministro disse ontem que 20 minutos após terem sido abordados, estavam tomando um taxi para o hotel. As lojas próximas chegaram a fechar as portas. A loja de bebidas "Salute", situada em frente de onde ocorreu o incidente cerrou as portas, mesmo com a presença de cerca de 20 clientes dentro dela, segundo o gerente Nelson Vilerá, "ao ver a correria".

## Itamaraty envia nota

Do Secular de Brasília

O ministro Interino das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, considerou "lamentável" o incidente com o ex-presidente do Suriname, Desi Bouterse. Segundo o ministro, o Itamaraty já encaminhou ao comandante Bouterse o pedido formal de desculpas do governo brasileiro. Ao saber da agressão, Flecha de Lima falou pessoalmente com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, pedindo providências legais para o caso. Segundo Flecha de Lima, as respostas pela agressão deverão ser processadas por iniciativa do Ministério Público. Indagado sobre se haveria efetivamente punições contra os policiais responsáveis pelo ato, o ministro interino respondeu: "Eu espero que os culpados sejam punidos". O Ministério das Relações Exteriores não havia recebido até o fim da tarde de ontem qualquer nota de protesto ou pedido de esclarecimento do governo do Suriname. A Embaixada do Suriname informou que o governo daquele país apresentará uma nota de protesto ao Itamaraty através da embaixada brasileira em Paramaribo.

O governador Orestes Quércia também considerou o incidente "lamentável". Segundo ele, os policiais procuravam sujeitos de um assalto a banco ocorrido momentos antes. O governador disse que ao saber do fato a noite enviou um funcionário da Secretaria do Governo ao hotel Ca' d'Oro (centro), onde a comitiva estava hospedada. O secretário estadual de Segurança Pública, Luiz Antônio Ferruz Filho, disse desconhecer ter havido agressões por parte dos PMs, mas determinou a instauração de sindicância e enviou dois assessores ao Ca' d'Oro para pedir desculpas pelo incidente. O secretário disse que os membros da comitiva não foram abordados por serem negros e sim "por estarem armados ostensivamente".

## País tem 16 idiomas

Do Banco de Dados

Situada ao norte do Brasil e ocupando uma área de 161.265 km2 (pouco menor que o Estado do Paraná), a República do Suriname foi chamada de Guayana Holandesa até 1975, quando obteve a independência depois de 308 anos sob o domínio da Holanda. Sua população, de 400 mil habitantes, tem uma composição étnica heterogênea (indianos, negros, javaneses, chineses, indígenas e mestiços). No país, falam-se 16 idiomas, dos quais os mais comuns são o tiquitani (dialeto afro-africano), o holandês, o inglês e o espanhol. As religiões mais praticadas são a hinduísta, a católica e a muçulmana. A capital é Paramaribo; a extração mineral é a principal atividade econômica do país, que tem provavelmente as maiores reservas mundiais de bauxita. A frota per capita atinge US\$ 2.736 dólares e o PIB é de US\$ 1 bilhão. O tenente-coronel Desiré (Desi)

Delano Bouterse, 42, assumiu o poder no Suriname em 1980, através de um golpe de Estado que teve origem nos choques entre sargentos do Exército e a Polícia Civil. Em 1985, os militares no poder fuzilaram 15 líderes oposicionistas, provocando manifestações internacionais de repúdio, especialmente da Holanda, que, em represália, decidiu então cortar o ajuda anual de cerca de US\$ 100 milhões ao país. Para neutralizar a aproximação do Suriname com Cuba, o Brasil, a partir de 1983, abriu linhas de crédito para o país vizinho, facilitando a importação de produtos brasileiros, inclusive armamentos. Bouterse deixou o governo em janeiro deste ano, depois na derrota eleitoral de seu partido (Novo Partido Nacional) para uma frente de partidos de oposição. O atual presidente é Ramspaw Shankar, civil mas os militares tem garantido pela Constituição o poder de veto em relação a leis aprovadas pela Assembleia.

## Atores negros presos

Do Redação

A Polícia Militar de São Paulo esteve envolvida recentemente em outro caso de detenção de um grupo de negros em que há suspeita de que o fato foi motivado por racismo. Na madrugada do dia 27 de agosto passado, três atores negros que participavam do Congresso de Dramaturgia Afro-Brasileira em São Paulo foram detidos por dois PMs quando tomavam cerveja num bar da rua Treze de Maio, no bairro do Bexiga, na região central da cidade. Paulo Roberto Marques Barbosa, 36, ator de televisão, teria sido retirado do bar e levado algemado com dois amigos para a 5ª Delegacia de Polícia pelos PMs após denúncia não identificada que teria sido feita ao Copom (Centro de Operações do Policiamento Metropolitano) de que ele e seus amigos estavam embriagados e dançando algazarra no bar. Os outros detidos foram Jorge da Silva, 35, ator e produtor de teatro e um artista conhecido como Zénilo Bul-

bul, e Maria Eliana Bandeira de Carvalho, atriz. No boletim de ocorrência nº 6.144/88 em que foi registrada a detenção dos atores consta a acusação de que eles haviam destruído o e cabo da Polícia Militar Robinson do Nascimento, responsável pelo destacamento da PM que atendeu o chamado no bar, e que foram levados para a delegacia por "destacamento a autoridade". Paulo Barbosa disse que foi agredido pelos policiais e que o motivo da detenção foi "puro racismo". Segundo ele, o ator Antonio Fontes, 25, tentou detê-lo e os três perante o delegado de plantão, Vary de Oliveira, e acabou também sendo detido. Todos foram liberados às 23h30 após serem submetidos a um exame de sangue e colocados na 1ª DP no Parque Bom Fim, no centro. O delegado titular da 5ª DP, José César da Silva, 42, abriu inquérito para apurar o caso.

Se em muitos casos as notícias sobre denúncias de discriminação racial são dotadas de "emoção", em outras também são marcadas por certo cinismo.

**Racismo** — A advogada Heloisa Carvalho Guimarães, detida por uma blitz do Batalhão de Trânsito de Belo Horizonte, anteontem à noite, foi levada à Delegacia Seccional Leste por lembrar a negritude do policial que informou ser obrigado a apreender o seu veículo. O delegado José Vanelli Sobrinho, branco, não lavrou o flagrante, exigindo que Heloisa se desculpasse diante do policial ofendido. A decisão do delegado não agradou ao chefe da seccional, Altair Siqueira, negro. Ontem ele lamentou a atitude do colega e afirmou que vai instaurar inquérito contra a advogada por racismo e também por desacato à autoridade.

(Jornal do Brasil, 17/06/1988)

O texto truncado impede que o leitor tenha a dimensão do problema. Caberia ao redator explicar o que significa "lembrar a negritude" e até que ponto isto poderia ser considerado racismo e desacato a autoridade.

Outro caso de denúncia de racismo que marcaria também os jornais era a de uma modelo e manequim branca que alegava estar sendo discriminada racialmente pelos negros. Na construção do texto o redator faz questão de frisar os traços europeus da mulher ("Uma loura de olhos verdes pagou caro pela sua ousadia de desafiar com sua beleza...").

## Mulatas discriminam 'princesa' do carnaval

**PORTO ALEGRE** — Uma loura de olhos verdes pagou caro pela ousadia de desafiar com sua beleza o principal reduto das mulatas desta Capital. Eleita "Primeira Princesa do Carnaval" de Porto Alegre, Lisiane Bolzoni não suportou as manifestações de discriminação e renunciou quatro dias após o concurso. Emocionada, devolveu a faixa de "Princesa" e os dois prêmios que recebera — um rádio-relógio e um cheque de CZ\$ 65 mil.

O Presidente da Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre, Alfredo Macalé, entregou um relatório de três páginas à diretoria da Empresa Porto-Alegrense de Turismo sobre os incidentes.

(O Globo, 09/12/1988)

Em notícia do Jornal do Brasil sobre o caso, a única versão apresentada é a da modelo, que chega a fazer a seguinte afirmação: "o racismo não é tanto dos brancos, mas sim dos negros, que mostram como são preconceituosos." Nenhum dos acusados de discriminação é entrevistado sobre o caso.



A modelo Lisiane

## Gaúcha loura faz denúncia de racismo

PORTO ALEGRE — Lisiane Bolzoni Braille, 19 anos, modelo e manequim profissional, loura de olhos verdes, renunciou ao título de primeira princesa do carnaval desta capital, que conquistou na madrugada de domingo, alegando ter sido insultada e ameaçada por negros desde que foi escolhida representante da

sua escola, a Academia de Samba Relâmpago.

Mesmo se dizendo indignada com o preconceito — "Carnaval é de todos os brasileiros e não somente dos negros" — Lisiane, que contou ter sido ameaçada desde que foi apontada como concorrente ao título de rainha do carnaval de 1989, competindo com 28 negras e mulatas, garante que está tranquila em relação à decisão que tomou: "Renunciei para preservar minha integridade física, pois fui ameaçada, em telefonemas anônimos, de que sofreria na carne pela conquista desse título."

A intimidação, segundo Lisiane, começou no dia 29 de novembro, no coquetel de apresentação das candidatas, quan-

do várias pessoas da "raça negra", como ela diz, sem identificar ninguém, perguntaram: "O que essa branca faz aqui?" No dia seguinte, disse, recebeu vários telefonemas ameaçadores, exigindo que ela desistisse de concorrer.

A modelo contou que os piores momentos ocorreram durante o concurso, no ginásio Gigantinho, quando as arquibancadas ficaram cheias de faixas contra sua participação. Lisiane relatou que sua mãe quase foi agredida por um grupo de negros, mas foi salva por interferência de dirigentes da Academia Relâmpago.

De acordo com Lisiane, ela foi também agredida verbalmente nos camarins e vaiada de forma ensurdecedora ao desfilar. Escolhida primeira princesa,

saiu do Gigantinho protegida por parentes e diretores de sua escola de samba. "Se não fosse assim, acho que seria linchada", disse Lisiane, professora, manequim e modelo profissional há sete anos e vencedora de vários concursos de beleza, como Broto Esporte Clube Internacional, Broto de Porto Alegre, Princesa do estado, Garota Saúde e Pantera do Rio Grande do Sul.

Lisiane disse só lamentar que, em pleno ano do centenário da Abolição da escravidão, o episódio tenha demonstrado que "o racismo não é tanto dos brancos, mas sim dos negros, que mostram como são preconceituosos." Os dirigentes da Empresa Porto-Alegrense de Turismo (Epatur), que organiza o carna-

val, tentaram, sem êxito, demover Lisiane de sua decisão. O gerente-geral da Epatur, Antineo Somacal, disse que se recusa a acreditar que discriminação tenha partido dos verdadeiros carnavalescos: "Só pode ser iniciativa de pessoas não ligadas às diretorias das escolas."

A solução para o problema criado pela renúncia de Lisiane foi conferir à terceira colocada, Patrícia Jobim, o título de primeira princesa; e Fabiana Cardoso, quarta colocada, passou a ser a segunda princesa. Patrícia e Fabiana vão compor, com a rainha Valéria Maciel, a corte do Rei Momo de Porto Alegre, Sílvio Luardi, que também não se conforma com a desistência de Lisiane: "É uma pena", comentou ele.

(Jornal do Brasil, 09/12/1988)

As manifestações de rua também foram cobertas pela imprensa, chegando a ocupar páginas inteiras dos jornais como foi o caso da repressão da Polícia Militar e do Exército à "Marcha contra a farsa da abolição", organizada por movimentos e entidades negras, reunindo cerca de 20 mil pessoas (alguns jornais divergem sobre o número de participantes, afirmando que haviam apenas 6 mil).

Na construção da notícia, de quase todos os jornais analisados, o texto passa a ter papel de reconstituição pormenorizada dos fatos, possibilitando ao leitor a visualização de todo o processo.

O Jornal do Brasil (12/05/1988), por exemplo, iniciava a matéria de página inteira questionando "Golpe de Estado? Renúncia do presidente Sarney? Intervenção militar no Rio de Janeiro? Depois do meio-dia de ontem, estas dúvidas martelaram as cabeças de quem circulava pelo centro da cidade (...)".

O jornal O Dia (12/05/1988) logo no lead utilizava como gancho o aparato da Polícia. "Um aparato policial do Exército e da PM, só comparável ao visto nas grandes passeatas estudantis de 1968, em plena época da ditadura militar, foi montado nas ruas do Centro (...)".

Porém, na construção da notícia de O Estado de S. Paulo e do Jornal da Tarde, o incidente (o fato) tem outra conotação, demonstrando conforme citado, as muitas angulações da notícia. Nos textos, o aparato militar é justificado.

"Tropas do exército ocuparam durante toda a tarde de ontem as ruas próximas ao monumento onde estão os restos mortais do Duque de Caxias, em frente à sede do comando Militar de Leste, no centro da cidade, para impedir que manifestantes do movimento negro ocupassem o local."

(O Estado de S. Paulo, 12/05/1988. Tropa impede protesto de negro)

"A marcha de protesto organizado ontem à tarde por movimentos negros do Rio não chegou ao fim. Os manifestantes deram à marcha o nome de 'A farsa da Abolição' e pretendiam, quando passassem em frente ao panteão, onde estão os restos mortais de Duque de Caxias lembrar o 'racismo' do patrono do Exército brasileiro."

(Jornal da Tarde, )

Repare que nestas duas construções (de O Estado de S. Paulo e do Jornal da Tarde), os jornais antecipam e explicam ao leitor o porquê da atitude policial carioca, criando um "pré-conceito" na informação. Nos outros jornais a ação policial causou perplexidade.

Já a cobertura jornalística das manifestações no dia 13 de maio, em São Paulo, teve como gancho as divergências políticas entre o grupo peemedebista, que representava o governo do Estado, e a corrente petista que integrava o Comitê Popular de Questionamento do Centenário da Abolição.

A utilização deste gancho por parte de todos os jornais analisados deu outra conotação à notícia, colocando em xeque a organização dos movimentos negros em São Paulo.

"(...) A passeata organizada pela Secretaria Especial de Relações Sociais e pelo Conselho Estadual da Comunidade Negra, foi marcada por divergências políticas entre o grupo peemedebista que representava o governo do Estado e a corrente petista que integrava o Comitê Popular de Questionamento ao Centenário da Abolição."

(Diário Popular, 14/05/1988. Caminhada de luta leva seis mil à Sé)

"(...) Verdade ou não, o certo é que a passeata prosseguiu confusa, cheia de atritos e sem entusiasmo. Nem os pedidos de 'vamos vibrar', feitos através do sistema de som, animou os manifestantes. Poucos gritavam: 'Um, dois, três, quatro, cinco mil, igualdade de social para todos no Brasil'; 'Negro, negro'; 'Viva zumbi!'. Nem os negros equipados com megafones conseguiram organizar a passeata. A rivalidade maior era entre os integrantes do Conselho de Participação da Comunidade Negra, que apóia o secretário especial, Oswaldo Ribeiro, de Relações Sociais do governo do Estado, e do Comitê Popular de Questionamento do Centenário Abolição, ligado ao Movimento Negro Unificado e ao PT. Havia ainda grupos apoiados pela CGT e Partido Comunista. Cada um defendendo uma idéia e uma maneira para manifestar. A desorganização já podia ser notada nos primeiros momentos da concentração dos negros na avenida São João, em frente ao largo do Paissandu."

(O Estado de S. Paulo, 14/05/1988. Negros divididos denunciam racismo)

"O dia 13 de maio e os 100 anos da Abolição em São Paulo foram marcados pela divergência entre os movimentos negros e o governo do Estado, através da Secretaria de Relações Sociais. Durante a grande passeata que percorreu as ruas centrais da capital paulista ontem à tarde, o clima era tenso e, por várias vezes, os representantes da secretaria se envolveram em violentas discussões com os militantes do Movimento Negro Unificado (MNU)."

(Jornal do Brasil, 14/05/88. Divergências marcam festa da Abolição na capital paulista)

O jornal O Estado de S. Paulo é o mais enfático na tentativa de mostrar as divergências durante as passeatas. É importante observar que os outros jornais (Jornal do Brasil e Diário Popular) centram as divergências em questões partidárias, enquanto O Estado de S. Paulo — apesar de mencionar o fato da divisão partidária — induz à idéia de desorganização do negro, como o elemento gerador da confusão.

"Nem os negros equipados com megafones conseguiram organizar a passeata."

"A desorganização já podia ser notada nos primeiros momentos da concentração dos negros na avenida São João, em frente ao Largo Paissandu."

Em 20 de novembro, no Dia da Consciência Negra, data instituída desde 1977 pelo Movimento Negro Unificado em homenagem à morte de Zumbi dos Palmares e comemorativa dos negros, em detrimento ao 13 de maio, os negros em São Paulo são destacados nos jornais.

As notícias, no entanto, apresentam este evento mais com características culturais e religiosas e pouco políticas.

"Apesar da chuva que caiu pela manhã, o Dia Nacional da Consciência Negra conseguiu reunir ontem, segundo seus organizadores, cerca de 20 mil pessoas na Praça da Sé. Durante o evento, das 10 às 17 horas, houve atividades infantis e culturais, um showmício com a participação de grupos de pagode, funk e reggae, e um ato religioso — das igrejas católica, metodista presbiteriana e muçulmana e dos ritos de candomblé e umbanda — encerrado pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns."

(Jornal da Tarde, 21/11/1988. A consciência negra invade a Sé)

"Maracatu, Candomblé, Capoeira, Reggae e muito Pagode animaram a festa que reuniu cerca de sete mil pessoas ontem na Praça da Sé, no centro de São Paulo para a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra."

(Folha de S. Paulo, 21/11/1988. Negros de SP comemoram dia da Consciência)

Observe que o caráter político do evento não é mencionado. Somente o aspecto cultural.

# Quatro mil negros saem em passeata contra o 13 de Maio

Cerca de quatro mil pessoas participaram no fim da tarde e início da noite de ontem da passeata organizada pelo Conselho Nacional de Abolição da Escravatura. A passeata saiu do Centro da cidade e seguiu até a Avenida Presidente Vargas, onde se realizou um comício. O comício contou com a presença de João Carlos de Castro, presidente do Conselho Nacional de Abolição da Escravatura, e de outros dirigentes da entidade. O comício contou com a presença de João Carlos de Castro, presidente do Conselho Nacional de Abolição da Escravatura, e de outros dirigentes da entidade.

As manifestações não pararam com a ocupação da área de Central. Durante das manifestações, Saboya conversou com os membros do comitê de organização do movimento no hall do edifício Rio Branco, número 435 da Avenida Presidente Vargas. O Secretário foi informado de que o aparelho policial estava rotacionando os manifestantes e estava cobrindo massivamente o movimento. Saboya disse que se permitia que os manifestantes fossem deixados no local. Antes de deixar o prédio, o Secretário informou que estava no Comando Militar do Leste, conversando com um Coronel da Polícia, o qual Saboya disse que foi informado por esse oficial da decisão de liberar o roteiro da passeata. Os manifestantes deveriam seguir até a Rua Tomé de Souza, Alameda e Visconde do Rio Branco, Frei Caneca, Santana e Zumbi, já na Praça Urutçu.

A PM colocou três fileiras de soldados do Batalhão de Choque na rua da Rua Tomé de Souza. Com a Avenida Presidente Vargas bloqueada por duas fileiras de manifestantes, os policiais, em um momento, começaram a fazer disparos contra os manifestantes. Saboya disse que durante o encontro com os organizadores, ficou claro a intenção de se fazer uma manifestação em frente ao Palácio. A passeata começou às 17h45, com mais de duas horas de atraso. Antes da chegada do Secretário João Saboya, os dirigentes dos vários movimentos tentaram uma negociação com o Coronel Coronel Roberto, Comandante do Batalhão de Polícia Militar e responsável pelo policiamento, mas o oficial disse que cumpriria ordens e que os manifestantes deveriam procurar o Comandante Geral da PM, o Sr. Milton Gonçalves. Saboya saiu, de um elevador, com o Coronel Lacer, do Estado Maior da Corporação, e fez os seus comentários através do rádio com o Coronel Roberto. Visivelmente irritado, o oficial decretou a retirada da força de choque que ocupava a passa-



A PM vigia a passeata, enquanto um manifesto desce. No cartaz, a referência aos cem anos da Abolição.

## Exército sabia que haveria provocações contra Caxias

O Comando Militar do Leste (CML) sabia que haveria provocações contra Caxias. O Exército estava ciente há muito tempo de que a esquerda da CUT e do PC do R estavam presentes e passadas e que, ao passarem em frente ao Palácio de Caxias, onde repousam os restos mortais do Fator do Exército, Marchal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, iriam fazer manifestações hostis. Por isso, o CML, acionou o seu dispositivo de segurança nos dias 11 e 12 de maio. No dia 11, cerca de 150 homens do 1º Batalhão de Polícia do Exército se posicionaram próximo ao Terminal Rodoviário Procopio Ferreira, na Avenida Presidente Vargas, junto à linha

## Nota explica mudanças no itinerário da passeata

O Comando Militar do Leste divulgou nota informando os motivos para a mudança do itinerário da passeata, em que revela que teve informações confirmadas de que a passeata pretendia utilizar as rotas de trânsito do Centro da cidade para a mudança do itinerário da passeata. O Comando Militar do Leste divulgou nota informando os motivos para a mudança do itinerário da passeata, em que revela que teve informações confirmadas de que a passeata pretendia utilizar as rotas de trânsito do Centro da cidade para a mudança do itinerário da passeata.

## Soldados revistam todos os suspeitos

Todas as pessoas consideradas suspeitas que passaram pela Central do Brasil ontem à tarde foram revistadas pelo Exército, que bloqueou a Rua Tomé de Souza e Urutçu entre a Praça Urutçu e o trecho entre a Avenida Presidente Vargas, no lado da Avenida Presidente Vargas, no lado da Avenida Presidente Vargas, no lado da Avenida Presidente Vargas.

## Polícia do Exército evitou provocações

A ordem para a Polícia do Exército foi evitar que fossem provocados. O primeiro detido foi um jovem de 18 anos, identificado como Francisco Viana, de 48 anos, por desobediência e perturbação da ordem. Ele estava acompanhado por outros manifestantes. A Polícia do Exército evitou provocações durante a passeata.

## Trânsito congestionado na área do Centro

O trânsito no Centro do Rio virou um caos. A circulação de carros que vinham da Zona Norte ou de Nilópolis, pela Avenida Francisco Bicalho, em direção ao Centro ou à Zona Sul, foram obrigados pelos soldados do Exército a diminuir a velocidade, causando transtorno no trânsito. A Avenida Presidente Vargas e PM bloquearam o acesso à zona central do Rio.



Os manifestantes ocupam uma das passagens da Avenida Presidente Vargas.

On primeiro a chegar, pouco depois das 18h, foram os 400 soldados do 1º Batalhão de Choque, comandado pelo Coronel Roberto, que bloquearam a Avenida Presidente Vargas entre a Avenida Presidente Vargas e a Avenida Presidente Vargas. O Exército bloqueou a Avenida Presidente Vargas entre a Avenida Presidente Vargas e a Avenida Presidente Vargas.

Os líderes sindicais Fernando Almeida de Sá e Nogueira Alves tentaram fazer um discurso através do microfone, mas foram interrompidos pela polícia. O Exército bloqueou a Avenida Presidente Vargas entre a Avenida Presidente Vargas e a Avenida Presidente Vargas.

O policiamento de trânsito na Avenida Presidente Vargas e Francisco Bicalho, com a intervenção parcial das passagens do Centro, provocou excessivamente as situações de trânsito. O policiamento de trânsito na Avenida Presidente Vargas e Francisco Bicalho, com a intervenção parcial das passagens do Centro, provocou excessivamente as situações de trânsito.

No dia 11 de maio de 1988, o Exército do Brasil, em nome do Exército do Brasil, em nome do Exército do Brasil, em nome do Exército do Brasil, em nome do Exército do Brasil, em nome do Exército do Brasil.



Noticiário Geral



Na marcha dos negros, a memória de Zumbi

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

Tropas do Exército ocuparam, durante toda a tarde de ontem, as ruas próximas ao monumento onde estão os restos mortais do Duque de Caxias, em frente à sede do Comando Militar do Leste, no centro da cidade, para impedir que manifestantes do Movimento Negro ocupassem o local. Os organizadores da marcha de protesto "A farsa da Abolição" tinham como objetivo "lembrar o racismo do patrono do Exército".

Durante toda a tarde, quando os integrantes daquele movimento começaram a se reunir na Candelária, parecia que o confronto seria inevitável: afinal, os líderes dos ne-

gros haviam, pela manhã, conseguido a autorização do secretário da Polícia Civil, Hélio Saboya, para realizar a manifestação com o fechamento de uma pista da avenida Presidente Vargas, até a Central do Brasil, passando obrigatoriamente pelo panteão do Duque de Caxias.

Apesar disso, quando o carro de som chegou à avenida, o Comando Militar do Leste já havia divulgado nota oficial afirmando que a proibição "visava impedir que, no bojo de pretensas passeatas, sejam feitas ofensas de qualquer natureza a culto histórico de reconhecido respeito e até veneração pela nossa gente". Estava criado o impasse, já que a disposição, manifestada àquela altura pelos oradores, era a de continuar normalmente a programação.

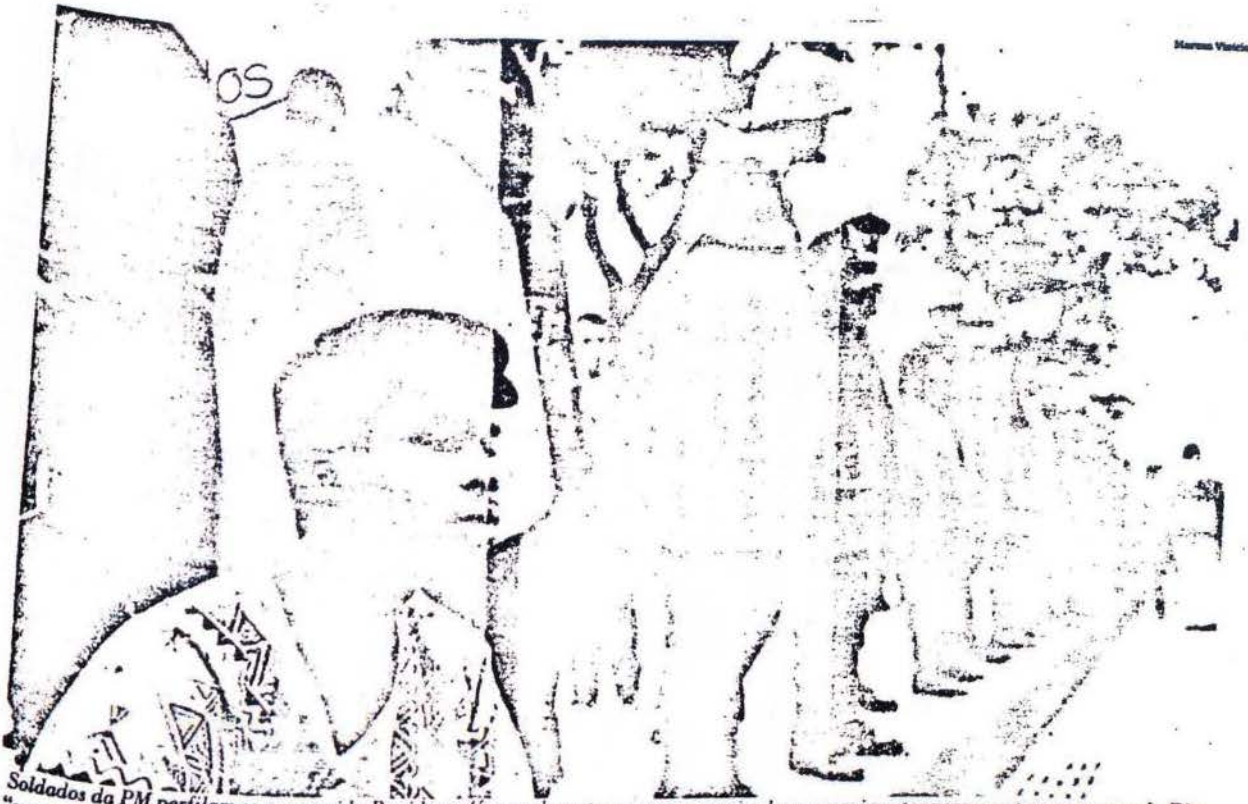
Enquanto isso, cabia à Polícia Militar a providência de também

ocupar as principais ruas do Centro da cidade com um grande efetivo, formado por soldados do Batalhão de Choque, do 5º BPM e do 15º BPM, em número não divulgado pelo comando da operação, mas que ultrapassou dois mil homens armados de cassetetes e escudos de proteção. Perfilados ao longo da avenida Presidente Vargas, os PMS pareciam tomar posições para impedir que os manifestantes chegassem até o panteão de Caxias, igualmente guardado por soldados da Polícia do Exército.

Foi, então, que apareceu o secretário Hélio Saboya. Acompanhado de apenas um assessor, Saboya dirigiu-se até o carro de som e acabou criando um tumulto, já que muitas pessoas tentaram ter acesso a ele. O jeito foi levar, aos empurrões, o secretário para o saguão de

um prédio vizinho, onde, durante 15 minutos, o desolado Saboya tentou convencer inutilmente, os líderes do movimento de que nada podia fazer.

À saída, visivelmente abatido, Saboya evitou os jornalistas e chegou a correr para atravessar, mais rapidamente, a avenida Rio Branco, onde embarcou no carro oficial ali estacionado. Durante o percurso, disse apenas: "Não tenho nada a falar". Apesar disso, a presença do secretário fez com que os líderes do Movimento Negro desistissem de seguir em passeata até a Central do Brasil, deixando, assim, de passar em frente ao monumento de Caxias, onde soldados do Exército, armados de fuzis, mantinham as suas posições e chegavam a revistar pessoas, principalmente negras, que por ali passavam.



Soldados da PM perfuram-se na avenida Presidente Vargas durante passeata organizada por movimentos negros ontem no centro do Rio "contra a farsa da Abolição"; os policiais bloquearam o itinerário previsto pela marcha, mas não houve choque; à esq., um manifestante

## Passeata de negros é barrada pela polícia

A "marcha contra a farsa da Abolição", organizada por movimentos negros no centro do Rio, foi impedida por policiais do Exército e PMs de chegar a Central do Brasil pela av. Presidente Vargas, conforme itinerário autorizado pelo secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya. A passeata, com 20 mil pessoas segundo os organizadores, parou em frente ao prédio do Comando

Militar do Leste e voltou pela Presidente Vargas. Antes do seu início, às 17h45, o Comando divulgou nota afirmando que a medida se deveu "a informações confirmadas da intenção descabida de ativistas em utilizarem-se das comemorações do centenário da Abolição para tumultuar a tranquilidade da cidade".

A marcha acabou sem incidentes às 21h15. PAG. A-14

(Folha de S. Paulo, 12/05/1988)

# No Rio, marcha de negros é barrada pela polícia

Dois Sucursais e do Reportagem Local

Polícia de Exército e soldados da Polícia Militar impediram ontem a participação da "marcha dos negros" organizada pelos movimentos negros do Rio de Janeiro. A Central do Trabalho, que organiza a marcha, não havia sido autorizada pelo secretário de Segurança Pública do Rio, Hélio Saboya. A marcha deveria passar em frente ao Comando Militar do Leste, na rua Duque de Caxias, para depois ir para o Centro, com o objetivo de chegar ao Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste. A marcha começou às 17h, mas foi barrada pela polícia militar. A marcha começou às 17h, mas foi barrada pela polícia militar. A marcha começou às 17h, mas foi barrada pela polícia militar.

los para andar o (ilustrário. Muito serviu. Saboya não quis falar com os jornalistas e reuniu-se com o comando no hall de um prédio da avenida Presidente Vargas. A Saboya pediu aos manifestantes "pelo amor de Deus" para "evitar o confronto". "Eles (o Comando Militar do Leste) estão irredutíveis, por favor, evitem isso", pediu o secretário.

O número de policiais destacados para acompanhar a marcha não foi divulgado por nenhum dos oficiais encarregados da operação. "Hoje eu não posso dizer quantos soldados são", disse um coronel da PM, que se identificou apenas como "Robério". Os policiais começaram a ocupar a avenida Presidente Vargas às 16h.

**Segurança reforçada**

O Comando Militar do Leste (CML) reforçou ontem o tradicional esquema de segurança em frente à sua sede — o Palácio Duque de Caxias, na avenida Presidente Vargas (no centro do Rio) — para impedir que a passeata do movimento negro se desviasse diante do prédio de Caxias. O porta-voz do CML, coronel Cesário, disse que o Comando leva "informações concretas" de que os manifestantes pretendiam apresentar, no local, "uma interpretação deturpada da história" oficial e caracterizar o pai da República (Duque de Caxias) como "um escravocrata".

"Uma passeata é coisa normal, democrática, e o movimento negro é um movimento muito bonito, mas a passeata não vai passar por aqui", disse o coronel antes do início da passeata.

Ele recusou-se a revelar a dimensão do efetivo militar em frente à sede do Comando, mas disse ser "compatível com a necessidade de manutenção da ordem", e avisou que "estaremos aqui até quando for necessário e contamos com ajuda da Polícia Militar e da Polícia Civil".

Antes da passeata, o comandante militar do leste, general Wilberia Lima, entrou em contato com o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, e comunicou-lhe que o Exército não toleraria em hipótese alguma que os manifestantes passassem ou parassem diante da sede do Comando.



A manifestação dos negros na avenida Presidente Vargas, no centro do Rio

## Caminhada marcará data em SP

Uma caminhada de luta e reflexão no centro de São Paulo, marcada para o dia 12 de maio, comemorará a Abolição da Escravatura. A marcha marcará a data em São Paulo, marcada para o dia 12 de maio, comemorará a Abolição da Escravatura. A marcha marcará a data em São Paulo, marcada para o dia 12 de maio, comemorará a Abolição da Escravatura.

até a praça Municipal (ambos no centro), em protesto contra a racismo que eles afirmam existir no país.

Segundo Wilson Santos, 34, do grupo cultural Os Negões, a passeata está sendo organizada pelo Movimento Negro Unificado, pelos grupos Palmareiros Novos, Afro-Política Negra e Os Negões, pelo Núcleo Cultural Nigro-Ukan, pelos blocos Afro-Araçatuba, Pérola Negra, Ilary e pela Comissão de Negro do IPT. Os organizadores esperam reunir 30 mil pessoas na passeata.

O movimento negro basco, que adotou o slogan "Com anos sem Abolição" para 1988, pedirá, na manifestação, o rompimento das relações do Brasil com o governo da África do Sul. De acordo com Santos, a Abolição foi decretada em 13 de maio de 1888 por "questões econômicas, para o país poder enfrentar a mudança do escravismo para o capitalismo". Para Santos, ela não foi "um ato de bondade, como mostram os livros de história oficiais", mas uma coisa "falsa e mentirosa, feita sem nenhum propósito, já que os negros não receberam terras nem emprego, sendo substituídos pela mão-de-obra importada da Europa". Santos afirma que, como resultado, os negros estão lá em situações rejeitadas à mendicância, ao desemprego, à pobreza, à fome e à falta de escolas e habitação.

Salvador

Uma manifestação programada para Salvador (BA) durante a semana de comemoração do Centenário da Abolição, não tem nada de comemorativa para hoje — os movimentos negros não querem nenhuma ligação de vínculo com o dia 13 de Maio — deve sair as ruas de Salvador e caminhar

# Negros divididos denunciam racismo

(O Estado de S. Paulo 14/05/1988)

O secretário geral do Conselho de Participação da Comunidade Negra, José Roberto Militão, confirmou a informação. Mas, o "Conselho não concordou com essa manobra". Já o secretário Oswaldo Ribeiro negou a determinação: "Os nossos opositores têm o direito de pensar o que quiserem, mas a realidade é que aqui estão todas as entidades negras e representantes de 150 municípios de São Paulo e de outros estados. Isso é coisa de meia dúzia de inconformados com o nosso sucesso".

Verdade ou não, o certo é que a passeata prosseguiu confusa, cheia de atritos e sem entusiasmo. Nem os pedidos de "vamos vibrar", feitos através do sistema de som, animou os manifestantes. Poucos gritavam: "Um, dois, três, quatro, cinco mil, igualdade social para todos no Brasil"; "Negro, negro"; "Viva Zumbi". Nem os negros equipados com megafones conseguiram organizar a passeata.

Na rua Xavier de Toledo, nova confusão. Assessores e amigos do secretário Oswaldo Ribeiro tentaram retirar da frente da passeata a faixa "Protesto", do Comitê Popular de Questionamento do Centenário da Abolição. João Batista e seus amigos não deixaram, trocando empurrões com os que ameaçavam arrancar a faixa: "Esta é uma manifestação contra o racismo, não é para promover o secretário. Estamos lutando pela melhoria da qualidade de vida da população, não estamos fazendo campanha política", disse.

Novas confusões ocorreram no Viaduto do Chá e na praça do Patriarca, onde um grupo queria seguir pela rua Direita e outro pela Libero Badaró. No entanto, as diferenças diminuíram quando chegaram à praça da Sé, onde a multidão vaiou o cantor Wilson Simonal e a menção do nome do secretário Oswaldo Ribeiro, embora muitos também tenham aplaudido.

## Queima do boneco

Manifestantes negros queimaram às 14 horas um boneco representando a princesa Isabel, após discutir com policiais militares que tomavam conta do monumento à Duque de Caxias, na praça Princesa Isabel. O tenente Jacó disse que

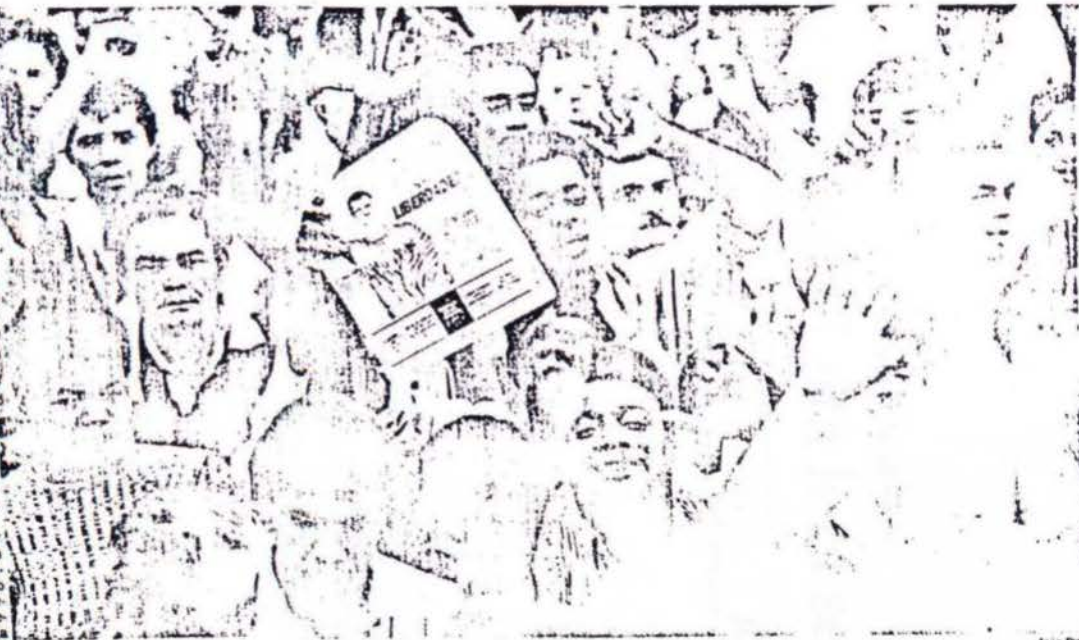
não permitiria que "maculassem a imagem de Caxias". Havia FMs também na entrada do edifício Duque de Caxias, na avenida 330 João, onde residem oficiais do Exército.

Mais de seis mil negros — e centenas de brancos — reuniram-se ontem em São Paulo para protestar no que chamaram de Dia Nacional Contra o Racismo, na praça da Sé. Para eles, o 13 de Maio não é data de festa. As diferenças partidárias e ideológicas tumultuaram a manifestação, principalmente durante a passeata pelo centro da cidade, quando alguns grupos chegaram a trocar ofensas e até empurrões.

A rivalidade maior era entre os integrantes do Conselho de Participação da Comunidade Negra, que após o secretário especial, Oswaldo Ribeiro, de Relações Sociais do Governo do Estado, e do Comitê Popular de Questionamento do Centenário da Abolição, ligado ao Movimento Negro Unificado e ao PT. Havia ainda grupos apoiados pela CGT e Partido Comunista. Cada um defendendo uma idéia e uma maneira para manifestar.

A desorganização já podia ser notada nos primeiros momentos da concentração dos negros na avenida São João, em frente ao largo do Palácio. Três carros com sistema de som anunciavam coisas diferentes: "A passeata vai seguir pela avenida Ipiranga", dizia um. Outro pedia para que todos descessem a São João. O terceiro gritava — "Jorge Velho assassino da raça negra".

Às 14h30, meia hora de atraso, a passeata começou em direção à avenida Ipiranga. Depois de alguns passos veio a ordem para parar. Outros organizadores gritavam para seguir. Os manifestantes, sem saber a quem atender, pararam. João Batista Jesus Felix, do Comitê Popular de Questionamento do Centenário da Abolição, explicou aos jornalistas: "Tá a maior confusão. Na quinta-feira, assessores do secretário Oswaldo Ribeiro procuraram as entidades negras e disseram que estava proibida a manifestação, durante o comício da praça da Sé, de representantes sindicais, de partidos radicais e do Movimento Negro Unificado".



O protesto termina com uma concentração de mais de seis mil pessoas na Praça da Sé

Julio Pires

Centenário da Abolição

# Caminhada de Luta leva seis mil à Sé

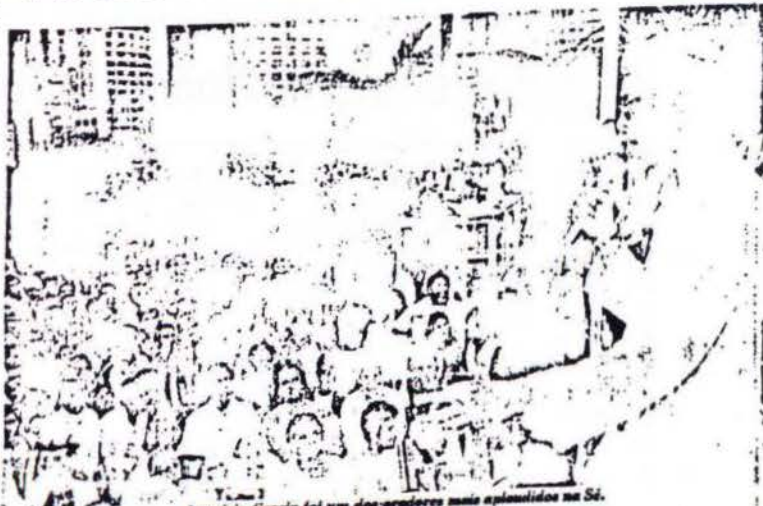
L.C. LEM

Cerca de seis mil pessoas participaram ontem à tarde da Caminhada de Luta e Reforma, pelas ruas do centro de São Paulo, em comemoração aos cem anos da Abolição, que culminou com a assinatura de grupos culturais e um ato público na Praça da Sé. A passeata, organizada pela Secretaria Estadual de Relações Sociais e Comissão Estadual da Comissão Nacional da Abolição da Constituição, reuniu cerca de seis mil pessoas. O grupo marchou em direção ao governo do Estado e a corrente política que integra o Comitê Popular de Questionamento ao Centenário da Abolição.

A marcha saiu do largo do Palácio, às 14-45 horas, já dividida em dois blocos. Os membros do Comitê Popular, os jovens do Movimento Negro Unificado, Grupo Negro PUC, CUT, PT, Grupo União e Comunidade Negra e a ala da frente, empunhando uma faixa de protesto, na qual referia-se ao 13 de Maio como Dia Nacional de Demanda contra o Racismo. Quando a passeata já estava a rua Xavier de Toledo houve um princípio de tumulto. O membro da Executiva Nacional do UNU, João Batista de Jesus Filho, discutiu com alguns coordenadores da Caminhada, propondo-se a deixar passar na frente o governo cordão humano que vinha pelas ruas Relações Sociais, Oswald Ribeiro, e pelo presidente do Conselho da Comunidade Negra, Eduardo Joaquim de Oliveira.

Mas não vão. Vai ficar a falha. Hoje é dia de denúncia contra o racismo e não de promoção para ninguém. Temos de deixar nossas vontades de lado", gritou nervoso Batista. No mesmo instante da discussão corriam-se rumores de que a assinatura do secretário Oswald Ribeiro havia terminado, na véspera, faltar uma assinatura política, a fim de se impedir que as lideranças mais radicais do Comitê Popular subissem ao patamar montado na Praça da Sé para assucrar. Durante o ato público, Ribeiro desmentiu o fato e imprimiu o disse que os comunistas tinham todo o direito de pensar o que quisessem, mas que "a realidade é que nunca se reunio tantos negros desamarcados numa manifestação, o que leva ao desespero apenas que não conseguiram isso".

Cerca de 150 representantes de instituições de interesse participaram da manifestação. Bandeiras de alguns partidos políticos sustentavam-se as faixas de protesto, que pediam em sua maioria o fim da discriminação racial. Uma das mais expressivas exigiu o "rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul". Em meio a marcha, os manifestantes gritavam palavras de ordem, como "um, dois, três, quatro, cinco mil, onde está a liberdade que o negro nunca viu". Várias vezes a multidão reverenciou o nome de Lombi. As lideranças negras fizeram questão de afirmar que o 13 de Maio era apenas uma data para se refletir sobre a condição do negro no País, pois o referencial histórico da libertação era o dia 20 de novembro, quando se comemora a morte do rei de quinhentos anos Palmares.



Junívrio Garcia foi um dos ardeiros mais aplaudidos na Sé.

"Quem colocar o Oswaldão e o Eduardo na frente."

"E ainda não sei se meu povo tem liberdade ou não"

A sessão não foi muito movimentada. Os negros não foram os únicos a participar. Muitos outros grupos também estiveram presentes. A passeata terminou na Praça da Sé, onde houve um momento de silêncio em homenagem ao dia da Abolição.

A Caminhada foi considerada pela lider da bancada do PT na Assembleia Legislativa, Luiz Erundino, como um sucesso para que negros e brancos possam participar. Erundino disse, ainda, que "a luta dos negros hoje, no Brasil, é a mesma luta dos imigrantes e trabalhadores que vieram se estabelecer com o escravo negro". E acrescentou: "Temos de nos unir para demolir a farsa oficial que está se montando em cima da realidade".

Para o membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares do Negro da USP, Silvio Luiz de Oliveira, "hoje é um momento em que se procura fazer uma revisão histórica e social. Para nós, a Abolição repercutiu apenas a conexão do estado do terror e de tortura que impusera durante os três séculos anteriores".

Um dos ardeiros mais aplaudidos durante o ato público na praça da Sé foi o representante do movimento negro carioca, Junívrio Garcia. Ele lembrou a ação da polícia militar e do Exército, um dia antes, que a polícia organizou pelos movimentos do Rio de Janeiro até a Central do Brasil nesta avenida Presidente Vargas.

Nelma Regina, outra ardeira que falou em nome das mulheres negras, afirmou que o negro continua marginalizado em todos os setores sociais: "O movimento negro vive que entende que se através da organização chegarmos a vitória".

(Diário Popular 14/05/1988)

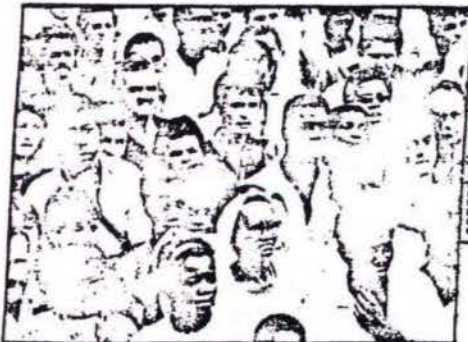
Castilho Lima

Para o delegado Geraldo dos Santos, "hoje não se trata de comemorar a assinatura da Constituição, mas de lembrar que os negros não foram os únicos a participar. Muitos outros grupos também estiveram presentes. A passeata terminou na Praça da Sé, onde houve um momento de silêncio em homenagem ao dia da Abolição."

FESTA I

## A consciência negra invade a Sé

Apesar da chuva que caiu pela manhã, o Dia Nacional da Consciência Negra conseguiu reunir ontem, segundo seus organizadores, cerca de 20 mil pessoas na praça da Sé. Durante o evento, das 10 às 17 horas, houve atividades infantis



Muita gente na festa de ontem

Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP). "O objetivo foi fazer o julgamento da discriminação racial e, particularmente, da discriminação que a mulher negra sofre", diz Flávio Jorge Rodrigues da Silva, do Comitê de

e culturais, um **showmício** com a participação de grupos de pagode, funk e reggae, e um ato religioso — das igrejas católica, metodista, presbiteriana e muçulmana — e dos ritos de candomblé e umbanda — encerrado pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

A escolha do dia 20 de novembro para se comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra não foi ocasional. A data marca a morte de Zumbi, o último líder do Quilombo dos Palmares. Além de São Paulo — que comemora esse dia desde 1977 — a data foi festejada em outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Vitória.

Dentro das comemorações, houve ainda a realização do Tribunal Winnie Mandela, organizado pela Comissão da Mulher

Questionamento do Centenário da Abolição.

Na opinião de Flávio, o preconceito brasileiro em relação ao negro não é tão aberto quanto o existente na África do Sul e nos Estados Unidos. "O preconceito brasileiro é bastante sutil e camuflado. Mas não é por mero acaso que o negro não tem acesso fácil a empregos decentes e educação", queixa-se Flávio. "Isso sem falar na tentativa de descaracterização da cultura negra", que segundo ele, "é a base da formação brasileira".

Flávio explica que o objetivo do evento foi fechar o ano do Centenário da Abolição "mostrando a visão que o Movimento Negro Nacional e as forças mais progressistas têm a respeito dessa data, como prova de que o negro ainda não é livre em nosso País".

(Jornal da Tarde, 21/11/1988)

A estética negra é apresentada nos jornais sob duas formas: o negro enquanto produtor desta estética (âmbito artístico-cultural) e enquanto valorização dos traços físicos (fenotípicos) da raça.

Porém, no caso da Escola de Samba Unidos da Vila Isabel criava-se uma estética negra em que os elementos africanos (palha, tecidos coloridos e a dança) eram colocados como símbolo da identidade do negro brasileiro.

"Quando a escola entrou na avenida, determinada animadíssima, com um grupo de mulheres negras, dançando jongo, de seios nus à moda africana, e começaram a aparecer os panos coloridos, palhas plásticas e papéis que efeitoavam o espetáculo, as pessoas que estavam nas arquibancadas e camarotes do sambódromo sentiam que ali estava uma das sérias candidatas ao título de campeã."

(O Estado de S. Paulo, 18/02/1988. Espetáculo exalta a raça negra)

A conexão com a África é mencionada no texto, que também se refere ao "samba puro" da Escola ("O samba de letra forte e melodia harmoniosa, homenageia Zumbi dos Palmares (...)")

"Martinho da Vila fez tanta questão de estabelecer uma verdadeira ligação do enredo com a África, terra dos ancestrais dos negros brasileiros, que até trouxe de Angola um grupo folclórico (grifo: em outros jornais é mencionando que se trata de um grupo guerrilheiro SWAPO) ..."

(Jornal da Tarde, 18/02/1988. Vitória do samba puro)

Na euforia do texto, o redator menciona a África como "terra dos ancestrais dos negros brasileiros". No entanto, ele se esquece que a construção étnica do povo do Brasil é negra (africana), branca (européia) e vermelha (indígena). Por-

tanto, a herança africana é antes de tudo formadora da etnia nacional do povo do Brasil e não apenas do segmento negro.

As primeiras notícias sobre a estética artística negra são construídas a partir do Carnaval daquele ano.

Sem dúvida, em um primeiro momento, isto não constitui nenhuma novidade já que a música, principalmente o samba, sempre foi o lugar atribuído pela sociedade brasileira ao segmento negro:

"Seria preciso relembrar que, segundo conclusão de Borges Pereira, confirmada por esta investigação, o preto é especificamente motivado pelo estereótipo que liga à 'raça negra' as qualidades musicais, o que lhe dá certa segurança de se apresentar para a competição." (2)

(Couceiro 1983 : 70)

No trabalho de Couceiro ainda é destacado:

"O negro aparece com maior número e com maior probabilidade de êxito, dado a força do estereótipo consagrado nesse ambiente de trabalho, segundo o qual o negro é visto como tendo nascido para a música."

(Couceiro 1983 : 57)

Apesar da valorização e da promoção da imagem, principalmente televisiva, de cantores e intérpretes brancos para a apresentação comercial da música afro-brasileira, não restam dúvidas que no imaginário popular samba rima com "crioulo" assim como música erudita com europeu.

---

(2) Este trabalho de Solange Couceiro refere-se aos programas de auditório, comuns na década de 70, que expressavam a representação do segmento negro na sociedade brasileira.



"Nota-se esta tendência, quando, por exemplo, um calouro negro se apresenta para interpretar música 'estrangeira'. Em geral ele é criticado pelo 'juri' ou pelo apresentador, que esperam que ele venha interpretar 'samba'; essa tendência se nota também na expectativa dominante na quele meio de trabalho de que cantor negro e sambista devam ser expressões sinônimas.

(Couceiro 1983 : 57)

Muitos negros têm sido consensualmente confinados nesta célula, acreditando ser benéfico este espaço reservado à cultura negra. No Carnaval de 1988, porém, sob o olhar da imprensa e das televisões do Brasil e do mundo, os carnavalescos resolveram utilizar este "gueto" para questionar, em seus sambas enredos, a abolição da escravatura e a "democracia racial brasileira".

Os jornais reconheciam que aquele Carnavaltinha mais características de denúncia, protesto e exaltação da raça negra, que propriamente festividade.

"Ao exaltar a raça negra e denunciar o racismo, o samba segue a tendência crítica dos compositores das escolas cariocas que desde o início dos anos 80 abandonaram a linha ufanista."

(O Estado de S. Paulo, 18/02/1988. Espetáculo exalta raça negra)

No entanto, os textos foram marcados pela tentativa de comparar a identidade do negro brasileiro com a do africano. Nas matérias jornalísticas, a luta contra a opressão se referia, no caso da Vila Isabel, ao apartheid, dando a conotação de que o brasileiro conquistou a sua liberdade, faltando agora a liberdade do negro sul-africano. E, ao mesmo tempo, as matérias aproximavam e fundiam a cultura negra brasileira com a africana.

"Diz que 'essa Kizomba é nossa constituição', e no final, pede que se acabe com o apartheid."

(O Estado de S. Paulo, 18/02/1988. Espetáculo exalta raça negra)

# VITÓRIA DO SAMBA PURO

O centésimo aniversário da Abolição da Escravidão no Brasil — tema de quinta escola do primeiro grupo do Rio — não poderia ser melhor comemorado: com seu emocionante desfile, que lhe deu ontem o título de campeã do carnaval de 1988, a Unidos de Vila Isabel proporcionou, na madrugada de terça-feira, no sambódromo da Marquês de Sapucaí, um espetáculo inesquecível de exaltação à raça negra, de empolgação e de samba puro, sem precisar recorrer a luxuosos artifícios nem a efeitos especiais.

Quando a escola entrou na avenida, determinada, animadíssima, com um grupo de mulheres negras dançando jongo, de arcos nas à moda africana, quando começaram a aparecer os panos coloridos, palhaços, pirotécia e papéis que a enfeitavam, corria pelas arquibancadas e camarotes da sambódromo aquela premonição — como sempre ocorre — de que ali estava uma das séries candidatas ao título. A plateia, até então um pouco fria por causa das duas fracas apresentações anteriores — da Cabeça e da Unidos da Ponte

—, levantou-se e, ao final do desfile, pela primeira vez, gritou o "já passou", evidência da consagração popular.

O enredo, "Kizomba, festa da raça", é de autoria de Martinho da Vila, um dos grandes responsáveis por esse carnaval da raça: "Kizomba" é uma palavra angolana que significa festa, manifestação popular, assim como sua correspondente brasileira, "gizumbá". É o que a Vila fez na avenida: fez festa, uma grande festa, conforme escreveu o repórter Aluísio Baffa, um veterano em cobertura de escolas de samba: "Com fantasias perfeitamente adequadas ao tema, com apenas oito carros alegóricos, nenhum cortejo de mão, a escola pôde evoluir de forma perfeita, ao som do belo samba de Rodolpho, Jonas e Luis Carlos da Vila, chamado por 'Gera'".

O samba, de letra forte e melodia harmoniosa, homenageia Zumbi dos Palmares, que "Influenciou a Abolição". Diz que "essa Kizomba é nossa constituição" e termina exortando ao fim do apartheid. Ao exaltar a raça

negra e denunciar o racismo, o samba agitou a tendência entre os compositores das escolas cariocas que, desde o início dos anos 80, abandonaram a linha uteriana até então.

Entre os três mil componentes, um grupo representava guerrilheiros que lutam contra o apartheid na África do Sul. A escola mostrou, assim, dança de jongo e capoeira, patética com retratos de "beneficentes da raça", como Martin Luther King, Nelson Mandela e Agostinho Neto, e guerreiros africanos; mas, apesar disso, não discriminou os brancos, ao apresentar Vera Fischer e Maria Padilha como destaque, para simbolizar a convivência pacífica que deve existir entre todas as raças do mundo.

Martinho da Vila fez tanta questão de estabelecer uma verdadeira ligação do enredo com a África, terra dos ancestrais dos negros brasileiros, que até trouxer de Angola um grupo folclórico que se integrava aos outros componentes e deu um show no grande "Kizomba" armado na Marquês de Sapucaí.

(Jornal da Tarde, 18/02/1988)

## Espetáculo exalta a raça negra

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

Os cem anos da abolição da escravidão no Brasil — tema de quinta escola do primeiro grupo do Rio — não poderia ser comemorado de modo melhor: com seu emocionante desfile, que lhe valeu ontem o título de campeã do carnaval de 1988, a Unidos de Vila Isabel proporcionou, na madrugada de terça-feira, na Marquês de Sapucaí, um espetáculo inesquecível de exaltação à raça negra, de empolgação e de samba puro, sem precisar recorrer a luxuosos artifícios nem a efeitos especiais.

Quando a escola entrou na ave-

nida, determinada, animadíssima, com um grupo de mulheres negras dançando jongo, de arcos nas à moda africana, e começaram a aparecer os panos coloridos, palhaços, pirotécia e papéis que enfeitavam o espetáculo, as pessoas que estavam nas arquibancadas e camarotes da sambódromo sentiram que ali estava uma das séries candidatas ao título de campeã. A plateia até então um pouco fria por causa das duas fracas apresentações anteriores — da Cabeça e da Unidos da Ponte — levantou-se e, ao final do desfile, pela primeira vez, gritou o "já passou", evidência da consagração popular.

O enredo, Kizomba, festa da raça, é de autoria de Martinho da Vila,

um dos responsáveis por esse carnaval da escola. Kizomba é uma palavra angolana que significa festa, manifestação popular, assim como a brasileira, "gizumbá". É o que a Vila fez na avenida: fez festa, conforme descreveu o repórter Aluísio Baffa, um veterano em cobertura de escolas de samba: "Com fantasias perfeitamente adequadas ao tema, com apenas oito carros alegóricos, nenhum cortejo de mão, a escola pôde evoluir de forma perfeita ao som do belo samba de Rodolpho, Jonas e Luis Carlos da Vila, chamado por 'Gera'".

O samba, de letra forte e melodia harmoniosa, homenageia Zumbi dos Palmares, que "Influenciou a abolição". Diz que "essa Kizomba é nossa constituição", e no final pede

que se acabe com o apartheid. Ao exaltar a raça negra e denunciar o racismo, o samba agitou a tendência crítica dos compositores das escolas cariocas que, desde o início dos anos 80, abandonaram a linha uteriana.

Entre os três mil componentes, um grupo representava guerrilheiros que lutam contra o apartheid na África do Sul. A escola mostrou ainda dança de jongo e capoeira e patética com retratos de "beneficentes da raça", como Martin Luther King, Nelson Mandela e Agostinho Neto, e guerreiros africanos; mas não discriminou os brancos, ao apresentar Vera Fischer e Maria Padilha como destaque, para simbolizar a convivência pacífica.

(O Estado de S. Paulo, 18/02/1988)

Pode-se perceber que o texto do Jornal da Tarde esta semelhante ao do O Estado de S. Paulo. Por pertencerem a mesma empresa, S.A. O Estado de S. Paulo, as notícias enviadas pela Agência Estado do Rio de Janeiro foram aproveitadas para os dois jornais.

Em outro momento, a estética negra é resgatada nas notícias dos jornais, através da história da arte. A exposição "Mão Afro-brasileira", apresentada no Museu de Arte Moderna, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, em 1988, dava uma visão panorâmica da arte produzida por negros, do século XVIII ao século XX, onde é levantada a produção negra no Barroco e Rococó, na Academia, nas artes de herança africana, nas de origem popular e contemporânea.

"Acho que, finalmente, a significação desta exposição e do livro que virá em alguns meses é a de oferecer a participação dos negros na sociedade brasileira como a presença de um grupo humano. Não há nenhuma tentativa de homogeneizar os negros ou de torná-los um grupo coeso e com o mesmo pensamento."

(Jornal da Tarde, 26/08/1988 . Uma mostra contra todo preconceito)

Este resgate da produção do negro foi destacado principalmente em suplementos especiais. No entanto, as matérias jornalísticas preferiam focalizar as informações sobre a exposição, retratando mais o estilo africano das obras, quase não sendo feita referência à arte contemporânea produzida por negros. Na verdade, a imprensa não entendeu ou não se importou com a afirmação de Emmanoel Araújo, organizador da exposição, que destacou que o principal objetivo do evento era apresentar de forma panorâmica a produção negra vista de forma plural e não como algo uniforme ou único.

"(...) os que esperavam encontrar signos baseados nos símbolos religiosos do candomblé e da macumba, ou vestígios dos desenhos tribais africanos, ficarão decepcionados. Estas marcas estão na exposição, mas não se constituem no motivo da exposição. Ao contrário é uma mostra organizada contra todos os preconceitos, pois reconhece o direito do artista e intelectual de organizar, estruturar e imaginar a sua produção a partir de sua problemática pessoal. E esta é determinada apenas por ele mesmo. Não existe um catálogo de questões negras que torne obrigatório determinados temas (...)

Caso fosse imaginado um grupo em tudo semelhante, teríamos caído no estereótipo racista. Estes estereótipos consistem em observar os seres humanos apenas como números de grupos étnicos portadores de certas características e não, como é a realidade, da própria espécie, como seres individuais diferenciados uns dos outros."

(Jornal da Tarde, 26/08/1988. Uma mostra contra todo preconceito)

# Uma mostra contra todo preconceito

Uma panorâmica da produção do negro no país, na mostra Mão Afro-Brasileira, no Museu de Arte Moderna.

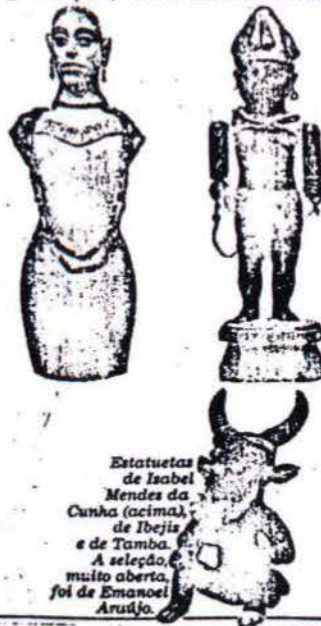
Emanuel Araújo tem uma extraordinária capacidade de inventar acontecimentos. Gravador, escultor, muralista, a sua participação na produção de imagens de arte é intensa. Além desta atividade, ele desenvolveu uma frenética movimentação de promotor cultural, pesquisador, detonador de processos de comunicação. Emanuel Araújo é um criador de eventos. Desta maneira ele editou as gravuras de Aldo Bonadei e de Raimundo de Oliveira, desenhou livros sobre Aldo Bonadei, Francisco Rebolo, Aldemir Martins e dirigiu o Museu de Arte da Bahia, tornando-o nacionalmente conhecido. Como editor de livros é, ainda, o realizador de algumas edições inusitadas e memoráveis, como é o caso da **Iconografia dos Deuses Africanos no Candomblé da Bahia**, com os desenhos de Carybé. Agora eu tenho acompanhado a última utopia deste artista — fazer um grande livro sobre os negros brasileiros. O livro é monumental e tem o nome de **A Mão Afro-Brasileira** e o patrocínio de Norberto Odebrecht. É o mesmo assunto, fundado na mesma pesquisa, que deu alma à esta exposição que Emanuel Araújo inventou, organizou e montou no Museu de Arte Moderna (Parque Ibirapuera). O nome da exposição é, também, **A Mão Afro-Brasileira**.

É uma despedida do artista. Emanuel vai morar e lecionar em Nova York, nos próximos anos. Trata-se de uma reflexão que caminha de maneira não ortodoxa. Emanuel Araújo não acredita, em qualquer momento, que a produção de artistas negros e da própria cultura negra fosse, obrigatoriamente, vinculada às raízes afri-

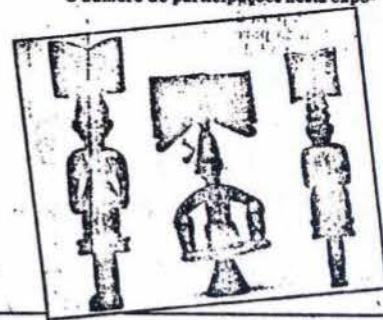
canas. Desta maneira, os que esperavam encontrar **símbolos baseados nos símbolos religiosos do candomblé e da macumba, ou vestígios dos desenhos tribais africanos, ficaram desapercibidos. Estes negros estão na exposição, mas não se consultam no motivo da exposição. Ao contrário, é uma mostra organizada contra todos os preconceitos. Não reconhece o direito do artista e do intelectual de organizar, expor e imprimir a sua produção a partir de sua problemática pessoal. E esta é determinada apenas por si mesmo. Não existe um catálogo de questões negras que tenha obrigatoriamente determinados temas.**

Emanuel Araújo abriu, portanto, todas as linguagens na sua exposição. Encontrou os artistas e as obras disponíveis, algumas de acesso difícil, e teve como ponto de partida a origem étnica do produtor. É negro, é objeto de estudo. A obra foi criada por um negro, vale para o livro e vale para a exposição. É claro que existe uma diferença entre o livro e a mostra. O livro tem uma quantidade extensiva de textos e a mostra procura a visualidade e a economia de percurso. Ainda mais que há o claro objetivo de torná-la abrangente no tempo, com segmentos destinados ao Barroco e Rococó; a Academia; a Herança Africana e as Artes de Origem Popular; a Arte Contemporânea e a Literatura, teatro, dança e música. É um ambicioso panorama, mas oferece dados importantes sobre a participação do negro na formação brasileira.

Acho que, finalmente, a significação desta exposição e do livro que virá em alguns meses é a de oferecer a participação



Estatuetas de Isabel Mendes da Cunha (acima), de Ibejis e de Tamba. A seleção, muito aberta, foi de Emanuel Araújo.



O número de participações nesta expo-

dos negros na sociedade brasileira como a presença de um grupo humano. Não há nenhuma tentativa de homogeneizar os negros ou de torná-los um grupo coeso e com o mesmo pensamento. Neste caso, caso fosse imaginado um grupo em tudo semelhante, teríamos caído no estereótipo racista. Estes estereótipos consistem em observar os seres humanos apenas como números de grupos étnicos portadores de certas características e não, como é a realidade, da própria espécie, como seres individuais diferenciados uns dos outros. Esta exposição, através da leveza de montagem (ainda que em espaço acanhado), da boa qualidade do exposto, da amplitude de critérios seletivos, se estrutura como um acontecimento humanístico.

sição é grande, como pode ser imaginado pelos segmentos representados. Mas ainda é pequeno, quando comparado com o livro em andamento. Mas o esforço é tão notável que temos representantes de todos os períodos brasileiros, de várias tendências. É emocionante encontrarmos os egressos da importação forçada, do trabalho escravo, em posições de tanta liderança e de participação tão decisiva. Vou juntar alguns nomes, quase ao acaso: Cruz e Souza, Garrincha, Cons. Antonio Pereira Rebouças, Mãe Menininha do Gantois, Carlos Gomes, Machado de Assis, Aracy Cortes, Ataúlfo Alves, Mestre Valentim, Aleijadinho, Leandro Joaquim, Mario de Andrade, Antonio Bandeira, Miguel dos Santos, Otávio Araújo, Heitor dos Prazeres, Edival Ramosa, José Cláudio, Agnaldo, João Timóteo da Costa.

Durante este centenário da abolição da escravatura foi feito muito pouco, diante da grandeza do tema. O que se destacou foi, principalmente, mensagens publicitárias de valor demagógico. Estas grandes verbas poderiam ter sido utilizadas para o estudo histórico das causas e das consequências da escravidão e, talvez o mais importante, em que medida esta situação afetou todos os habitantes deste País. Exposições como esta Mão Afro situam-se noutro pólo. Elas pretendem uma panorâmica da produção do negro. Uma visão abrangente da contribuição dos filhos dos escravos. É uma contribuição efetiva ao conhecimento do nosso País, das possibilidades que ele oferece e da diversidade possível de expressões.

J.K.



O CABO CHICO DIABO LO DIABO CHICO DEU CABO  
obra de Domingos Teodoro de Ramos, escravo e soldado na guerra do Paraguai



Trabalho do padre Jesuino do Monte Carmelo, artista do século XVIII

## A face brasileira da arte negra

*A participação dos negros e dos mestiços na arte do País é o tema de uma mostra que não fica limitada às artes plásticas, incluindo do teatro à literatura*

Rui Moreira Leite

Especial para O Estado

A exposição *A Mão Afro-Brasileira*, que se inaugura hoje no Museu de Arte Moderna de São Paulo, no Parque do Ibirapuera, apresenta um levantamento sistemático (sem pretensões de esgotar o assunto, como ressalta o curador Emanuel Araújo), da participação de negros e mestiços na arte brasileira. Embora se trate basicamente de uma mostra de artes plásticas, não são deixadas de lado as demais manifestações artísticas, como o teatro, dança, música e literatura, apresentadas através de painéis fotográficos e de um audiovisual.

Organizada de forma didática, a exposição é composta por núcleos que abrigam sucessivamente as obras barrocas do século XVIII, a pintura acadêmica do século XIX e os trabalhos de artistas contemporâneos a que se intercalam ainda divisões que reúnem reproduções fotográficas de forros, pulpitos, painéis e fachadas de igrejas e esculturas africanas e obras de origem popular.

Procurando evitar que a delimitação das seções fosse realizada por textos explicativos, recorreu-se à utilização da cor nos painéis sempre em tons suaves — para definir cada período.

Embora sofra das limitações habituais para o desenvolvimento de pesquisas mais abrangentes, como reconhece Emanuel Araújo, a mostra cumpre seu objetivo de apresentar a contribuição do negro às artes plásticas no Brasil, abstendo-se claramente de definir uma leitura para o conjunto ou de realizar aproximações maiores entre obras e

artistas. Ao contrário, fornece elementos para que o próprio visitante da exposição o faça.

Se efetivamente essa contribuição foi decisiva no século XVIII, quando os principais artistas brasileiros eram todos negros e mulatos (Aleijadinho, mestre Valentim, padre Jesuino do Monte Carmelo), menos conhecida é a obra dos artistas negros do século XIX integrados à Academia Imperial de Belas Artes, como Firmino Monteiro, Estevão Silva e Rafael Pinto Bandeira.

Da mesma forma, se o núcleo dos contemporâneos não traz grandes revelações (reunindo peças representativas de nomes consagrados como Rubem Valentim, Octávio Araújo, Antônio Bandeira, e do próprio curador da mostra, Emanuel), a divisão de arte popular apresenta alguns trabalhos menos conhecidos e de excepcional qualidade, como a pintura de Domingos Teodoro de Ramos (escravo que serviu como soldado na Guerra do Paraguai) e as peças em madeira de Agnaldo Manoel dos Santos, Chico Tabibuia e Artur Pereira. Ainda no Núcleo de Arte Popular, painéis fotográficos documentam a extraordinária *Casa da Flor*, construída por Gabriel Francisco dos Santos no Rio de Janeiro.

Resultado de um ano de trabalho de toda uma equipe, a exposição surge como o grande evento do Centenário da Abolição, sendo ainda responsável pela apresentação de obras recolhidas havia anos em instituições religiosas e nunca mais exibidas. A lamentar apenas a falta de um catálogo à altura da qualidade da mostra, cujas poucas lacunas (a ausência, por exemplo, de uma seção dedicada aos cancioneiros), estão devidamente cobertas pelo audiovisual que a acompanha.

### SERVIÇO

A exposição *A Mão Afro-Brasileira* permanecerá aberta ao público de hoje até dia 25 de setembro no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), no parque Ibirapuera. Horário de terça a sexta-feira, das 13h às 19h, e sábado e domingo

das 11h às 19h. As obras estarão expostas 188 horas dos séculos XVIII a XX e, neste sábado e domingo começará a mostra paralela de cinema *Olhar Negro* Olbar, no próprio museu, com uma homenagem a Grande Otelo.

# 105 "A Mão Afro-Brasileira" é o grande evento do ano MAM

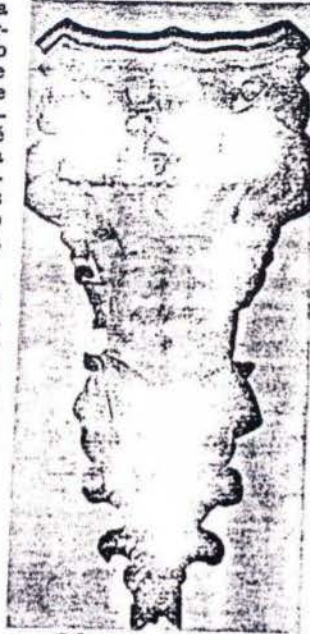
A arte afro-brasileira foi pesquisada a fundo e posta à baila em todas as suas vertentes, através da exposição "A Mão Afro-Brasileira", que o MAM — Museu de Arte Moderna de São Paulo estará apresentando de hoje até o dia 25 de setembro, numa iniciativa do MAM e do Ministério da Cultura, através do Programa do Centenário da Abolição da Escravatura, comemorado este ano.

"A Mão Afro-Brasileira" pretende fazer um retrospecto do que existiu de mais importante nos segmentos das artes plásticas, fotografia, teatro, dança, música, literatura e cinema. O intuito principal é reviver momentos significativos do negro, assim como sua contribuição à constituição da identidade nacional, desde o século XVIII até a contemporaneidade.

Dividida em cinco segmentos — Barroco e Rococó; Academia, A Herança Africana e as Artes de Origem Popular; Arte Contemporânea e Literatura — a mostra de artes plásticas reúne cerca de 196 obras. Todas cedidas por artistas e museus, dentre eles, o Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro, e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Como exemplo, obras de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; Valentim de Fonseca e Silva, o Mestre Valentim; e José Patrício da Silva Manso.

O movimento de dança negra será evocado, neste evento, através da Brasiliana, um grupo de Mercedes Batista e do Teatro Folclórico e do Teatro Folclórico Brasileiro, fundado por Solano Trindade. Para ilustrar, um audiovisual, dirigido por Benê Silva, refere-se a essa contribuição, bem como a de personalidades que se destacaram no campo da

Divalgação



O barroco é um dos segmentos da mostra

ciência, literatura e da religião.

Um dos mais ricos legados dos negros é o som. Atabaques, agogôs, tambores e tamborins são alguns dos instrumentos que encantaram e encantam a música em geral. Para este segmento, estarão presentes — através de gravações em vídeo — compositores de origem negra, eruditos e populares como, Xisto Bahia, Cartola, Pixinguinha, Milton Nascimento, Lobo de Mesquita, o maestro Francisco Braga, Carlos Gomes, Damião Bar-

bosa de Araújo e o padre Maurício Nunes Garcia.

Com relação à literatura, estará à disposição do público durante o evento, parte do acervo da Livraria Eboh, único no Brasil que é especialista em assuntos referentes ao negro (literatura, música, arte em geral, religião e culinária).

### Olhar Negro Olhar

Como se não bastasse toda essa movimentação artística, os organizadores da exposição não se esqueceram do cinema. Este aliás, merecerá destaque especial, pois serão exibidos vinte filmes de curta-metragem e outros sete de longa-metragem. A mostra foi denominada de "Olhar Negro Olhar".

O filme inaugural é "Macunaíma", de Mário de Andrade, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, às 14 horas, no MAM. As 16 horas, cinco exhibições: "Aleijadinho", "As Carrancas do São Francisco", "Casa da Flor", "Cerâmica do Vale do Jequitinhonha" e "A Mão do Povo". As exhibições continuarão até o encerramento da exposição, no dia 25 de setembro, quando o filme "Ganga Zumba", de Cacá Diegues, fechará o ciclo.

O curador do MAM, Emanoel Araújo, diz que este projeto dispendeu um ano de pesquisas e "tornou-se tão inesperadamente abrangente que fomos obrigados a sair do âmbito das artes plásticas e acrescentar tudo o que "A Mão Afro-Brasileira" conseguiu reunir, resgatando definitivamente a visibilidade do homem afro-brasileiro."

As características fenotípicas dos negros também aparecem nas notícias de jornais durante 1988. Neste caso, a mulata ainda é idealizada como o símbolo da sensualidade (demonstrando que este estereótipo da mulher negra ainda é amplamente utilizado).

Dentro deste modelo, o Jornal da Tarde publicou uma matéria, em suplemento feminino, sobre as diversas linhas de produtos de beleza específicos para a raça negra.

105

### BELEZA

## Negro é lindo. Já dizia Jorge Ben.

Black is beautiful. Principalmente as negras. Lindas, altas, esculturais. Como se viu no carnaval. Como se vê nas revistas. Essa exótica beleza está na moda em 88. Que o digam Zezé Motta e Goretti Bittencourt.

...de pele exige um tipo especial de maquiagem. Para loiras, para morenas, para brancas... E para as negras? O que combina com elas? Marcelo Motta e Marcelo Beauty — autores de revistas de moda e há um vídeo Automaquiagem — lições que combina com peles mais escuras. basicamente, as líqüides que dá brilho à pele deve estar bem preparada. A base deve ser aplicada de leve, com uma esponja, várias vezes. Não se esqueça de aplicar o protetor solar. Nos olhos, sombra escura ou cinza, aplicada do canto interno para o externo, para as mulatas, o tom de sombra deve ser usado com o tom de roupa. Para uma mulher negra, sombra azul, para uma mulher branca, sombra laranja para as mais...

escuras. Com relação ao batom, e ao blush, idem, na mesma ordem: vermelho, vinho e laranja com dourado. Para uma maquiagem mais leve, para todas, Marcelo sugere sombra laranja nos olhos, blush idem nas maçãs do rosto, um batom neutro nos lábios, para suavizar seu contorno e, em seguida, um batom cremoso laranja ou dourado. Para completar a maquiagem, rímel preto, Cajal ou lápis preto dentro dos olhos, e proibido. Segundo Marcelo, a maquiagem e os olhos ficam muito pesados. Marcelo lançou uma linha básica de maquiagem (base, pó compacto, blush, sombra e batom) com produtos criados especialmente para a pele negra. Essa linha pode ser encontrada na Adri Perfumaria (av. Bix, Faria Lima, 1.191 - Tel: 210-5441) Joyce Ballet (r. Oscar Freire, 720 - Tel: 881-3533) e na Ribelto (r. Augusta, 2.794 - Tel: 852-3956).

Devilene Daito

## Linda, da cabeça aos pés.

...de maquiagem, em geral, para uma linha criada especificamente para a pele negra. No entanto, são os produtos que se adaptam melhor às mulatas. Alguns deles: hidratante Ville Sport, tonalidade que protege e colore ao mesmo tempo de Helena Rubinstein. Creme Soft Gold, base Oil Free Mousse, protetor solar com marrom, e blush liúrida High Light, da Coty. O creme hidratante que substitui a tonalidade, o protetor solar e o blush em um produto só. Sweet Dream, máscara de Sweet Dream, máscara preta e azul, e batom Grape...

Leaves, uva, e Shine Fucsia, rosa, da Max Factor. \* Pancake Marraquesch, marrom escuro, da Payot. Quanto a produtos para o cabelo: \* Creme à base de placenta Karina, Xampu Karina Gin-milk e Ginseng, e Hairspray Karina, da Karina. \* Xampu Plus 5x3 Aloe Vera (babosa), Neutros, Kolene (creme de tratamento para cabelos permanentes, alisados e quebradiços), Xampu Capivida de abacate, da Copor. \* Xampu Silueta com extratos vegetais, creme rinse bálsamo Silueta e Hairspray pa. e cabelos secos, da Schwarzkopf.

D.D.

## Conselhos de um mestre-cabeleireiro

Richard lembra que, nesses casos, a forma é importante e deve ser muito bem estudada, de acordo com o rosto. "E quase uma escultura em cima da cabeça", diz. Se a idéia é deixar o cabelo comprido, então, será necessário um tratamento se possível, com produtos americanos, que são os melhores. "Vocês já viram os cabelos da Diana...

Ross?", lembra. Se não for possível, tente das seguintes dicas: Usar sempre um bom xampu de proteínas, por exemplo, o Proteinine, da L'Oréal, e um creme condicionador. A cada dois meses, passar um logurte com mel ou óleo de amêndoas, que amacia o cabelo.

## Modo de Vida



### Segredos de modelo

Goretti Bittencourt é modelo há dois anos. Deixou o colégio e mergulhou fundo num mar de agências para começar a trabalhar. Não demorou muito, ganhou espaço e hoje é muito requisitada, especialmente para eleses. Ela segue com uma lista enorme de cuidados e mais cuidados para manter seus 50 quilos — distribuídos em 1,75m — à base de regime, saladinhas, iogurtes, sucos de laranja, a quase ausência de carne. Ainda faz ginástica aeróbica duas vezes por semana e nada quase todos os dias.

Como se não bastasse, tem uma mala cheia de truques e receitas caseiras. Para a pele: mascarar de pepino uma vez por semana, muito hidratante. Ou de mel com açúcar, para clarear e deixar a pele menos áspera, mais macia. Além disso, Goretti usa sempre um tônico e depois hidratante quando não precisa se maquiar. Para os cabelos: de vez em quando, um banho de creme de tutano. E cosinhar o osso, tirar o tutano, bater com um creme preferido, juntar uma ampola de Arovit, deixar durante uma hora e lavar o cabelo com xampu e condicionador. Goretti diz que, como o tutano é forte, tem muita gordura, deixa o cabelo macio e mais solto.

Com relação à maquiagem, para o dia-a-dia, ela prefere um pó neutro, pouca sombra, rímel, para acentuar os olhos, e um batom clarinho, puxando para o cobre. Para a noite, tons bem mais fortes. As cores: muito bordô, fucsia, vermelho vivo e laranja.

D.D.



### Uma negra assumida

A atriz e cantora Zezé Motta já superou, há muito tempo, a fase de querer ser branca. Ela cuida do visual no Afro Dai. Faz relaxamento, trancinha, usa gumex no cabelo só para curtir. Durante o dia, amarra panos no corpo. A noite, prefere ternos de linho, os crepes, roupas de seda. No final dos anos 60, o sonho de Zezé Motta era ter olhos verdes. "Cheguei a pensar numa lente de contato e plástica no nariz." Em 1969 viajou para os Estados Unidos com os espetáculos Arena conta Zumbi e Arena conta Bolívar. Foi vista no Harlem com uma ridícula peruca Chanel.

Os negros americanos ficaram horrorizados e foram perguntar ao diretor Augusto Boal "qual era a daquela crioula? É uma negra engajada ou foi enxada no espetáculo?" A partir de então, Zezé Motta se tocou e ainda nos Estados Unidos deixou o cabelo encrespado. Carlos Prieto, maquiador do Xica da Silva, de Cacá Diegues, que estrelou é seu guru, uma pessoa que vive preocupada com a estética negra, valorizando seus traços sem escondê-los. "No Brasil, a estética negra é reprimida. Não existem produtos adequados à pele negra, o grande trunfo da raça."

Verw Souza

### Um veíno ator, negro. De muito sucesso.

"Já me achri frio, baixo e magrinho", conta Antonio Pompeu, um paulista de São José do Rio Preto que há muito conquistou os palcos — e telas — brasileiros. E confessa que percebeu nitidas mudanças estéticas em seu corpo, a partir de seu trabalho de ator. "Nunca quis ser branco", confessa, mas acrescenta que usou cabelo bem bonito e diserto, repartido do lado. "Em 68, uma amiga de infância foi a São Paulo e voltou contando que os negros estavam andando de cabelo armado." Era o black power. Pompeu tentou de aderir. Mas para ele a beleza negra não está na forma de seu cabelo. É preciso valorizar a postura. "É uma coisa que vem de dentro". V.S.

### No Rio, um salão atento à beleza negra.

Até 1973, quando trocou Feira de Santana pelo Rio, a cabeleireira baiana Daisy não tinha consciência da sua raça negra. Em Salvador, penteava cabelo de negro à moda branca, alisava com chapinha baiana, ou pente de ferro quente e fazia o miss-ent, ou pente de ferro quente e fazia o miss-ent, ou pente com a tesoura de marrel. Depois, vieram os produtos químicos fortes e a intenção era "me horar" o cabelo do negro, deixando-o com a "boa aparência" do branco. No Rio, Daisy trabalhou em "salão de branco". Foi ainda nos anos 70 que ela e um colega baiano de Nazaré das Farinhas, o ex-cantor João Pedro, inauguraram em Copacabana o primeiro salão de penteados afro e tratamento à base de produtos naturais para os cabelos crespos. Era o Salão Afonja. Há cinco anos, Daisy e João Pedro separaram os negócios. Ela, então abriu, também em Copacabana, o concorrido Afro Dai, que fica na rua Ministro Viveiros de Castro, no Posto-2, mas o sonho de Daisy é mesmo se instalar num bairro suburbano mais distante como Ilanópolis, onde tem mais negro. "Negro da Zona Sul frequenta salão de branco", critica. Ao contrário dela, João Pedro do Afonja, instalado numa cobertura na avenida Princesa Isabel, entre o Leme e Copacabana, não discrimina os brancos. "Superiores", preconceitos, brigando e chegando lá. Os dois salões fazem relaxamentos em cabelos encrespados, e todos os tratamentos ou usando produtos americanos, como dos negros do Harlem — Daisy procura multinacionais para fabricarem no Brasil os produtos dos negros americanos e eles "algum que não há mercado, esquecendo-se que 85% dos brasileiros são negros — ou segretas fórmulas caseiras, como a de João Pedro.

Daisy atende, em seu Afro Dai, negros, ilustres e desconhecidos. Do ator Milton Gonçalves a famílias suburbanas intermédias, João Pedro é o preferido dos jogadores de futebol e Cláudio Adão é cliente preferencial. E até as brancas aderiram ao seu salão, como Cristiane Tortoni, Maria Zilda e Monique Evans, que faz todos seus apliques e implanções no Afonja. V.S.

No texto nota-se a presença do estereótipo, na tentativa de supervalorizar este segmento.

"Negro é lindo.  
Já dizia Jorge Ben.  
Black is beautiful. Principalmente as negras,  
lindas, altas, esculturais. Como se viu no Car  
naval. Como se vê nas revistas (...)"

(Jornal da Tarde, 21/04/1988. Modo de vida)

Neste texto, observa-se que o redator cria um modelo de mulher negra. Ser negro é lindo, porém existe um padrão quase que fantástico para esta beleza: alta, escultural, como se viu no carnaval. Porém, no carnaval do Rio de Janeiro apenas a mulata tem sido valorizada como padrão de beleza e sensualidade da raça negra. Portanto, o padrão de beleza feminina negra para este jornal é o da mulata, próximo da sensualidade. O texto, em um primeiro momento tem contornos progressistas, transformadores, porém ele acaba caindo no senso comum e estereotipa o negro.

Outra valorização enquanto estética negra destacada pela imprensa foi a crescente onde de penteados africanos.

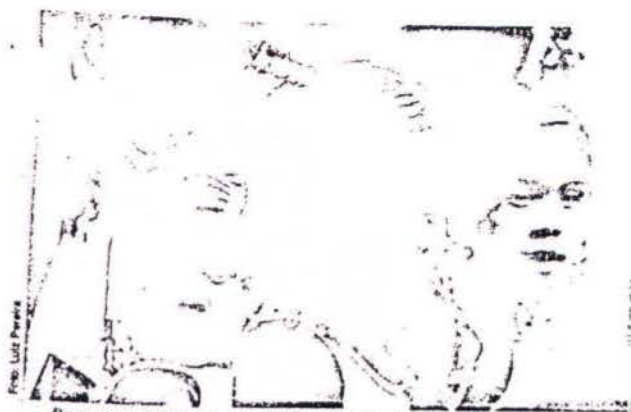
"O pente de ferro e a chapinha quente, que as negras baianas usavam desde o início do século para esticar o cabelo, estão sendo abandonados. Preocupadas em assumir sua origem cultural e racial, as negras baianas estão aderindo em número crescente às tranças africanas. Por causa disso, estão desaparecendo as tabuletas de 'alisa-se cabelo', substituídas pelas que informam 'faz-se tranças'."

(Jornal do Brasil, 18/12/1988. Baiana não estica mais o cabelo)



"A negra do cabelo duro não espicha mais os cabelos. Ela preferiu assumir sua verdadeira identidade e passou a usar tranças e penteados afro em lugar da obrigação de ter que passar ferro nos cabelos. Foi uma moda que pegou e está firmando-se cada vez mais, principalmente entre os baianos que assumem sem preconceito a sua negritude."

(A Tarde, 30/11/1988. A transa na Galeria Solar Ferrão)



Para as trançadeiras, não há limite de idade para "fazer a cabeça"

## A transa da trança na Galeria Solar Ferrão

A negra do cabelo duro não espicha mais os cabelos. Ela preferiu assumir sua verdadeira identidade e passou a usar tranças e penteados afro em lugar da obrigação de ter que passar ferro nos cabelos. Foi uma moda que pegou e está firmando-se cada vez mais, principalmente entre os baianos que assumem sem preconceito a sua negritude.

Para quem quiser observar de perto como são feitos os novos penteados e até mesmo trançar os cabelos, uma boa oportunidade é a Exposição e Oficina de Penteado Afro-baiano, que está acontecendo, desde a semana passada, na Galeria Solar Ferrão (Rua Gregório de Mattos, 45, Pelourinho), de segunda a sexta-feira, das 13 às 19 horas.

A mostra foi aberta no último dia 22 e se estenderá até o final desta

semana, com exposição de 60 fotos de penteados e a participação de trançadeiras da Central de Cabeleiros Afro do Pelourinho, que estão dando demonstrações grátis da arte de trançar. O evento está atraindo dezenas de pessoas diariamente, principalmente turistas, que se mostram curiosos com a habilidade dos profissionais e com a variedade de técnicas com que arrumam os cabelos.

Segundo a trançadeira Conceição Santos, o trabalho não é muito difícil e, com um mês, pode-se estar bem prático, informando que para cada ocasião existe um penteado diferente. A época em que as trançadeiras mais trabalham é em véspera de festas na área do Centro Histórico de Salvador, quando as garotas preocupam-se em apresentar novidades em penteados, o que também ocorre no Verão.

(A Tarde, 30/11/1988)

## Os penteados afro estão em moda

A negritude está em moda, e os penteados afro estão na moda. E assim está em festa, na Galeria de Arte e Música, do Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural da Bahia (IPAC), onde, desde ontem, está acontecendo uma oficina de penteado afro-baiano, em paralelo a exposição de 50 fotografias sobre o tema. Durante 15 dias, os interessados poderão conhecer os meandros da arte de fazer a cabeça, a moda das tradições africanas, hoje arraigadas, mais do que nunca, nas manifestações culturais de baianos e brasileiros. O evento é parte das comemorações da Semana da Consciência Negra, iniciada no dia 20 passado, ocasião em que se promoveu o "Dia Nacional da Consciência Negra". A organização é da Coordenação de Documentação, Divulgação e Promoção Cultural do IPAC, chefiada por Karina Issa, com o apoio do Projeto Cultural Cantina da Lua.

A arte de se trançar os cabelos crespos das mulheres negras teve início no final da década de 70 e ganhou impulso e quase total adesão nestes anos 80, significando uma retomada das tradições ancestrais do povo baiano, de maioria negra e descendente de africanos. Ao lado da explosão musical que ora agita a Bahia, também ela originária dos batuques e dos cantos carnavalescos de inspiração afro, esse penteado todo especial representa uma mudança da mentalidade do negro, que "passou a assumir sua identidade cultural e transar sua beleza, principalmente nos cabelos, que ganharam formas novas" e com os adornos mais diversos, como citou o jornalista Chico Araújo, assessor de imprensa do IPAC. De acordo com ele, "hoje, os ferros de espichar deram lugar as trançadeiras, o que originou uma nova atividade para os cuidados com a estética".

### BAHIA AFRICA

Segundo o diretor do IPAC, o antropólogo Ordep Serra, a Bahia é muito mais África que tudo, e até o próprio governador Waldir Pires reconheceu a ligação umbilical do estado com o continente negro. Ordep discorda que esteja havendo uma "africanização" da Bahia. O que há é o resgate do valor cultural africano, que antes era tido como secundário. Hoje, essa bobagem, esse preconceito foi superado. No que se refere a arte dos penteados afro, Ordep Serra afirma que se trata de uma manifestação da sabedoria estética extraordinária.

(A Tarde, 23/11/1988)

ROSE ESQUENAZI

Os negros não sentem mais vergonha de seus cabelos. Antos chamados de pixaim, os encarapinhados são agora motivo de orgulho. Em salões que beiram ao luxo ou em outros mais modestos. Deuns de algumas horas, sabem com certas incrementações, permanência espacial. Mesmo quem tem fios curtos, ganha longas tranças ou novos penteados graças a implantes feitos com material artificial. Aos poucos se aposentam os ferros de alisar, os hênis, o maço da tina e o preconceito do cabelo duro.

## Um penteado por C\$20 mil

Para fazer bonito "como a cantora Alcione", o empresário doméstico Altonio Graças Maurício leva que fazer alguns sacrifícios. Contratou um empregado para substituí-lo na missão. Desembolsou C\$20 mil e passou 36 horas dentro de um cabeleleiro em Copacabana. Missão: criar em longuíssimas tranças para "esta amanda, adoranda. Adaptar o mesmo cabelo. Durante a noite, não quero ver pente na minha frente", conta Altonio dos Graças, implantando conexão no Salão Pai Anacleto, de Regina Betzano da Silva.

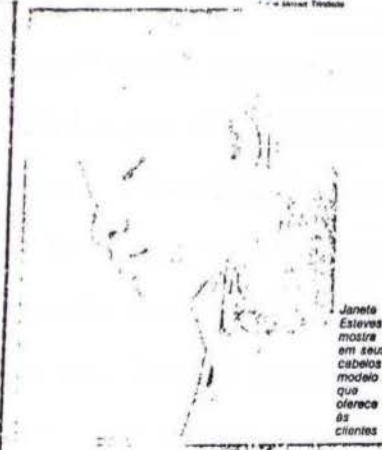
Aquilo mesmo saído há quem não é a volta os olhos. Sueli Françoise também não se dá a volta. Ela é a cabeleleira Cláudia José Lemos e a mulher, usada para esticar ou enrolar cabelos (curtos), em seu salão, sem revelar a sua profissão, a frequência tem manter as aparências. Não quer deslazar de aparência, mas gosta de variar os penteados. Cláudia não perdoa. "Tenho anos que não quero assunção", afirma o cabeleleiro. As assunções são apenas um reflexo de uma mudança maior. As mulheres negras, com anos de sofrimento de várias maneiras — começam a sentir que também é bonito носить cabelos crespos. Mesmo que use qualquer outro tipo de estilização.

### RECETA DE SUFFLE

O tema de João Pedro e Antônio Mussi é ser contra qualquer tipo de preconceito. Desde 1978, quando inauguraram o Salão Altonio, vêm brigando para que as mulheres negras

escuçam os ferros quentes, os hênis e o saúdo do liso. Na década de 70, João investiu alguns salários franceses que se dedicavam exclusivamente a uma clientela negra. Ao voltar de uma viagem de 8 anos (em parte ganha como prêmio do concurso Você também conta em francês, no programa Flávia Cavalcanti), João encontrou a preconceito geral e abriu um pequeno salão no Shopping Center de Copacabana. "As mulheres negras mereciam um lugar decente e não aqueles bordinhos mínimos onde se sentavam em bancos de madeira", lembra o dono do Altonio. Para aprender as técnicas de implante, ele teve que esperar como Diana Ross e Uxiana Summer se preparavam em seus próprios salões. Assimilou a técnica, passou a aplicá-la primeiro em Adelaide Fátima e Antônio Pompeu. O sucesso foi tão grande que rapidamente conquistou toda a elite negra carioca que, por sua vez, levou João a procurar um espaço maior.

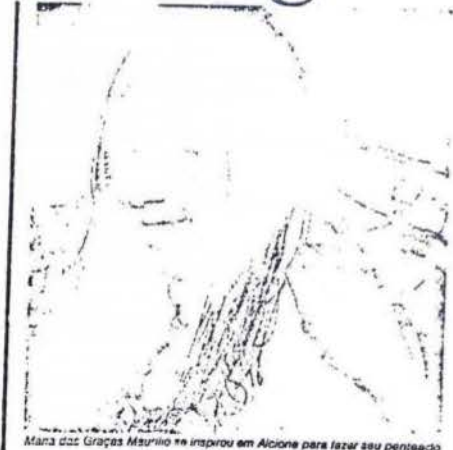
No lense, num supermercado, João e Antônio, junto com profissionais de primeira, aprimoram todos os dias materiais e novas técnicas. No começo, usavam fios de algodão, vieram os buziós, bolas multicoloridas e pães. "As mulheres entravam aqui às 9 horas e saíam à meia-noite. Não havia calafino e água mineral que chegasse", lembra o cabeleleiro. Preparando-se para fazer implantes com fios coloridos e dominando os cortes assimétricos, o Altonio reduziu o tempo de trabalho e parece mais um cabeleleiro das Nações Unidas. "A empregada se senta ao lado da cliente e num minuto está fazendo receita de suffle", conta o ex-cantor, branco, mulato e negro disputam agora uma maneira de serem bonitos sem distanciar de toda a beleza natural. Nesta com seus cabelos encarapinhados.



Janete Esteves mostra em seus cabelos o modelo que oferece às clientes.



Para completar o penteado, os cabeleleiros usam outros aparatos.



Mãe das Graças Maurício se inspirou em Alcione para fazer seu penteado.

## Inspiração nos antepassados

A cabeleleira Emi Cruz reclama que "todo mundo quer ser dono do anjo". Mas os verdadeiros pais das tranças africanas são mesmo "os nossos avós", garante. Emi lembra que sua mãe e avó faziam tranças do mesmo jeito que ela faz agora em suas clientes. "Está no sangue". Hoje, existe até curso de trançamento, totalmente desnecessário para os profissionais-natos. "Bonito agora é usar o próprio cabelo, desde que esteja cuidado", diz Emi. Um bom corte, uma massagem e até um chininho gelado são recursos indispensáveis. Emi não gosta, porém, dos implantes, que mimscaram a textura natural. No seu salão no Itaquá, e a ainda enfrenta certa resistência das senhoras idosas que preferem o alisado. Mas, nos jovens, descobre locais exigentes e ultra valiosos. "As mulheres negras são muito charmosas e ficam bem com qualquer cor. A pele ajuda muito", explica. Na final da década de 50, "quem não tinha cabelos lisos não estava na moda", conta a cabeleleira. O tempo passou, surgiu a onda black power provocando uma verdadeira revolução. Depois vieram os tranças, os implantes e agora os cortes assimétricos e os permanentes. Emi sabe a que diz: "Primeiro mudou o rotacion da mulher negra, depois mudaram os cabelos".

Alcione sempre com a pé-d'água na cidade. "Chovia e o nosso cabelo encolhia." Num salão modesto na Praça Cruz Vermelha — o Salão Cotrina — Maria leva sua filha para fazer cabelos parecidos com o da cantora Alcione. Duração do trabalho nas tranças porque a pequena filha não quis. Ah, a espera no assunto de implante é Maria Juliette Fernandes, que cobra C\$12 mil para fazer cabelos parecidos com o da cantora Alcione. Duração do trabalho nada menor do que 3 a 7 dias. "Mas é prático, depois não precisa pentear o cabelo e o penteado está sempre na moda. Os avós não usam esse tipo de recurso como se fosse uma roupa", afirma.

No Ance Cabeleleiro, em Copacabana, Wilson Rubens de Almeida cuida do visual dos homens do norte, segundo ele mesmo diz. Por enquanto só tem serviço de sextos e sábados. Nos outros dias, o cabelo do salão é outro e ainda não descobriu a que são seus entranças (cabelos em camélias, tranças, que custam C\$30 mil) e os implantes com fios naturais. Num bico de argola e de péchadas e sumado. Altonio dos Graças senta-se uma la mba tribal. Dois profissionais mais qualificados e assim a empregada doméstica dura de lobo e rinha e só pensa em se divertir com a nova aparência. Não basta esquecer — de propósito — um amigo e pessoal instrumento de tortura. Seu veino pente.

### Onde se embebezar

- Altonio — Av. Princess Isabel, 254/C02 Tel: 541-9349
- Pai Anacleto — Av. N. 5° de Copacabana, 610/214 Tel: 235-5371
- Maria e Emi — Rua Major Avila, 45/490 Tel: 234-9967
- Arte Instituto de Beleza — Rua Barata Ribeiro, 391/209 Tel: 235-1047
- Santa Cotrina — Av. Henrique Valadães, 77.

( O Dia, 12/07/1988)

# Baiana não estica mais o cabelo

SALVADOR — O pente de ferro e a chapinha quente, que as negras baianas usavam desde o início do século para esticar o cabelo, estão sendo abandonados. Preocupadas em assumir sua origem cultural e racial, as negras baianas estão aderindo em número crescente às tranças africanas. Por causa disso, estão desaparecendo as tabuletas de "alisa-se cabelo", substituídas pelas que informam "faz-se tranças".

O uso de penteados africanos pelas baianas começou timidamente há 15 anos, quando o bloco afro Ilê Ayê — formado exclusivamente por negros — saiu pela primeira vez no carnaval de Salvador. Muitas das suas integrantes

desfilaram com os cabelos trançados, em penteados exóticos, como os das africanas. A partir daí, as tranças passaram a compor um estética nova, que valoriza os traços característicos da raça negra.

— Aquele foi nosso primeiro carnaval. As tranças acabaram ficando, como símbolo de resistência da nossa cultura, e, ao mesmo tempo, de valorização da beleza da mulher negra — conta Hildete Santos Lima, diretora do Ilê Ayê e primeira trançadeira da Bahia.

No começo, as tranças eram usadas quase exclusivamente no carnaval e em outras festas populares baianas. Mas, aos poucos, elas foram sendo incorporadas

ao dia-a-dia. Hoje, Hildete chega a atender mais de 10 clientes por dia e cada penteado pode demorar até três horas, a um custo de que varia de C\$1.000 a C\$5 mil, dependendo de sua complexidade.

O presidente e fundador do Ilê Ayê, Antônio Carlos dos Santos, o Vovó, acha que, além de serem um símbolo de resistência, as tranças constituem uma alternativa estética para a mulher negra, "um sinônimo de elegância".

— Quando me perguntam o que um negro e uma negra devem ter para serem bonitos, eu sempre respondo que, em primeiro lugar, devem ser negros. É comum se cobrar da gente nariz afilado e lábios finos, como pré-requisitos para

sermos considerados bonitos. Com os cabelos das mulheres negras ocorria o mesmo. Eles tinham que ser lisos, a qualquer custo. Agora, isso mudou — diz Vovó.

Lenita Santos, que há 20 anos faz alisamento de cabelo, conta que hoje, em dias de sorte, aparecem três freguesas. Há 10 anos, nas épocas de festa, ela não tinha tempo nem para almoçar, tão grande era o movimento. Além disso, Lenita tem no filho Renato, de 15 anos, um crítico de seu trabalho. Renato, admirador de Bob Marley e Peter Tosh, acha que esticar os cabelos é uma traição aos ideais da negritude.

(Jornal do Brasil, 10/12/1988)

Esta valorização da estética negra nos jornais apresenta como característica um ponto fundamental: a africanização do segmento negro brasileiro, na suposta tentativa da busca da identidade. Este tipo de discurso que é ao mesmo tempo de valorização, também pode ser interpretado como de confinamento. Se busca em uma África idealizada (a África é um continente culturalmente, politicamente e socialmente complexo) o modelo negro brasileiro. Enquanto se busca as raízes africanas, o negro brasileiro pode estar sendo excluído da vida brasileira e da identidade nacional.

É importante observar que este discurso se torna tão presente em 1988 que chega mesmo a ser aprovado um projeto de lei que obriga o ensino de história da África no país. Mais tarde, em 1992, se falava em incluir não mais a história da África, mas o estudo das relações raciais e do racismo nos currículos escolares.

## Câmara aprova projeto que obriga ensino de história da África no país

Do Sucursal de Porto Alegre e da Reportagem Local

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei do deputado federal Paulo Paim (PT-RS) que torna obrigatória a inclusão do ensino da história geral da África e história do negro no Brasil no currículo do ensino público e privado, desde o 1º grau até a universidade. A intenção do deputado é que "a verdadeira história da raça negra seja contada nos bancos escolares, porque até agora ela vem sendo deturpada. Antes de ser transformada em lei, o projeto precisa ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente da República. O projeto determina que o Ministério da Educação caberá elaborar o programa das disciplinas, considerando os diversos níveis escolares. Uma vez sancionada, a lei deverá ser regulamentada em 120 dias pelo presidente.

O deputado, que com mais três parlamentares integra a "bancada

negra" no Congresso, disse acreditar que a introdução das novas disciplinas será "uma das formas de combater o racismo, que é muito contundente no Brasil". Ele afirmou que, se "a verdadeira história" for contada, os alunos terão desde cedo a oportunidade de formar uma ideia "mais precisa e menos preconceituosa" da participação do negro na sociedade brasileira.

Paim disse que "de nada adianta apenas fazer leis contra o racismo, se não houver uma mudança a nível de educação". Segundo ele, na cidade de Bagé (RS), a história do negro já faz parte das disciplinas de história e moral e cívica nas escolas de 1º grau, em consequência de sugestão do movimento negro local.

A falta de estrutura curricular sobre o tema no ensino brasileiro é um dos problemas apontados pelo diretor do Centro de Estudos Africanos e professor da USP, Fernando Albuquerque Mourão. "Temo que, para se cumprir a lei, sejam criados cursos ultrarápidos, superficiais. A

África e o negro merecem ser tratados sob um ponto de vista universalista.

O professor de história contemporânea da Universidade São Paulo (USP) Nicolau Sevcenko acha que há um perigo em se adotar essa reflexão através de medidas compulsórias. "Isso poderia gerar no estudante o efeito oposto, indispondo-o sobre o tema, se ele for tratado de forma didática e obrigatória, sem os cuidados e a seriedade necessários." Apesar disso, ele julga a medida relevante.

O professor do Departamento de História da Unicamp (Universidade Campinas), Marco Aurélio Garcia, não acha que novas disciplinas possam solucionar a questão do racismo em relação ao negro na sociedade brasileira. "O projeto não pode ser encarado como uma panaceia mas, do ponto de vista intelectual é importante, porque vai ensinar uma discussão sobre o tema. A partir de agora o racismo não poderá ser mais escondido."



O deputado Paulo Paim.

LUIS CARLOS S. SANTOS

A discussão acerca da disciplina História da África é uma realidade em todo o mundo desenvolvido. Após a Segunda Guerra Mundial, tal disciplina ganha autonomia e respeitabilidade tanto na Europa Ocidental quanto no leste europeu, EUA e URSS e no bojo da mudança da mentalidade criam também seus centros de estudos africanos.

No Brasil, na década de 60, surgem os centros de estudos africanos na USP, na Universidade Federal da Bahia e no Instituto Cândido Mendes do Rio de Janeiro.

A aprovação pela Câmara dos Deputados de um projeto de lei tornando obrigatório o ensino da História da África e da História do negro no Brasil, desde o primeiro grau até a universidade, recebe uma crítica violenta por parte desta Folha. Entendemos que tal crítica não se baseia em uma análise crítica do desenvolvimento progressista e modernizador das relações humanas. O Brasil, por ser o segundo país no mundo com população de descendentes africanos, deve ter um ensino da história abrangente, que não se resume só à herança européia. Daí a importância da lei aprovada na Câmara.

O historiador da África, Joseph Ki-Zerbo, encerra essa discussão: "...é impossível haver bons historiadores de História da África, se desde a escola primária e secundária os jovens não têm às mãos compêndio de história africana..."

O ensino da história nos 1º e 2º graus passa por uma crise. Existe uma falta de convicção se o ensino-aprendizagem é verdadeiro ou falso, tanto o professor como o aluno questionam os conhecimentos nesta área.

A disciplina História da África já é uma realidade em duas cidades brasileiras, a saber, Salvador (BA) e Bagé (RS). Falta, portanto, estender às demais.

O ensino da História da África tornou-se atraente. Existe um público de gente jovem em busca de seu

patrimônio, de gente que quer compreender melhor o que se passa, compreendendo o que se passou.

Hegel, na sua "Filosofia da História", afirmava: "A África não é um continente histórico: não apresenta nem mudança nem desenvolvimento" e os negros "são incapazes de se desenvolverem e de receberem educação. Assim, como os vemos hoje é como eles sempre foram".

O povo negro está determinado a mudar essa visão a seu respeito e quer se desenvolver. Por isso o deputado Paulo Paim está de parabéns pela lúcida iniciativa.

Existe uma volumosa bibliografia acerca da história da África. A URSS, os EUA e a França se destacam entretanto. Porém, a obra mais contundente é a história geral da África, patrocinada pela Unesco, tendo alguns volumes já traduzidos para o português.

O historiador Ki-Zerbo nos diz mais sobre o ensino da história da África: "...as expressões Idade Média e Renascimento não terão, portanto, o mesmo sentido para a nossa história. Da mesma maneira, as datas da Magna Carta, das revoluções Americanas, Francesa e Soviética, por muito significativas que sejam para a história universal, não podem servir de marcos específicos para a história africana. Essa história deverá ter as seguintes fases: (1) — As Civilizações Paleolíticas; (2) — A Revolução Neolítica; (3) — A Revolução dos Metais; (4) — Os Séculos de Reajustamento; (5) — A Ocupação Européia; e (6) — A Independência.

Portanto, as condições estão criadas, resta lançarmo-nos ao mar tormentoso para desembocarmos nas águas calmas da democracia brasileira.

LUIS CARLOS S. SANTOS, 30, é graduado em história pela Universidade Federal da Bahia e membro do Conselho da Comunidade Negra da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

(Folha de S. Paulo, 07/10/1988)

Nos textos são destacadas a importância da África e a necessidade de se colocar esta história nos currículos. No entanto, os redatores não ampliam o fato, confrontando opiniões sobre o processo para a aplicação desta lei e a possibilidade real de transformação social do negro a partir deste mecanismo. Em 1991, este tema voltaria novamente a ganhar destaque na imprensa a partir das constatações da Universidade de Dacar, no Senegal, de que o início da civilização teve origem na África,

o afrocentrismo, que designa tanto uma concepção da História quanto uma filosofia, até mesmo uma forma de vida.

"No mundo das atividades práticas, o afrocentrismo obrigou diversas universidades a reformularem seus currículos e subverteu a pedagogia do sistema educacional público do Estado de Nova York. Depois de reconhecer a existência de uma 'opressão intelectual e educacional' sobre as minorias étnicas, o governo mudou a agenda dos seus cursos de estudos sociais. Não passa pela cabeça de um professor falar em 'selvagens', 'tribos', 'pigmeus' ou 'feiticeiro'. Nem pela de um editor publicar livros didáticos em que todas as famílias felizes e bebês Johnson são brancos."

(Revista Veja, 25/09/1991. As vozes da África)

Esta busca de identidade negra na África é apresentada nas notícias dos jornais, que destacam o desejo da população negra de até colocar o nome dos filhos em dialetos e idiomas africanos.

## Juiz manda registrar o nome africano

**RIBEIRÃO PRETO  
AGÊNCIA ESTADO**

Nelson Nogueira conseguiu ontem registrar seu filho recém-nascido com o nome de Bin Bunura, apesar de o Cartório de Registro Civil de Vila Tibério, em Ribeirão Preto, ter-se negado, dias atrás, a atender o pedido do pai. O juiz Ricardo Braga Monte Serrat determinou ao cartório acatar o nome — que significa "seja bem-vindo" no idioma da Guiné-Bissau.

O pai do bebê é membro do Movimento Negro Unificado e participa do candomblé, mas não conseguiu convencer o escrivão Oscar Pais de Almeida a aceitar o nome Bin Bunura dos Santos Nogueira. Almeida recusou-se a fazer o registro com base na lei que o autoriza a rejeitar nomes considerados ridículos. Mas diante da determinação do juiz, o escrivão teve de voltar atrás.

"Nelson tem o direito de escolher um nome de origem africana para seu filho", disse o advogado Luís Carlos Bento, líder do Movimento Negro. Ele considerou a atitude do escrivão "uma forma inconsciente de discriminação racial".

(O Estado de S. Paulo, 16/04/1988)

CARLOS NOBRE

**N**A África, quando um bebê nasce, o pai tem 1 semana para escolher o nome do filho. No mesmo dia, há uma grande festa no lar com a realização de rituais de louvação pelo sacerdote. O pai levanta o filho e sussurra três vezes ao seu ouvido o nome escolhido. A mãe, como a resista do filho, é o último a saber o nome. A criança, através do pai, recebe o histórico das antepassadas. Com o encarnamento dos rituais, o pai leva o filho batizado para um local ermo e lhe diz que aquele céu é a única casa maior que ele.

Os rituais místicas das famílias africanas comemoram a ganhar adeptos entre as nações africanas. Para reforçar sua identidade cultural, as famílias negras estão batizando os filhos com nomes de línguas africanas. Esse ritual acontece entre milhares de movimentos negros, que vêem nisso o avanço das organizações negras no luto contra o racismo. Com os estudos de dialetos africanos e do luto contra a discriminação, os negros investem na cultura de seus antepassados.

**OS MANDELA**

O batismo com nomes africanos é também um fenômeno político. O Ipeacy (Instituto de Estudos) da Língua e Cultura Yorubá tem registrado, por exemplo, crianças batizadas como Winnie e Nelson Mandela. Na cidade de Ilesha, negros africanos que lutam contra o regime de apartheid. Nelson Mandela está há 25 anos encarcerado numa prisão da África do Sul por lutar contra o apartheid entre negros e brancos.

Pora e o nome social William Prosser, cujo filho de 1 ano e 8 meses recebeu o nome de Ani (de um dialeto do Zâmbia), os negros caracóis "estão resgatando com nomes africanos uma identidade estatística. Minha próxima filha será chamada de Namibia, uma homenagem aos negros que lutam pela independência dessa pais africana".

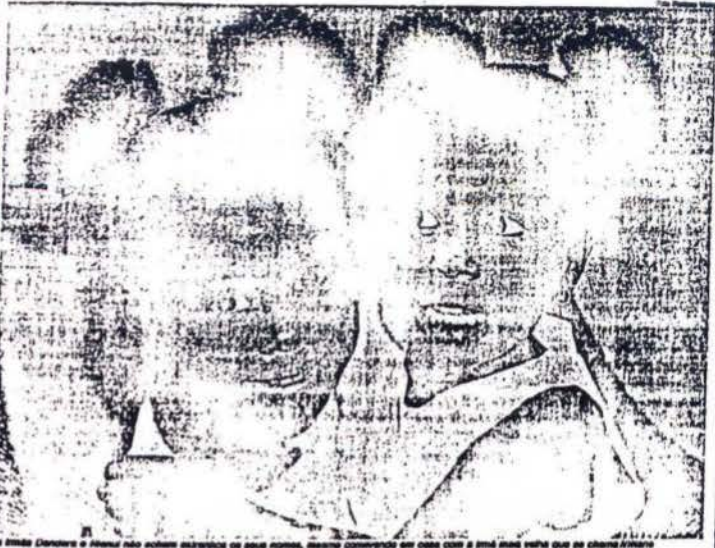
Durante a gravidez, lembra a antropóloga Maria Beatriz da Paula, mãe de Marlene Sobi (papel, no dialeto do Congo, 2 anos, e Moji Eju (papel, mesmo quando 8 meses, sua família usava para não batizar os filhos "com aqueles nomes estrangeiros"). Ela havia lido livros de línguas yorubá (nigéria) e tomava consciência da realidade negra no Brasil.

— As pessoas pensam que só o batismo com nome europeu vale como o difícil para o negro lutar pela sua cultura. Acho que chegou o momento de se parar de registrar os dialetos locais pelas mãos antropologistas. Também não adianta batizar nome só por modismo. Quando você põe um nome africano, está assumindo uma grande responsabilidade social, alerta Beatriz.

**KAYODE E MAJILI**

Lider comunitária no bairro do Andaraí, Jurema Batista conta que há 10 anos não tinha ainda uma refinada consciência negra, e por isso, sua primeira filha foi batizada como Viviana, de origem europeia. Com o avanço dos lutos do movimento negro, ela mudou o nome da filha, e suas duas últimas filhas receberam o nome de Dandara (uma homenagem à mulher de Gongo Luiz, um dos líderes do Quilombo dos Palmares), 3 anos, e Majili, de origem diomá, nomeado de um nome que é "Negro ou Dama? Majili significa a mãe linda das princesas do mundo".

O mais recente bebê batizado com nome africano nasceu em Acari, no Parque Colúmbia. Segundo o pai, o fotógrafo Carlos Eduardo Batista dos Santos, o filho, o bebê batizado de Kayode, mensageiro do paz na língua yorubá, 26 dias, foi discriminado no Hospital Getúlio Vargas, no serviço de Pediatra. "A pediatra que fez o plantão nos segundos, quarto e sétimo dias que não era necessário o tradicional exame



As irmãs Dandara e Majili não sabem exatamente os seus nomes, mas são conhecidas por isso com o pai e mãe mais velhos que se chama Aníbal.

# ORUKO MI NI ODARA

Isto quer dizer "Meu Nome é Bonito" na língua yorubá, uma certeza que está levando os negros, cada vez mais, a adotar nomes de origem africana



## Uma lista de sugestões para quem espera bebê

Uma das maneiras encontradas pelo senhor de escravos para apagar a identidade do negro era substituir seu nome africano por um nome português. Isso facilitava o esquecimento da terra africana pelo escravo e destruiu suas referências culturais. Alguns escravos reagiram ante à imposição, mas com o passar do tempo, todos, contra a vontade, adotaram nomes portugueses. Se você estiver interessado em nomes africanos, pegue uma relação inventada pelo movimento negro.

NOMES MASCULINOS				NOMES FEMININOS			
NOME	ORIGEM	SIGNIFICADO	ORIGEM	NOME	ORIGEM	SIGNIFICADO	ORIGEM
ADDÁ	Yorubá	Sol nascendo	ADAN	ADAN	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
HODAR	Yorubá	Dignidade	ADAYAK	ADAYAK	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
HUSAR	Yorubá	Homem belo	ADIA	ADIA	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
JAHN	Yorubá	Dignidade	ADU	ADU	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
KAMAR	Yorubá	Sonando do guerreiro	ADUKA	ADUKA	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
MAGDO	Yorubá	Sonando do guerreiro	ADUN	ADUN	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
MAZI	Yorubá	Sonando do guerreiro	ADUN	ADUN	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
NASSOR	Yorubá	Sonando do guerreiro	ADUN	ADUN	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
NURU	Yorubá	Sonando do guerreiro	ADUN	ADUN	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
OSU	Yorubá	Sonando do guerreiro	ADUN	ADUN	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria
ADE	Yorubá	Sonando do guerreiro	ADUN	ADUN	Abomani	solstício feliz	Yorubá/Nigéria

do pé por via a manina era preso", recorda E-Du.

Houve também dificuldades em registrar o primeiro nome. Em algumas vezes, o nome de África através de nomes como uma luta pela descolonização das consciências oprimidas. Quando se movimentam os negros armados espalhados em europeus da Argélia, Angola e Moçambique, também se tentou um retorno da origem, o busca pelos nomes originais — explica E-Du, administrador do pensamento das ideias africanas Amílcar Cabral e Samora Machel.

**ADDÁ E DARA**

Um dos precursores na africanização dos nomes no Rio de Janeiro foi o escritor e crítico Domingos Olímpio da Silva, acadêmico que e fenômeno atingiu outros países do País. "Quando os meus filhos eu trizer, mais nomes africanos darei", afirma. Há 10 anos, militante do Movimento Negro Unificado, Domingos, participou de elaboração de uma lista de nomes africanos. Hoje, seus filhos Addá, 9 anos, e DARA, 8 anos, e mais três na língua yorubá, segundo ele, são completamente desconhecidos aos nomes.

— Para mim, a brasilidade do negro passa hoje por um retorno à cultura de nossos avós e bisavós. Isso implica um luto contra o racismo e a colonização cultural. Com os nomes africanos, estamos resgatando uma identidade que chama de africanidade e nos queremos alguns estudiosos, afirma E-Du. Um professor e crítico social, Wilson Prudente, cujo primeiro filho (já falecido) chamou-se Língoa Mandé.

Pora E-Du, entretanto, acredita apenas uma busca por uma cultura afro-brasileira, porque o Brasil é o segundo país do mundo em número de descendentes de africanos. Um quinto dos povos da América Latina, especialmente no Brasil, por exemplo. Cujos filhos não é só descendentes de negro. Mesmo que o imperadorismo pegue um monte de descendentes de gente, temos a capacidade de reconhecer e dar o valor por eles", afirma E-Du.

**A**mó é Kenya, nome de um país africano. Os filhos são Amwenwanga, 9 anos, negociado de um antigo escravo de Gômbô, e Aina, formada de empregada doméstica de um personagem negro do romance A Casa dos Assis, de Antônio Diniz. Eles formam, no Rio, a única família negra com nomes africanos e sabem o maior orgulho dessa própria identidade negra.

Tudo se foi possível porque o movimento social Kenyas, o do bairro de Melo, 27 anos, é filho de milhares negros do final dos anos 50 e início dos anos 60. Seus pais, Willy e Aina, artista plástico e arquiteta, e mãe Lidia Garcia, professora de música, conheceram no Renascença Clube, no Andaraí, por coincidência um dos primeiros clubes de negro do Rio.

A família ganha mais consciência cultural porque o próprio Renascença Clube teve como fundadores Gómbô e Aina, avós de Kenya, e também militantes do movimento negro. Os irmãos de Kenya também foram contemplados pelos pais com nomes africanos: Inaci, Luana e a caçula de gêmeos Luana e Isia.

Grande parte de nossa vida — explica Kenya — foi passada em Brasília, onde fomos morar. Meu pai, Willy de Melo, fez parte do grupo de opositores de Oscar Neimyr, que se preparava para construir a Cidade. Hoje, ele está exilado e trabalhamos para o retorno dele. Como eu, meus pais, recebemos apoio, encontramos sérias resistências para batizar a gente com nomes africanos.

As crianças Amwenwanga e Aina, segundo ela, já superaram no escola o "estranhamento" devido aos nomes. Elas são filhas de um dos milhares negros do grupo "50 Nô do Estivo", e para Kenya, não seria difícil de assumir sua condição de negro.

Em outras situações, porém, quando se menciona a estética do negro referindo-se às características fenóticas), em matérias de jornais, percebe-se a presença do estereotipo. Geralmente os jornais mencionam apenas o padrão de beleza negra feminino, não levando em conta a beleza masculina. Isto talvez esteja associado à própria característica dos eventos que promovem concursos de beleza para mulheres, reproduzindo o mesmo modelo e critérios de grupos não-negros.

É interessante notar também a confusão que os redatores fazem ao mencionar a tonalidade da pele e negritude, quando abordam a estética negra.

"Um tremendo baile, com as mais belas negras e mulatas (...)"

(Notícias Populares, 13/12/1988. Lindas negras e mulatas na briga pelo Miss colored 88)

"No próximo dia 16 (...) será realizado o Concurso Miss Colored do Brasil 88 com desfile de negras e mulatas mais belas do Brasil (...)"

(Diário Popular, 07/12/1988. Concurso elegerá a mais bela colored do Brasil)

Conforme foi tratado em capítulos anteriores, a cor da pele, segundo a ideologia do movimento e entidades negras não é o único fator determinante da negritude. O ser negro depende de um processo de conscientização política e social. Ao atribuir o grupo das mulatas e das negras, os jornais estão demonstrando desconhecer esta realidade. A mulata é negra, assim como o "pardo" e o preto, já que o termo negro envolve a origem racial e tem conotação política.

# Negra Axé eleita com muito samba

Negro é lindo. Nos anos 60, essa frase ficou famosa através das vozes dos negros norte-americanos, e no sábado à noite, na praia de Copacabana, voltou a brilhar. Dessa vez, com a eleição de Charlotte Chermont, 26 anos, para Miss Axé 88, que venceu outras nove beussumas concorrentes negras.

Colecionadora de borboletas, torcedora do Flamengo e gerente de uma confeitaria em Copacabana, Charlotte Chermont é modelo profissional, e isso facilitou sua desfiliação cênica, num sumarríssimo biquíni fio dental de bolinhas pretas e brancas. Em segundo lugar, ficou Ana Beatriz do Nascimento, seguida de Dilcélia Oliveira Avelino (3ª) e Heloisa Gabriel (4ª).

## Falta de dinheiro

Natural de Santa Maria Madalena, Charlotte usa desde adolescente o pseudônimo francês ("meu nome de batismo e segredo"), e com sua premiação ganhou uma passagem de ônibus ida-volta para Salvador, um jantar com direito a acompanhante da boate Vogue e uma bolsa de estudos em Informática do curso Ceop. A festa, com o apoio do jornal O DIA, para Chermont, foi magnífica. Ela, porém, encara a questão racial de outra forma.

— Não existe tanto racismo assim. Existe falta de dinheiro entre os negros brasileiros. Acho que a gente precisa de muita força de vontade para vencer. Eu sou gerente de uma loja e lutei muito para vencer — acredita Charlotte, que recebeu a faixa das mãos do Vereador Túlio Simões.

Em homenagem ao Centenário da Abolição, a festa começou às 19 horas com uma queima de fogos, a beira da praia, altura da Avenida Princesa Isabel, atraindo o público que mora na orla marítima. No palco, em forma da letra "T", a decoração apresentava um grande painel sobre os 100 anos. A seguir, houve a apresentação do Balé Infantil do Rio de Janeiro, integrado por 23 meninas entre 6 e 13 anos, que mostrou um espetáculo — coreografado por Gilberto Assis — sobre a escravidão nas lavouras de café. Bastante aplaudido pela multidão, o grupo, que pertence à Academia Espaço Dança, de Cascadura, vai se apresentar em junho, em Montreal, no Canadá, porque tirou em primeiro lugar num concurso de dança folclórica, em Caruaru.

## Tirou os sapatos

O público foi aos poucos se descontraído, quando subiram ao palco os sambistas do Samboteco, que desfilaram uma antologia de paródias conhecidos da massa. Na areia, adultos e crianças não resistiram e sambaram. No palco, a equipe de produção, composta em sua maioria por beussimas moças, também sambou e a euforia contagiou até o Vereador Túlio Simões, que tirou os sapatos e caiu na folla. O mesmo repetiu-se com a apresentação de outro grupo de pagode, durante mais de uma hora.

O fecho de ouro da noite ficou por conta de Nequinho, da Bela-Flor, com seu conjunto, e sambistas da Escola de Samba Tradição, que trouxe ao palco destaques, passistas, ritmistas, mestre-sala, porta-bandeira. Antes, Nequinho, todo de branco, cantou durante mais de meia hora. Depois, os sambistas da Tradição mostraram ser a nova força das grandes escolas de samba, numa bonita apresentação.

(O Dia, 16/05/1988)

## Confraria do Garoto coroa a 'Miss Pretinha'

Numa bem humorada comemoração dos cem anos de Abolição, desta vez não só num dia 13 mas também numa sexta-feira, a Confraria do Garoto, ainda festejando seu quase 13º ano de fundação (é em junho), saiu ontem pelas ruas do Centro da cidade ao som de músicas carnavalescas tocadas por sua banda. Em frente à Igreja do Rosário, coroou a Rainha do Centenário da Abolição, a modelo Fatima Juor, de 25 anos, que exibiu uma faixa de "Miss Pretinha". Escolhida na verdade numa agência publicitária por ser mulata, "a cor da não discriminação" — de acordo com o porta-voz da Confraria, Haroldo de Souza e Silva, mais conhecido como Haroldo Camaleão —, Fatima proporcionou momentos de emoção a dezenas de pessoas, erguendo nos braços o garoto Eduardo de Souza, de um ano e sete meses, que perto da igreja, nu, foi "batizado" pela Confraria como José do Patrocínio. Sob uma chuva de pétalas de rosas, José do Patrocínio chorava e Fátima, entre retratos da escrava Anastácia, bambus cruzados com o número 13 e o estandarte da Confraria, procurava consolá-lo.

Ao contrário do que se esperava, a Igreja dos Capuchinhos, na Tijuca, ficou praticamente vazia na única sexta-feira 13 do ano. Poucos foram buscar proteção para passar com tranquilidade um dia que, para muitos, é sinônimo de azar. Os frades mandaram avisar que não receberiam a imprensa porque, afinal, ontem não era dia de bênção, já que eles mantêm a tradição de só dar a bênção aos fiéis nas primeiras sextas-feiras do mês.

(O Globo, 14/05/1988)

## Miss Colored/88 mostra belas negras e mulatas

Uma festa com as mais belas negras e mulatas vai acontecer no Concurso Miss Colored do Brasil/88, no próximo dia 16, a partir das 22 horas, no salão do Garitão Danças, al. Ribeiro da Silva, 910, Santa Cecília. Durante o Grande Baile, haverá desfile das candidatas, quando serão escolhidas a Miss e as 4 princesas.

O evento, que comemora o Centenário da Abolição, terá

convidados especiais, como os Reis Momos de São Paulo e Rio de Janeiro, com as respectivas comitivas. Na ocasião, serão homenageadas diversas escolas de samba presentes. Informações e inscrições podem ser obtidas pelos tels. 270-3649, 279-2505, 228-5528, 222-8921, 35-2726, 220-0700 e 442-2502. A promoção é da Associação Renovadora dos Homens de Cor do Brasil.

(Notícias Populares, 03/12/1988)



Nestes concursos o modelo adotado para a exibição do evento é semelhante ao padrão branco para concursos de misses, diferenciando-se em dois aspectos. O primeiro é a necessidade da candidata saber samba e outro é a sensualidade que se exige das candidatas. Fora estes dois aspectos até mesmo o padrão de beleza é idêntico ao dos concursos tradicionais. Geralmente, as negras vencedoras são mulatas com traços físicos europeizados (nariz afilado e corpo esguio).

Nas matérias apresentadas, percebe-se que os concursos aconteceram justamente no 13 de maio, com exceção do da escolha do Miss Colored. Isto marca ainda mais o caráter conservador destes eventos, já que por serem eventos festivos, se confundem com a própria comemoração do 13 de maio (desprezado pelos negros como data comemorativa, desde 1977). A postura das candidatas reflete também falta de visão da questão racial no país.

" - Não existe tanto racismo assim. Existe falta de dinheiro entre os negros brasileiros. Acho que a gente precisa de muita força de vontade para vencer. Eu sou gerente de uma loja e lutei muito para vencer — acredita Charlotte, que recebeu a faixa das mãos do vereador Túlio Simões."

(O Dia, 16/05/1988. Negra Axé eleita com muito samba)

A construção das matérias induz o leitor a sentir a sensualidade do evento. Os títulos dados aos concursos também denotam o caráter conservador ("Miss Pretinha", "Miss Colored"). Os nomes destes concursos servem de inspiração para os títulos dos jornais que o destacam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o ano de 1988 torna-se necessário, muito mais que observar o seu caráter atípico (Comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil) avaliar a ambigüidade dos agentes diretamente envolvidos neste período, que foram tratados neste trabalho: o segmento negro e os jornais.

Por um lado os jornais na tentativa de noticiar e analisar os eventos, envolvendo os negros, deixaram transparecer em algumas situações, estereótipos e um discurso conservador e em outras situações, porém, foram importantes canais de denúncia de discriminação, chamando a atenção das autoridades para diversos problemas.

Os negros, por sua vez, que em muitas situações se mostravam quase que ingênuos, como por exemplo, ao evocar uma mãe-África idealizada e muitas vezes assumindo o estereótipo imposto a ele pelo restante da sociedade brasileira, viriam também a demonstrar muita força política, contrapondo-se assim ao rótulo de passivo ou alienado.

Em 1988, o segmento negro conseguiu ocupar expressivo lugar na imprensa não apenas porque se comemorava o Centenário da Abolição da Escravatura (este tema serviu como gancho), mas principalmente, porque houve toda uma movimentação político-sócio-cultural em torno do tema, o que possibilitou a migração deste grupo, enquanto notícia, das páginas policiais e de esportes (lugar historicamente reservado ao negro dentro da sociedade brasileira) para as páginas de política, economia e outras.

Os movimentos e entidades negras reassumem em 1988 o papel de lideranças através de grupos organizados como o "SOS Racismo", no Rio de Janeiro, ligado ao Instituto de Pes-

quisas de Cultura Negra (IPCN), o Movimento Negro Unificado (MNU) e outros (no total foram registrados 575 grupos negros atuantes em todo o Brasil, como foi apresentado em pesquisa do Instituto de Estudos da Religião, noticiada no jornal O Dia, de 18/04/1988). Estes grupos podem ser analisados como os elementos precipitadores de situações. São eles que interferem na velha ordem — que engrandecia o ato da princesa Isabel, como a libertadora dos escravos, ou afirmavam a existência da democracia racial brasileira — e demonstraram a insatisfação da sua condição dentro da sociedade brasileira. A manifestação desta insatisfação levou estes grupos a queimarem o retrato da princesa Isabel na Praça da Sé, em Salvador, na Bahia, durante passeata de protesto do 13 de maio; a reconhecerem "oficialmente" o seu símbolo de liberdade como sendo Zumbi dos Palmares; e a tentarem fazer valer os seus direitos através da Justiça (utilização do artigo da Constituição de que racismo é crime inafiançável); e a proclamarem a desigualdade de oportunidades entre brancos e negros dentro da sociedade brasileira. Estes temas todos associados com a movimentação mundial em torno do apartheid, fizeram com que o olhar da imprensa para o segmento negro fosse o de constatar que este grupo minoritário estava articulado e procurava a sua cidadania.

Analisando a trajetória das notícias em 1988 percebe-se que elas vão numa crescente tensão. As notícias têm início no Carnaval de 1988 (ano em que a Escola Unidos de Vila Isabel, campeã, exaltou a raça negra e denunciou a discriminação racial); continuam na cobertura de passeatas e movimentos sociais; e chegam, ao clímax, no momento em que aparecem os casos de denúncia de racismo ou discriminação racial. Nestas reportagens, os negros são os protagonistas políticos (diferente da forma como eram noticiados nas matérias policiais ou de esportes, que habitualmente reforçavam estereótipos).

No entanto, percebe-se que a imprensa (jornais) talvez não estivesse preparada para este salto qualitativo do negro. Muitas matérias jornalísticas reforçavam estereótipos, mesmo quando parecia compactuar com a luta do negro. Os trocadilhos dos títulos como "ONU põe Piquet e Senna na lista negra" (Jornal do Brasil, 15/04/1988), referindo-se a estes pilotos de automobilismo, que haviam furado o boicote contra a África do Sul, é apenas um dos muitos exemplos mencionados neste trabalho.

A dificuldade da imprensa na cobertura de eventos envolvendo o segmento negro começa na própria dificuldade dela em definir o real significado de raça negra. É comum verificar matérias que fazem os seguintes comentários: "(...) lindas negras e mulatas (...)" (Notícias Populares, 13/12/1988). Ao fazer esta construção os jornais passam a criar um outro tipo de segmento racial (mulatos e pardos), o que não corresponde com a posição política dos movimentos negros que consideram "negros" todos os descendentes de africanos.

Esta dificuldade em trabalhar com o próprio termo negro é reforçada pelos manuais de redação dos jornais, que colocam muitas especificações em como noticiar este segmento. No Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo, por exemplo, destaca-se em que situações o termo negro deva ser empregado, no mesmo item em que aponta outros termos considerados também restritivos como "palavrões e vulgaridades", "deficiências físicas", "doenças" etc.

O negro em 1988 se mostrou vigilante na tentativa de preservar a sua imagem. Naquele ano, o negro descobre a Justiça como forma de valer os seus direitos enquanto cidadão. Inclusive o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, foi interpelado judicialmente por esta frase: "(...) até os negros parecem bonitos na TV Globo".

Pode-se mencionar também um outro caso considerado

racista, que paralisou por alguns instantes as atividades do Congresso:

## Deslize

O Senador Almir Gabriel contestava ontem na tribuna um discurso de seu colega Israel Pinheiro Filho. "Parece o samba do crioulo doido", disse exaltado.

Foi o bastante. A bancada de negros, sob o comando de Benedita da Silva e Carlos Alberto Oliveira, enxergou logo uma manifestação de racis-

mo, o que, pela nova Constituição, será crime inafiançável. Foi preciso a mediação do mineiro e conciliador Ronan Tito, Líder do PMDB no Senado. Pelo visto, quando a nova Carta entrar em vigor, será preciso todo o cuidado com as expressões correntes da língua, inclusive esta, cunhada por Stanislaw Ponte Preta.

(O Globo, 30/08/1988. Panoramá Político)

A concorrência entre os veículos, na tentativa de conquistar o público leitor também constituiu um instrumento controlador na forma de tratamento dos jornais em relação ao segmento negro e outros grupos minoritários. Uma matéria jornalística atribuída como discriminatória a um determinado veículo pode ser criticada, comentada e ter desdobramento em outro veículo concorrente. Este mecanismo possibilitou também um controle.

Não restam dúvidas que a imprensa em 1988 havia transformado o seu discurso sobre o segmento negro (em reportagens de anos anteriores observou-se, não de forma sistemática, que os jornais não tinham preocupação com o segmento negro enquanto elemento protagonizador de transformação política).

1988 talvez tenha sido a possibilidade da imprensa exercitar um novo discurso sobre este segmento. Foi o momento também em que a imprensa passou a ser repensada através da reformulação da lei de imprensa e da nova Constituição. Não se podia mais noticiar de forma aleatória.

Nos jornais os negros passam a ter várias caracterís-  
ticas. Algumas vezes são tratados como grupo coeso, outras  
vezes como grupo desorganizado. Porém, existe uma coerência  
em admitir que a representação do negro nos jornais está mui-  
to distante da representação que lhe era atribuída em 1888.  
Neste período ele era colocado nas notícias como um ser pas-  
sivo, ou ao extremo, como uma ameaça social ("Esse é o caso do  
negro 'bárbaro e violento', ou do 'cativo fiel' dos anos 1880,  
ou do preto que vira negro, ou mesmo do elemento degenerador  
tão presente nos jornais nos inícios da República, e que ba-  
sicamente faziam 'par', respectivamente, com o branco vitimi-  
zado, 'bom senhor', pacífico e civilizado de tantas e tantas  
notícias." - Schwarcz 1987 : 250)

Enquanto notícia, em 1988, o negro é visto como  
cidadão, ele é colocado como o elemento que reescreve  
a sua história. Substitui a "redentora" princesa Isabel pelo  
líder negro Zumbi dos Palmares, como símbolo de liberdade e  
resistência; coloca em xeque a farsa da democracia racial ao  
denunciar a desigualdade social entre brancos e negros.

Associado a outros movimentos, inclusive internacio-  
nais (luta contra o apartheid), a movimentação negra em 1988  
não pôde passar despercebida: caminhadas e passeatas que che-  
garam a ter em algumas 20 mil pessoas, denúncias em delegacias  
de caso de racismo, encontros de grandes proporções. Isto tu-  
do consituia-se notícia, por mais insensível que os editores  
fossem, não era possível ignorar que os protagonistas desta  
história eram os negros. Vale lembrar que esta trajetória, con-  
forme mencionado, foi marcada por contradições.

No entanto, dentro deste universo de avanços e re-  
trocessos fica uma questão. Como o negro foi tratado na impren-  
sa após 1988? Como ele, enquanto grupo, se organizou após es-  
te período?

Em análise não sistemática, percebe-se que houve uma queda, de certa forma compreensível dentro do mecanismo de funcionamento da imprensa, de matérias jornalísticas sobre o negro. (1)

As matérias ainda conservam as características de denúncia, mas ao mesmo tempo há uma persistência dos estereótipos.

Conforme o trabalho de Solange Couceiro e Aparecida Baccega, que analisaram o modo como a imprensa brasileira cobriu o time de futebol de Camarões, durante a Copa do Mundo, em 1990, a imprensa tem visão ambígua do negro

Neste trabalho, as pesquisadoras constataram que o

---

(1) Conforme foi mencionado, a imprensa utiliza "ganchos" para tentar conduzir diferentes tipos de matérias jornalísticas. Desta forma, se está sendo discutido em todo o País, por exemplo, o plebiscito que definirá o novo sistema político de governo, diferentes matérias poderão ser pautadas em torno deste assunto como a formação política do povo brasileiro, a análise da crise da família real britânica (para ilustrar exemplo de monarquia) e tantos outros temas que estejam associados ao assunto principal, que é plebiscito. Repare que se colocadas fora deste contexto, estas matérias perderiam a razão de ser enquanto notícia ou sairiam isoladas. Outro exemplo, já citado anteriormente, é o caso do assassinato da atriz Daniella Perez. Este crime gerou vários outros temas periféricos como a violência contra a mulher; o machismo dos profissionais de Justiça, que atribuem à vítima feminina o estímulo para a consumação do crime; a formação de atores e vários outros temas que tiveram como gancho o caso principal. Bem ou mal, é assim que a imprensa funciona hoje no Brasil e em quase todo o mundo ocidental (países americanos e europeus). A atribuição de juízo de valor a este funcionamento não foi tratado neste trabalho. Por isso, a argumentação de que após 1988 a imprensa tenha reduzido a quantidade de matérias sobre o segmento negro é inconsistente (mesmo porque em uma rápida verificação em jornais, foi possível perceber que o negro, em menor escala, ainda continuou sendo notícia nos anos posteriores, tendo um padrão de pauta semelhante ao de 88). Esta argumentação deixa em consideração alguns fenômenos presentes na imprensa: a notícia só existe a partir de fatos; e os fatos acontecem através da atuação de personagens. Em 1988 tinha o gancho (Centenário da Abolição) e os fatos (movimentação sócio-política dos negros).



time e os jogadores africanos eram citados como sendo o símbolo animalesco de coragem e garra ou colocados como guerreiros tribais, numa alusão a uma África selvagem e guerreira, algo que na realidade não existe (só no imaginário popular).

"Na representação desses jornalistas brasileiros a África é o mundo do sonho e seus jogadores encarnam esse sonho, dando um pouco de ilusão e fantasia exótica a um mundo onde prevalecem a seriedade e a razão. a esse mundo de racionalidade os negros africanos, no entender desses jornalistas não chegaram."

(C.ouceiro 1991 : 9)

Neste movimento oscilatório, o negro também se envolve em, alguns casos, num discurso retrógrado. Foi o caso da D. Neuma da Mangueira, personagem de destaque nesta Escola de Samba, que desenvolve todo um trabalho de integração do negro, no Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro. Com a discussão, em 1993, em torno da forma de sistema político que vai governar o Brasil, ela protagoniza uma propaganda política em favor da monarquia, chegando a enaltecer e engrandecer os feitos da princesa Isabel e de D. Pedro II.

## ***Dona Neuma ainda está indecisa***

**Garota-propaganda da Monarquia diz que leu texto que lhe deram**

**EDNA DANTAS**  
Da Secusai do Rio

A abreviada da propaganda pro-Monarquia, dona Neuma, 70, da Estação Primeira de Mangueira, disse à Folha que ainda não decidiu em que forma de governo vai votar no plebiscito do dia 21 de abril. "Eu posso até votar no tal parlamentarismo republicano", afirmou.

O anúncio veiculado pela FPAI (Frente Parlamentarista Monárquica) afirmava que

Neuma, por uma questão histórica, optaria pela volta do rei. Na inserção de um minuto, ela agradece a princesa Isabel pela libertação dos escravos.

"Eu só li quer sabendo o assunto da gravação na hora em que li o texto", contou. Neuma disse que não "ganhou um tostão". Ela não sabe a diferença entre Monarquia e República e disse que só concordou em gravar o anúncio "porque não falava mal de ninguém".

Helio Bastos, secretário do

deputado Cunha Bueno (um dos coordenadores da FPAI), disse que a iniciativa de participar da campanha monarquista partiu da própria Neuma. Segundo Bastos, também foi dela a idéia de se referir ao fim da escravidão.

Os outros escolhidos para encabeçar a campanha reclamam do preconceito contra a Monarquia. "Desde a Proclamação da República, a elite se envolveu numa ideologia de progresso, vinculando a Monarquia ao retrocesso", diz o antropólogo

Otávio Velho, que quer ir à TV defender essa forma de governo.

O preconceito, travestido de gozações, já virou rotina, por exemplo, para a jornalista Gilse Campos, 45, que inaugurou a série de "spots" em defesa da Monarquia. "Tem gente que me telefona dizendo que não consegue dormir pensando no porquê da minha escolha", afirmou Gilse. O ator Hugo Carvana, 55, não admite gozações: "Eu não concordo que este tema seja levado na brincadeira."

O discurso de D. Neuma entrava em choque direto com os ideais dos movimentos e entidades negras que desde 1977 transferiram a data de comemoração do 13 de maio, para o 20 de novembro, quando se comemora a morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da luta pela liberdade e resistência. Desde esta época, o gesto da princesa Isabel é tido como o símbolo dos interesses dos grupos dominantes. Em 1988, este sentimento de repúdio à princesa se afluoravam a todo instante.

## Negros queimam retrato da princesa

### Das Securras

Remetido uma significativa parcela da comunidade negra de Salvador (BA), mobilizada pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e por dezenas de blocos afro, a "passada de protesto contra o racismo" culminou-se, ontem, em uma manifestação integrada por capoeiristas, poetas populares, políticos do PT e do PC do B. Cerca de cinco mil pessoas, de acordo com estimativa dos organizadores, seguiram do Campo Grande à praça da Sé (centro), dançando e cantando ao som de músicas dos blocos afro e gritando frases como "A princesa Isabel não libertou, o negro foi quem lutou". Durante o movimento um retrato da princesa Isabel foi queimado.

O trio elétrico do bloco Guedim foi o principal catalisador de manifestantes ao longo do trajeto (cerca de dois quilômetros), iniciada às 17h25, a passadeira teve como tema central os "100 anos sem Abolição". Segundo Wilson Santos, 35, do grupo cultural Os Negões, a representação política à passadeira realizada no EIB, antecessor, "foi um ato de arbitrariedade e uma demonstração incontestável de que o racismo existe mesmo no Brasil. Os que dizem o poder, hoje, estão sentindo o peso da mesma mobilização em todo o país. O que nós estamos fazendo é justamente ir às ruas denunciar o racismo porque a Abolição foi uma farsa".

Na praça municipal o ato com músicas e poesias foi precedido por discursos de representantes da comunidade negra e dos partidos políticos que apoiaram a manifestação. Diversos gritos de "rastafari" faziam alusão à passagem dos sete anos de morte de Bob Marley (um dos maiores ídolos negros da cidade). De acordo com Raimundo Rujão, do Núcleo Cultural Niger-Okan (coração negro), "nós não comemoramos o 13 de Maio como data de libertação negra e hoje é um dia de protesto. Nosso dia de festa é o 20 de Novembro, data da Consciência Negra".

(Folha de S. Paulo, 13/05/1988)

Em um contexto mais inusitado ainda, O Centro de Resistência Negra Quilombo dos Palmares encaminha ao Tribunal Superior Eleitoral manifesto reivindicando apoio à campanha pela restauração do Reino de Palmares e anunciando o seu lançamento na campanha monárquica. Apesar do grupo estar utilizando o símbolo de liberdade máximo para o segmento negro, Zumbi dos Palmares, ele acaba reproduzindo e legitimando os interesses de dominação, colocando de maneira explícita que a monarquia (sistema de governo reacionário) pode ser viável ao Brasil.

## Negros alegam que trono tem que ser de Zumbi



### *Manifesto ao TSE pede direito à Coroa do Brasil*

ANA PAULA MACEDO

BRASÍLIA — A família real Orleans e Bragança já tem um adversário na disputa pela Coroa brasileira. Em manifesto encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Centro de Resistência Negra Quilombo dos Palmares anunciou o seu lançamento na campanha monárquica. Assinado pelo Ogã Neninho de Obaluayê, o documento exalta a experiência do reinado de Zumbi dos Palmares.

— Por que não reviver o Reino dos Palmares que teve tanta legitimidade quanto os impérios brasileiros? — pergunta Neninho Obaluayê.

O manifesto destaca que o lançamento da campanha não é uma iniciativa separatista. A intenção, destaca Neninho, é encontrar uma solução para os problemas nacionais, inserindo o negro nas discussões e disputas eletivas de forma organizada.

A administração das verbas públicas, o tratamento às crianças e adolescentes, o respeito à família, além da restauração da dignidade do índio, fazem parte do programa do Centro de Resistência. Eles defendem ainda a retomada de investimentos na área cultural.

(O Globo, 02/03/93)

## **Movimento negro quer a Coroa**

BRASÍLIA — A disputa pela hipotética Coroa brasileira não ficará restrita à dividida família dos Orleans e Bragança, descendentes de d. Pedro II. O Centro de Resistência Negra Quilombo dos Palmares encaminhou ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um manifesto reivindicando apoio à campanha pela restauração do Reino de Palmares.

Monarquistas por convicção, os integrantes da entidade, cuja sede fica em São Paulo, pretendem disputar com os Orleans e Bragança o direito de ocupar o trono brasileiro, caso o plebiscito de 21 de abril defina a monarquia como

a nova forma de governo do País.

O manifesto lembra a saga de Zumba e Zumbi, que reinaram por mais de cem anos em Palmares, em Alagoas, e pretende assegurar o apoio dos integrantes do TSE para que, no caso da aprovação do regime monárquico, os chamados movimentos negros possam entrar na briga pela Coroa.

O documento — assinado pelo presidente do Centro de Resistência Negra, Ogã Neninho de Obaluayê — sustenta que o Reino de Palmares teve tanta legitimidade quanto o Império comandado por d. Pedro I e d. Pedro II.

(O Estado de S. Paulo,

02/03/93)

Os jornais na cobertura de notícias envolvendo o segmento negro se mostram bastante diferenciados da mídia eletrônica ou da publicidade. Apesar de todas as contradições apresentadas, é neste tipo de veículo que o negro encontra maior espaço enquanto notícia. Em 1988, ele ocupou um significativo espaço na mídia impressa (jornais). Num processo de sintonia, jornais e negros em alguns momentos pareciam entrar em simbiose, um oferecendo material enquanto notícia (movimentação sócio-política) e o outro noticiava. No entanto, o primeiro, enquanto texto jornalístico, ainda continuava em desvantagem, era retratado da forma como os profissionais da imprensa queriam, através do recurso de angulação.

Hoje percebe-se que os conflitos étnicos e raciais estão crescentes, definindo e redefinindo o mapa geográfico de países e até mesmo de cidades ("A verdade é que muitos negros reunidos em um bairro de classe média alta assustam os racistas. Pensam logo em assalto, violência, pilhagem", afirmou o então diretor do IPCN, Marcos Romão, em relação às denúncias da agressão policial contra o segmento negro que participava do I Encontro Estadual de Conscientização e Cidadania Negra, no Rio de Janeiro, em 21 de março de 1988).

Os profissionais de imprensa que não estiverem preparados para estes tipos de cobertura jornalística podem reforçar atos de racismo, discriminação e estereótipos, mesmo quando a linha editorial do jornal não for esta. (Vale mencionar aqui que os jornais fazem questão de anunciar "oficialmente" que não compactuam com qualquer tipo de discriminação ou racismo.)

Nesta pesquisa foi possível constatar que assim como existem jornalistas especializados na área de Ciência, Política, Economia etc., também é necessário formar profissionais que tratem do jornalismo das relações raciais.

BIBLIOGRAFIA

## 1. LIVROS

- ARANTES, Antonio A. O que é cultura popular. 3a. ed. São Paulo, ed. Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. O trabalho e a fala: estudo antropológico sobre folhetos de cordel. SP, Kairós/Funcamp, 1982.
- AREIAS, Almir das. O que é capoeira. SP, Brasiliense, 1983.
- AZEVEDO, Célia Marinho de. O negro livre no imaginário das elites (racismo, imigrantismo e abolicionismo em São Paulo). Campinas, Unicamp, dissertação de Mestrado, 1985.
- AZEVEDO, Thales. As elites de cor. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1954.
- BARBERO, Jesus Martin. "Desafios à pesquisa em Comunicação na América Latina". Boletim Intercom, nº 49/50, SP, 1984.
- BARBOSA, Irene M.F. Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas. SP, USP, dissertação de mestrado, 1978.
- BARTHES, R. "O efeito do real". In: Literatura e semiologia. Petrópolis, Vozes, 1971.
- BASTIDE, Roger. As Américas negras: as civilizações africanas no novo mundo. São Paulo, Difel/Edusp. 1974.
- \_\_\_\_\_. "Estereótipos de negros através da literatura brasileira". In: Boletim de Sociologia. São Paulo, FFLCH-USP, 1953.
- BELTRÃO, Luiz: A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário. SP, Masucci, 1969.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Peões, pretos e congos: trabalho e identidade em Goiás. Brasília, Universidade de Brasília, 1977.
- BRITO, Ieda M. Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): contribuição ao estudo da resistência e da repressão cultural. São Paulo, USP, dissertação de mestrado.
- BROOKSHAW, David. Raça e cor na literatura brasileira. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- CADERNOS DA ACN. Série Cultura Negra-I. Edição da Associação Cultural do Negro. São Paulo, s.d.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil, SP, FFLCH-USP. Comunicação, 1939.
- \_\_\_\_\_. A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: catálogo da Hemeroteca Júlio Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. SP, v. 1. 1975.

CARDOSO, Fernando H. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo Difel, 1962.

\_\_\_\_\_ e IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960

CANCLINI, Nestor Garcia. A produção simbólica. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.

CARNEIRO, Edison. Religiões negras: notas de etnografia religiosa e de folclore, 2a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

CARNEIRO, Luiz Orlando. "'Receita' é amostra de jornalismo sério". In: LUZ, Olavo. 25 anos de imprensa no Brasil. s.l. Esso Brasileira de Petróleo. 1989.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. A abolição. São Paulo, Global, 1982.

COSTA, Paulo de Tarso. "Imprensa, abolição e República" Suplemento Centenário de O Estado de S. Paulo, nº 22, 31.05.1975.

COUCEIRO, Solange Martins. Bibliografia sobre o negro brasileiro. SP, CEA-CODAC, USP, 1974.

\_\_\_\_\_. Mulher e família negras: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues. SP, Tese de doutoramento. Mimeo, 1984.

\_\_\_\_\_. O negro na televisão de São Paulo: um estudo de relações raciais. São Paulo, FFLCH-USP, 1983.

\_\_\_\_\_. et alii. Manipulação e construção da identidade da África negra na imprensa brasileira. SP. Mimeo. 1992.

CRATO, Nuno. Comunicação social: a imprensa. Lisboa, Presença, 1982.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. "As raízes da violência no Brasil". In: A violência brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982.

DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem pitoresca e histórica do Brasil. São Paulo, Martins, 1949. 2v.

DERIEUX, Emmanuel. "Agências noticiosas". In: CAZENEUVE, Jean. Guia alfabético das comunicações de massa. Lisboa, 1970.

- DURHAN, Eunice Ribeiro. "Cultura e ideologia". In: Folhetim. São Paulo (224), 03.05.1981, pp. 6-7.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. SP, Dominus, 1965, 2v.
- \_\_\_\_\_ e PEREIRA, João Baptista Borges, NOGUEIRA, Oracy. A questão racial brasileira vista por três professores. São Paulo. Série Cultura Geral. Entrevista publicada por A Gazeta, 27 ago. 1966. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. O negro no mundo dos brancos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- \_\_\_\_\_. Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Vozes, Petrópolis, 1975.
- FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915-1963). SP, Tese. FFLCH-USP, 1986.
- FOLHA DE S. PAULO. Manual geral da Redação. 2ª ed. SP. Folha de S. Paulo, 1987.
- FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Recife, Imprensa Universitária, 1963.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- HASEMBALG, Carlos. "O negro na publicidade". In: Lugar de negro. RJ, Marco Zero, 1982.
- \_\_\_\_\_. Discriminação e desigualdades sociais no Brasil. RJ, Graal, 1979.
- HIRANO, Sedi (org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. SP, T.A. Queiroz, 1979.
- IANNI, Octávio. Escravidão e racismo. SP, Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- KI-ZERBO, Joseph. História da África negra. Lisboa, Europa-América, s.d., 2v.
- KUPER, Adam. "Antropologia e colonialismo". In: Antropólogos e antropologia. Rio de Janeiro, Fco. Alves, 1978.
- LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis, Vozes, 79.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "História e etnologia". In: Antropologia estrutural. RJ. Tempo Brasileiro, 1975.
- \_\_\_\_\_. Raça e História. SP, Martins Fontes, 1975.
- LOPES, Maria Immacolata V. de. Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico. Campinas, Papyrus (no prelo). Tese/Eca
- MARTINS, Eduardo. Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo. SP, O Estado de S. Paulo, 1990.



- MEDINA, Cremilda. Estrutura da mensagem jornalística: Um modelo de análise. SP. Tese. Mimeo. ECA/USP, 1974. 184
- MELO, José Marques de. Estudos de jornalismo comparado. SP, Livraria Pioneira, 1972.
- MENDES, Miriam Garcia. A personagem negra no teatro brasileiro. SP, Ática, 1982.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. "De Mauss a Claude Lévi-Strauss". In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- MORAGAS SPA, Miquel et al. Comunicación y teoría social. México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales/Unam, 1984.
- MOURA, Clóvis. O preconceito de cor na literatura de cordel. SP, Resenha Universitária, 1976.
- \_\_\_\_\_. "Organizações negras". In: São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis, Vozes, Cebrap, 1980.
- MUNANGA, Kabengelê. "Preconceito de cor: diversas formas, um mesmo objetivo. Estados Unidos, África e Brasil". In: Revista de Antropologia. São Paulo, FFLCH-USP. (21), 1978.
- NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa social. São Paulo, Nacional, s.d.
- \_\_\_\_\_. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem". Symposium Etno-Sociológico sobre comunidades humanas do Brasil. Separata dos Anais XXXI - Congresso Internacional de Americanistas, pp 409-417. SP, 1955.
- PEREIRA, João Baptista Borges. Estudos antropológicos das populações negras na Universidade de São Paulo. In: Revista de Antropologia. São Paulo (24). 1981.
- \_\_\_\_\_. Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo. SP, Livraria Pioneira/Edusp, 1967.
- \_\_\_\_\_. Estudos antropológicos e sociológicos sobre o negro no Brasil: aspectos históricos e tendências atuais. São Paulo, USP, 1981 (Mimeo).
- QUEIROZ JUNIOR, Teófilo de. Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira. São Paulo, Ática, 1982.
- RAMOS, Artur. A aculturação negra no Brasil. SP, Nacional, 1942.
- RCDRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. 3a. ed. SP, Nacional, 1945.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de. Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo. SP, Martins, 1953.
- SAMPAIO, Theodoro. "São Paulo no século XIX". In: Suplemento Centenário nº 23, de O Estado de S. Paulo, 07.06.1975.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. SP Cia. das Letras, 1987.
- SELLTIZ, Claire. et. al. Métodos de pesquisas das relações sociais. SP, Edusp/EPU, s.d.
- VALENTE, Ana Lúcia. Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982. São Paulo, FFLCH/USP. 1986. 186p.

## 2. Jornais e revistas

### 2.1. Periódicos

- O Estado de S. Paulo (1988)
- Folha de S. Paulo (1988)
- Jornal do Brasil (1988)
- O Globo (1988)
- Jornal da Tarde (1988)
- Diário Popular (1988)
- A Tarde (1988)
- O Dia (1988)
- Notícias Populares (1988)

GUSMÃO, Sérgio Buarque de. "Quando o erro não é notícia".  
In: Unidade: jornal Mensal do Sindicato dos Jornalistas  
de S. Paulo. SP, dez/1992.